

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ISAQUE DE GÓES COSTA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 14/12/2017.



VITÓRIA-ES

2017

ISAQUE DE GÓES COSTA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 14/12/2017.



ORIGENS HISTÓRICAS DA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL

Trabalho final de Mestrado profissional para
obtenção de grau de Mestre em Ciências das
Religiões Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-graduação em Ciências das
Religiões
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. Wanderley Pereira da Rosa

VITÓRIA-ES

2017

Costa, Isaque de Góes

Origens históricas da igreja Presbiteriana Unida do Brasil / Isaque de Góes Costa. - Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017. x, 127 f. ; il. ; 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

Referências bibliográficas: f. 121-127

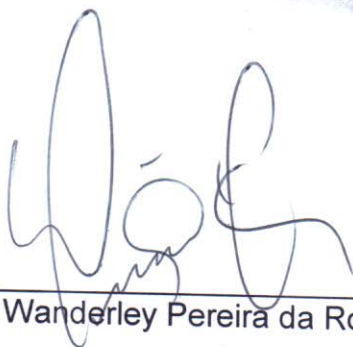
1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. História do presbiterianismo. 4. Formação da IPU. 5. Igreja e ditadura militar. 6. Ecumenismo. - Tese. I. Isaque de Góes Costa. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

ISAQUE DE GÓES COSTA

ORIGENS HISTÓRICAS DA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL

PPGCR
Faculdade Unida

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA (presidente)



Doutor Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA



Doutor José Bittencourt Filho – UnB

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar um resgate histórico das Origens da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), suas raízes na tendência ecumênica e progressista existente no interior do presbiterianismo brasileiro, proveniente das influências do movimento reformado e ecumênico mundial, e seu nascedouro como denominação em um cenário político marcado pela Ditadura Militar de 1964, período no qual seus precursores se levantaram contra o autoritarismo interno no governo da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e depois seu apoio a Ditadura Militar. Neste cenário de reação ao fundamentalismo, perseguições, e denúncias políticas a tendência ecumênica que havia sido excluída da IPB para sobreviver forjou uma proposta religiosa que veio a torna-se a Igreja Presbiteriana Unida, com ênfase numa tradição ecumênica caracterizada pelo diálogo com a teologia neo-ortodoxa, por uma leitura contextual da Escritura Sagrada, no direito às mulheres terem acesso a todos os ministérios ordenados, com uma compreensão de que a missão da igreja realiza-se no plano da história humana a partir do Reino de Deus, por isso a necessidade da Igreja, pensar-se em consonância com os desafios da sociedade e da cultura brasileira. A metodologia utilizada foi uma pesquisa documental com base em fontes históricas, trabalhos sobre o período e narrativas de lideranças perseguidas no contexto, analisadas a partir de noções da História Cultural. Para tanto, neste trabalho descreve-se alguns aspectos históricos do Presbiterianismo na Europa, Estados Unidos e Brasil; suas tendências conservadora e ecumênica; o surgimento da IPU e seus aspectos teológicos.

Palavras-chave: História do Presbiterianismo; Formação da IPU; Ditadura Militar; Ecumenismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to present the history of the United Presbyterian Church of Brazil (Igreja Presbiteriana Unida do Brasil – IPU), its roots in the ecumenical and progressive tendencies that are part of Brazilian Presbyterianism, influenced by the worldwide reform and ecumenical movement, and the birth of the denomination amidst a political scenario marked by the 1964 Military Dictatorship. During that period, IPU's founders arose against the internal authoritarianism that marked the administration of the Brazilian Presbyterian Church (IPB), as well as against its support of the Military Dictatorship. In a reaction against fundamentalism, persecutions, and political accusations, the ecumenical group that had been excluded from the IPB, in order to survive, forged a new religious proposal that eventually became the United Presbyterian Church, based on an ecumenical tradition characterized by a dialogue with a neo-orthodox theology, a contextual interpretation of the Sacred Scriptures, a recognition of women's rights to access all ordained ministries, and an understanding that the church's mission is accomplished as part of human history, as a result of God's Kingdom, and for that reason, the church must reflect the challenges of Brazilian society and culture. The methodology adopted was documental research based on historical sources, papers about the period studied, and narratives by persecuted leaders, analyzed based on notions of Cultural History. In this study, some historical aspects of Presbyterianism in Europe, the United States and Brazil are described, as well as its conservative and ecumenical tendencies, the development of the IPU and its theological aspects.

Keywords: History of Presbyterianism; Formation of IPU; Military dictatorship; Ecumenism.

Lista de siglas e abreviaturas

ACA: Associação Cristã de Acadêmicos
AI: Ato Institucional
AP: Ação Popular
AMIR: Aliança Mundial de Igrejas Reformadas
BP: Brasil Presbiteriano
CAOS: Centro Acadêmico Oito de Setembro
CES: Comissão Especial dos Seminários
CE/SC: Comissão Executiva do Supremo Concílio
CEB: Confederação Evangélica do Brasil
CIIC: Conselho Internacional de Igrejas Cristãs
CMI: Conselho Mundial de Igrejas
CMIR: Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.
DOI: Departamento de Operações Internas –
CODI: Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
EUA: Estados Unidos da América
FENIP: Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas
IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil
IPI- Igreja presbiteriana Independente
IPU- Igreja Presbiteriana Unida
ISAL: Igreja e Sociedade na América Latina
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
MP: Mocidade Presbiteriana
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCUSA: Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América
PCUS: Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos
PJDI: Presbitério de Jundiaí
PSP: Presbitério de São Paulo
PVTR: Presbitério de Vitória
SC: Supremo Concílio
SPC: Seminário Presbiteriano do Centenário
SSP: Secretária de Segurança Pública
SPN: Seminário Presbiteriano do Norte
SPS: Seminário Presbiteriano do Sul
SAF: Sociedade Auxiliadora Feminina
SNI: Serviço Nacional de Informação
SRSI: Setor de Responsabilidade social da Igreja
TdL: Teologia da Libertação
UDN: União Democrática Nacional
UCEB: União Cristã de Estudantes Brasileiros
UNE: União Nacional dos Estudantes
UMP: União da Mocidade Presbiteriana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 Evolução histórica do Presbiterianismo no Brasil.....	13
1.1 Origens do Presbiterianismo: Reforma Suíça, Escócia e Inglaterra.....	16
1.2 O Presbiterianismo nos Estados Unidos da América.....	27
1.3 O Presbiterianismo no Brasil.....	29
1.3.1 Primeiro período (1859-1869): primeiros esforços.....	35
1.3.2 Segundo período (1869 – 1888): da expansão missionária até o Sínodo brasileiro.....	36
1.3.3 Terceiro período (1888-1903): lutas eclesiais e a cisão de 1903.....	37
1.3.4 Quarto período (1903-1917): desde a origem da IPI até a Comissão “Modus Operandi”.....	38
1.3.5 Quinto período (1917-1959): da formação da comissão “Modus Operandi” até a campanha do centenário.....	39
1.4 Anos 60 e 70 eventos que marcaram a história da IPB: CEB, ISAL e Conferência Nordeste.....	40
1.5 Representações e práticas presentes na tradição presbiteriana.....	48
2 TENDÊNCIAS NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - IPB.....	50
2.1 As tendências presbiterianas conservadora e progressista.....	51
2.1.1 Teologia conservadora e teologia progressista.....	52
2.1.2 O Conselho Internacional de Igrejas Cristãs e o Conselho Mundial de Igrejas.....	57
2.1.3 Reação conservadora na mocidade presbiteriana e perseguição aos líderes progressistas.....	62
2.1.4 A reação conservadora nos seminários e a exclusão dos professores “ecumenistas” e “modernistas”.....	66
2.1.5 A reação conservadora na cúpula da Igreja o expurgo nos presbitérios e igrejas.....	78
2.2 A IPB e o apoio à ditadura militar.....	83
3 A TENDÊNCIA ECUMÊNICA SOBREVIVEU E SE CONSOLIDOU COM A CRIAÇÃO DA IPU.....	88
3.1 Período dos encontros de presbiterianos.....	88
3.2 Período da IPU: da III Assembleia Geral em Vitória (ES) até os dias atuais.....	97
3.3 Símbolos da IPU: hino e logomarca.....	98
3.4 Organização: princípios de fé e ordem (PFO).....	101
3.5 IPU: Aspectos teológicos.....	108
3.5.1 Ordenação de mulheres em todos os ministérios.....	109
3.5.2 Uma Igreja Presbiteriana ecumênica.....	110
3.5.3. Organismos ecumênicos de que a IPU faz parte.....	112
3.5.4. Uma igreja litúrgica.....	113
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é parte integrante de estudos realizados no Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória na área de concentração Religião e Sociedade, e insere-se na linha de pesquisa Religião e Esfera Pública. A pesquisa busca um resgate histórico-religioso da Igreja Presbiteriana Unida - IPU e se reveste de especial importância por integrar o rol de estudos de um segmento do Cristianismo de Matriz Presbiteriana Brasileira pouco estudado.

O tema é relevante porquanto reflete as tensões num setor religioso brasileiro, nas relações entre a religião e a esfera pública, e trata das preocupações que forneceram elementos geracionais da IPU, o mais novo ramo do presbiterianismo no Brasil, tais como: a importância do envolvimento da igreja nas questões sociais e políticas nacionais, o ecumenismo e uma nova leitura teológica em diálogo com as ciências humanas e sociais.

O resgate dessa memória que nos idos de 1960 refletiu uma prática ambígua entre religião e poder, pois de um lado os presbiterianos afirmavam o princípio de separação igreja e Estado, argumento que se mostrou retórico, a partir de uma análise dos favores e atitudes político-partidárias, desvelando uma cumplicidade ideológica com a ditadura militar.

A proposta de análise objetiva sustentar o argumento de que a IPU surge a partir da tendência religiosa ecumênica também denominada de progressista ou liberal, já presente no interior da IPB, que tinha como características: o diálogo com a teologia neo-ortodoxa, em oposição ao fundamentalismo, leitura bíblica contextual, ecumenismo e uma maior inserção social da Igreja na cultura brasileira.

A formação teológica proveniente da circularidade de saberes, novas literaturas, movimentos sociais, e releituras do presbiterianismo permitiu novas apropriações das tradições que foram a base da constituição de representações e práticas culturais no interior da IPB, fomentando uma tendência denominada de ecumênica que vai disputar espaço com a vertente conservadora. Esses conflitos vão gerar tensões, rupturas e novas representações sociais no presbiterianismo brasileiro.

Portanto, para uma melhor compreensão desse momento histórico e conflituoso dentro do presbiterianismo, informo que utilizaremos como instrumental metodológico as contribuições de dois pensadores da História Cultural: Roger Chartier e Jacques Le Goff. Do primeiro, utilizaremos as noções de prática, representação e apropriação aplicadas à formação cultural do fenômeno religioso presbiteriano mundial e brasileiro. Pois os conceitos de Chartier de representação e prática são suportes para explicitar as relações políticas e os

conflitos ocorridos na época em estudo, também as representações coletivas tem no fenômeno religioso um elemento distinto para identificação de visões de mundo espelhadas no cotidiano e vivências presbiterianas.

Do segundo, a partir do conceito de memória, propomos o resgate do silêncio histórico que nos ajudará a entender os discursos formadores da IPU, porquanto diversos grupos nesta época foram calados e a liberdade de expressão no ambiente religioso, violados, como a Mocidade presbiteriana, os professores de Seminários, os pastores e presbitérios, além de lideranças perseguidas, como a memória é uma categoria do fazer histórico e religioso Le Goff será o aporte para o resgate histórico contra o esquecimento posterior, imposto pela tendência conservadora.

O primeiro capítulo mostra uma análise das raízes do presbiterianismo na Reforma Protestante, as mudanças e permanências a partir do trajeto Europa, Estados Unidos e Brasil, a partir de momentos relevantes na história dessas tradições, com suas principais apropriações e releituras nesse percurso.

O segundo capítulo traz a identificação das duas tendências a conservadora e a ecumênica, vistas nos principais conflitos internos, no desfecho das perseguições e expurgos dos discordantes, e na sua relação com as forças militares, espaços e movimentos na IPB em disputa.

O terceiro capítulo será a resposta à pergunta: Qual a origem histórica da IPU? Será focalizado o percurso dos sujeitos expoentes da tendência ecumênica, sua sobrevivência, uma vez expurgada de dentro da IPB durante a Ditadura Militar, e sua articulação em uma outra denominação presbiteriana, expressa através da organização da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas – FENIP, posteriormente chamada de Igreja Presbiteriana Unida- IPU.

Diante da abrangência que a temática proposta compreende a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas, presta-se como subsídio que venha a contribuir com futuras pesquisas a respeito da identidade da Igreja Presbiteriana Unida, num recorte que vai desde a sua origem até os dias atuais.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PRESBITERINISMO NO BRASIL

O presente capítulo tem o objetivo de registrar alguns dos antecedentes remotos da origem presbiteriana, a partir de sua fonte, a tradição reformada, e tendo como pontos de referência as reformas de Lutero, Zwinglio e, principalmente, de Calvino; a Escócia presbiteriana; a Inglaterra do puritanismo; e a presença reformada nos Estados Unidos, berço da missão americana ao Brasil, que, no século XIX, enviou os primeiros missionários, fundadores da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Nesse percurso, não se pretende relatar uma história linear, mas sim identificar as principais representações da reflexão teológica, bem como as práticas e apropriações localizadas nos eventos marcantes que fomentaram as raízes do cristianismo presbiteriano.

A narrativa proposta visa a compreender o presbiterianismo como fenômeno histórico e social modelado por circunstâncias distintas segundo sua recepção entre os grupos reformados. Para tanto, é proposto um diálogo entre a História Cultural e as Ciências das Religiões. Essa interface tem o propósito de fugir de uma história positivista ou apenas confessional.

A História Cultural é consequência da Escola dos Anais, surgida na França no século XX. Foi um movimento de renovação a partir da quarta geração dos pesquisadores e permitiu um alargamento das fronteiras analíticas e objetos historiográficos. Um dos autores dessa corrente, Roger Chartier, define assim o objetivo da História Cultural “[...]é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, e dada a ler”.¹

Na obra *História cultural: entre práticas e representações*, Chartier elenca três noções do fazer histórico: “prática, representação e apropriação”². Essas categorias se referem às práticas culturais que são à base da maneira como os homens representam seu mundo social. Entretanto, esses conceitos não são definidos de forma homogênea nas ciências humanas e sociais, cabendo, por isso, descrevê-los na abordagem proposta.

A noção de representação é polissêmica, com distintos usos conforme sua adequação nos campos da Psicologia, Sociologia, Antropologia e Filosofia. Foi usado por Durkheim, na Sociologia, por Serge Moscovice, na Psicologia Social, e pelo filósofo Henri Lefebvre. Em

¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

² CHARTIER, 1990, p. 27-28.

comum, nos diversos usos, a ideia de uma categoria epistemológica mediadora e interpretativa do mundo.

Na História Cultural, as representações são matizes de práticas e discursos que comandam atos e constroem o mundo social. Apresenta-se como um construto teórico-metodológico aplicado como suporte para análise da realidade social, tal qual explana Chartier

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...). As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.³

As representações também se inserem no campo das concorrências e disputas pelo poder, não são neutras. Nesse sentido, busca-se interpretar os conflitos religiosos entre grupos presbiterianos que integram uma determinada tradição presbiteriana, a partir da consideração das representações construídas por suas teologias, doutrinas, símbolos e práticas elaboradas dentro da tradição calvinista, que estão em disputas na afirmação da doutrina verdadeira.

A noção de prática, segundo Junior, compreende-se “como uma associação às representações, e se justificam pela necessidade de considerar e refletir acerca da irreduzibilidade das maneiras de fazer aos discursos que as prescrevem ou as proscovem ou, ainda, as organizam”⁴. Nesse sentido, há uma dialética entre práticas e representações. São conceitos complementares, como afirma Mello: “as representações foram moldadas e moldaram os valores e, ao mesmo tempo, as visões de mundo das diversas sociedades, criando entre seus membros diversas práticas”⁵.

As práticas e representações somam-se à noção de apropriação, que pressupõe o lugar da resignificação, das trocas culturais, onde não há passividade, mas sim relações, invenções e novos sentidos. Um verdadeiro movimento discursivo de controle e uso, segundo a descrição de Chartier:

³ CHARTIER, 1999, p. 17.

⁴ LEMOS JUNIOR, José Romildo Souza. Práticas e Representações do poder local: possibilidades de construção de uma história cultural do político. *Raízes*, v.33, n.1, jan. /jun. 2013, p. 130.

⁵ MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado) em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009, p. 30.

A problemática do ‘mundo como representação’, moldado através de séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real.⁶

Como o protestantismo de corte presbiteriano se desenvolve por um longo tempo, em lugares diferentes, a noção de apropriação, em determinado período histórico, permite a identificação da reconstrução de novos sentidos que os reformados deram à tradição religiosa recebida pela evangelização e pelo ensino, levando em conta seu próprio tempo e suas representações sociais.

Para o resgate da história dos presbiterianos, recorre-se à noção de memória, pois não há como fazer história sem considerá-la como um filtro presente nos documentos, através dos quais se chega a traduzir aspectos memoráveis de grupos e pessoas, e também como uma fonte histórica. Para Le Goff, a memória “[...] conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Há muitas questões teóricas no âmbito da relação entre história e memória. A apreensão conceitual nesta pesquisa recorre a essa categoria para compreensão das representações e práticas construídas na história da denominação presbiteriana, sem deixar de considerar o que afirma Godoy “tanto a religião como a história são formas de instituição da memória coletiva”⁷. Assim, falar da reforma protestante na qual se inserem os presbiterianos é refletir sobre a tradição gestada em uma plataforma de vivências religiosas que evocam sentimentos, projeções, tradições e memórias.

Com esse panorama heurístico a tradição reformada será analisada em seu nascedouro a partir da reforma Luterana, que inaugura o protestantismo. Consideraremos também a consolidação da ideia de tradição reformada, a partir do movimento na Suíça, liderado por Ulrico Zwinglio, ao qual se seguiu João Calvino, que contribuiu para o florescimento da reforma nos cantões suíços. Quando chegaram à Grã-Bretanha, as ideias de Calvino encontram solo fértil para se desenvolver no seio dos movimentos da ortodoxia, do pietismo e da revolução puritana, influenciando a reforma escocesa e o puritanismo inglês, mesmo em meio aos conflitos entre os cristãos católicos romanos, anglicanos e protestantes. Em seguida, disseminaram-se pelas migrações protestantes na América do Norte, de onde

⁶ CHARTIER, 1999, p. 23-24.

⁷ GODOY, João Miguel Teixeira. Religião, memória e historiografia. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, p. 109-119, jul./dez. 2012, p. 110.

seguiram para o Brasil com o missionário Ashbel Green Simonton (1833-1967), fundador do presbiterianismo brasileiro.

1.1 Origens do Presbiterianismo: Reforma Suíça, Escócia e Inglaterra

No século XVI, a Europa passou por intensas transformações a partir do renascimento cultural e urbano, do desenvolvimento do comércio, do humanismo e da expansão marítima. O desenvolvimento europeu influenciou o pensamento da época, dando contornos duradouros às estruturas sociais, culturais e religiosas do ocidente.

No âmbito da religião, esse mosaico de eventos provocou reformas significativas no interior do catolicismo romano, as quais originaram os movimentos luteranos, anabatistas, anglicanos e calvinistas. Rodrigo Bentes Monteiro realizou um resgate historiográfico das reformas na Europa, analisando seu impacto no contexto religioso daquele período histórico, diante do que observa:

Com efeito, o tema das Reformas Religiosas pertinente ao início da Época Moderna possui implicações que ultrapassam as mudanças institucionais eclesásticas no século XVI, relacionando-se também a aspectos culturais, econômicos e de poder vividos na Europa.⁸

Na visão de Martim Dreher, as reformas ocorridas na Europa a partir do século XVI devem-se aos processos emancipatórios do fim da Idade Média, que se estenderam para a “Idade Moderna, com expressiva tensão entre o sacerdócio e o império, em torno da ideia de liberdade, da crise do clero, das incertezas dogmáticas da vida religiosa, e do papado renascentista”.⁹

A primeira grande reforma reconhecida historicamente na Idade Média foi a luterana, evento que ocorreu na Alemanha a partir das ideias revolucionárias de Martinho Lutero, nascido em Eisleben, em 1483. Para melhor entendê-las é necessário um olhar sobre a vida de Lutero, que, ainda jovem e influenciado pelo pai, iniciou a carreira jurídica. Em uma experiência de fé vivida durante uma tempestade, Lutero suplicou por livramento a Santa Ana e prometeu que, “sendo atendido, se tornaria monge, dedicando-se à vida religiosa. Liberto da

⁸ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 130-150, jan./Jun. 2007, p. 132.

⁹ DREHER, Martin N. *A crise e a renovação da igreja no período da reforma*. Coleção História da Igreja. São Leopoldo: Sinodal, 2004, v. 3, p. 16.

tempestade, ele abandonou os estudos de direito e entrou para o mosteiro da Ordem Agostiniana em Erfurt”.¹⁰

Uma vez no mosteiro, por influência de Staupitz, vigário geral da ordem, cumpriu os estágios acadêmicos necessários, tornou-se doutor em Teologia e professor na Universidade de Wittemberg. Segundo George, era um teólogo bíblico e, como exegeta e pesquisador, produziu uma teologia bíblica existencial e dialética, que pode ser verificada na interpretação doutrinária e na variedade de documentos históricos do luteranismo, tais como “escritos, cartas, sermões, hinos, controvérsias, textos polemistas e afirmações teológicas que foram incluídas nas confissões de fé luteranas”.¹¹

Inconformado em presenciar a exploração religiosa do povo simples, principalmente trabalhadores rurais e camponeses que não sabiam ler as escrituras sagradas e seguiam cegamente as instruções de uma igreja que tentava maximizar seus lucros a fim de construir seu império, Martinho Lutero, em 31 de outubro de 1517, afixou noventa e cinco teses na porta da Igreja do Castelo em Wittemberg. Esse evento tornou-se um marco histórico para os luteranos e o estudo da Reforma Protestante no ocaso da Idade Média. A circulação das ideias de Lutero ganhou impulso com o surgimento da impressão por tipos móveis, sendo ainda favorecida por uma conjuntura marcada pelo nacionalismo alemão e por circunstâncias políticas que favoreceram o movimento religioso.

Fazer uma síntese da vida de Lutero é tarefa difícil, considerando sua imensa contribuição e suas diversas obras como catecismos, livros, comentários, cartas etc. É necessária, entretanto, pelo objetivo de apresentá-lo como personagem fundante do movimento protestante, tal qual corrobora Timothy George:

Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483 em Eisleben, filho de um minerador de prata de classe média. Destinado para o estudo do Direito, voltou-se para o mosteiro, no qual, após muitas lutas, desenvolveu uma compreensão de Deus, da fé e da igreja. Isso o envolveu num conflito com o papado, seguido de sua excomunhão e da fundação da igreja Luterana, a qual presidiu até morrer em 1546.¹²

A reforma luterana marcou o início da identidade protestante, embora a categoria protestante seja questionada, visto não dar conta de uma multiplicidade de protestantismos provenientes das diversas reformas. Do ponto de vista histórico, a tradição protestante nasceu

¹⁰ CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 234.

¹¹ GEORGE, Timothy. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 58.

¹² GEORGE, 1994, p. 53.

na Alemanha, com os luteranos, no período da segunda Dieta de Spira, conforme assinala Justo Gonzalez:

Em 1529, a segunda dieta de Spira tomou um curso muito distinto. Naquele momento o Imperador era mais poderoso e vários príncipes que antes tinham sido moderados passaram para o lado católico. Ali se reafirmou o edito de Worms. Foi então que os príncipes luteranos protestaram formalmente e, por isso, a partir desse momento, começaram a chamá-los 'protestantes'.¹³

Paralelamente à reforma conduzida por Lutero, outro reformador atuava na Suíça. Ulrico Zwinglio (1484-1531) era um padre católico romano que, por experiência distinta da luterana, chegou ao mesmo objetivo: reformar a Igreja Católica. Seu ministério teve início na cidade de Glarus, estendendo-se posteriormente para Einsiedeln e Zurich. Como pastor, teólogo, político e nacionalista com elevado senso de patriotismo, sua reforma incluía uma concepção de Estado e Igreja que defendessem a pátria Suíça¹⁴. Portanto, suas ideias vinculam a tradição reformada a uma interdependência entre igreja e estruturas social, reforma religiosa e mudança política.

A princípio, todos os protestantes eram conhecidos como reformados, até que, no colóquio de Marburgo, em 1529, por divergências teológicas acerca da natureza da presença de Cristo na eucaristia, Zwinglio e Lutero separaram-se em dois grupos. De um lado, ficaram os luteranos, ou protestantes. De outro, os zwinglianos, chamados de reformados, termo que, posteriormente, foi aplicado aos discípulos de João Calvino, que também ficaram conhecidos como calvinistas.

Na batalha entre cantões protestante e católicos na cidade de Cappel, Zwinglio, que atuava como capelão, morreu em combate. Daquele momento em diante, começou a se destacar na liderança da reforma na Suíça a figura do teólogo João Calvino. Por sua organização e liderança, ele conseguiu o apoio necessário para a divulgação de suas ideias e sistematizou o pensamento protestante. Calvino fez de Genebra um lugar de referência e refúgio, influenciando os Países Baixos, a Escócia e a Inglaterra.

A tradição reformada passa a ser conhecida como tradição Calvinista, ligada a partir de então à vida e à obra do francês João Calvino, que nasceu em 10 de julho de 1509, na cidade de Noyon, região da Picardia, norte da França. Vinte e seis anos mais novo que Lutero, foi um reformador da segunda geração. Seu pai era secretário do bispo e procurador da

¹³ GONZALEZ, Justo, *L.A Era dos Reformadores*. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1995, v. 6, p. 85.

¹⁴ GEORGE, 1994, p. 112.

biblioteca da catedral. Com sua renda foi possível reservar um benefício eclesiástico para a educação de Calvino.

A formação intelectual de Calvino incluiu estudos nas escolas Collège des Cappelles e College de La Marche, onde também estudaram Erasmo de Roterdã (1469-1536) e Rabelais (1483-1553). Calvino estudou filosofia, teologia e aperfeiçoou o conhecimento de gramática e sintaxe latinas, tendo como professor Mathurin Cordier, um dos maiores mestres do latim em sua época. Aos 18 anos, recebeu o grau de mestre.

João Calvino estudou ainda na Universidade de Orleans, aos pés do grande professor e conceituado jurista da época, Pierre de l'Étoile (1480-1537). Em 1532, tornou-se bacharel em Direito. Também aprendeu o grego, língua do Novo Testamento, que pôde ler no original. No ambiente acadêmico, entrou em contato com o humanismo e escreveu *De Clementia*, seu comentário de Sêneca. Segundo Cairns, “além do humanismo, Calvino foi também influenciado pelas ideias de Lutero”.¹⁵

Calvino sentia-se vocacionado ao estudo e à literatura. Porém, de viagem a Estrasburgo, necessitou pernoitar em Genebra, tendo recebido a visita de Guilherme Farel, reformador em Berna, que havia começado a propagar as ideias da reforma em Genebra. Instado por ele, ficou e tomou partido. Na sua estada em Genebra, elaborou um catecismo para crianças e um livro de cantos. Em meio a controvérsias e embates quanto aos rumos da reforma foi expulso da cidade em 1538.

Exilado em Estrasburgo, Calvino tornou-se pastor de franceses refugiados entre 1538 e 1541. Nesse período, começou a elaborar a Instituição da Religião Cristã, casou-se com a viúva de um anabatista e teve um filho. O escritor Timothy George afirma que, “segundo o próprio Calvino, esses foram os dias mais felizes da vida do reformador”¹⁶. Em 1541, foi chamado de volta a Genebra, onde atuou como pastor, professor, escritor e líder cristão vinculado aos movimentos de reforma por toda a Europa. Permaneceu na cidade até sua morte, em 1564. Como teólogo, sua publicação mais reconhecida são as *Institutas da Religião Cristã*, que, segundo Dreher:

Está dividida em seis capítulos que tratam da lei, da Fé, da Oração, dos Sacramentos, dos ‘Falsos Sacramentos’ e da Liberdade Cristã. Reflete fortes influências de Lutero, Martim Bucer, Melanchthon e Zwinglio. Magistral na obra é que ela é fruto de estudos de um autodidata em Teologia e que apresenta uma teologia sistemática das principais redescobertas da teologia reformatória até aquela época. Traz fundamentação bíblica e reformatória até aquela época. Traz fundamentação bíblica e está escrita num latim erudito, mas compreensível para o

¹⁵ CAIRNS, 2008, p. 252.

¹⁶ GEORGE, 1994, p. 180.

leigo. A boa aceitação das Institutas motivou Calvino a continuar seus estudos teológicos e transferir-se para Estrasburgo. A caminho de Estrasburgo ele passou por Genebra, onde foi retido por Farel que defendia os ideais reformatórios naquela cidade.¹⁷

Segundo Dreher, as *Institutas da Religião Cristã* são uma obra de teologia sistemática para leigos. Nesse sentido, é importante lembrar que Calvino tinha em mente exatamente isso: produzir uma espécie de cartilha de teologia básica para alcançar os camponeses da França, famintos da Palavra de Deus. Ele procurava livrar os protestantes franceses das acusações de sedição e cisma, demonstrando assim que “não eram sectários inclinados a derrubar a ordem, mas cidadãos honestos. Por isso, dedicou a obra ao Rei Francisco I”.¹⁸

Por vezes, as Institutas foram entendidas como uma teologia sistemática, uma obra de cunho mais teológico e filosófico, com relevância na teologia protestante. Assim, faz-se necessário enfrentar o desafio de localizar a obra de Calvino como um texto catequético para leigos, e não uma teologia sistemática. Aquela interpretação descaracteriza a teologia de Calvino, pois a coloca como uma literatura dogmática aos moldes da escolástica tomista, visão afirmada depois na ortodoxia protestante (XVII) e no fundamentalismo americano do século XIX. A respeito dessa visão dogmática, o historiador protestante conservador, Earle Edwin Cairns, professor emérito de História no Wheaton College, faz o seguinte registro em sua obra sobre história do cristianismo:

A maior contribuição de Calvino à fé reformada foram as suas Institutas, aceitas como expressão acabada da teologia reformada. Nesta obra ele pôs os fundamentos de duas ênfases reformadas: a importância da doutrina e a centralidade de Deus na teologia cristã.¹⁹

Essa leitura histórico-apologética revela reducionismos, pois chega a afirmar a ideia de que são aceitas como expressão acabada da teologia reformada, um tipo de pré-fundamentalismo teológico no protestantismo primitivo. A base desse pensamento pôde se registrar ainda no século XVI, após a morte de Calvino, na fase de transição da Reforma. Teodoro Beza, teólogo francês e sucessor do reformador em Genebra, sistematizou o pensamento de Calvino na moldura escolástica, conforme destaca Rogers:

No lado reformado, Teodoro Beza pegou o manto de Calvino. Durante a vida de Calvino, eles se completaram mutuamente. Depois, na situação polêmica da pós-reforma, Beza tendeu a enrijecer e escolastizar muitas das posições de Calvino.

¹⁷ DREHER, 2004, p. 60.

¹⁸ GEORGE, 1994, p. 177.

¹⁹ CAIRNS, 2008, p. 254.

Beza, Ursinos, Zanchius e Peter Martyr Vermigli foram figuras de transição que tenderam a seguir Calvino em seu trabalho pastoral e exegético, mas, em seus textos mais ‘científicos’ e polêmicos, caminharam na direção do aristotelismo. Aqueles que os seguiram no século XVII, adotaram, cada vez mais, o molde escolástico.²⁰

Um século depois da morte de Calvino, sua teologia marcada pela espiritualidade e pelo crivo pastoral, com um claro objetivo didático-catequético, foi relida na sistemática da ortodoxia protestante, movimento importante no cenário de desenvolvimento da Teologia, que faz nova leitura da teologia primitiva. A descrição clara da situação foi feita por Paul Tillich:

[...] A ortodoxia clássica relacionou-se com uma grande teologia. Poderíamos chamá-la de escolástica protestante, com todos os refinamentos e métodos que a palavra ‘escolástica’ inclui. Assim, eu falo da ortodoxia, refiro-me à maneira como a Reforma estabeleceu-se, enquanto forma eclesial de vida e pensamento, depois que o movimento dinâmico da Reforma terminou. É a sistematização e a consolidação das ideias da Reforma, desenvolvidas em contraste com a Contra-Reforma. A teologia ortodoxa foi, e ainda é, a base sólida de onde emanaram todos os desenvolvimentos posteriores, tenham sido eles – como foram em geral – dirigidos contra a ortodoxia, ou meras tentativas de restaurá-la. [...]²¹

Nas citações de Beza e da ortodoxia protestante observa-se o fenômeno da releitura da Teologia, de Calvino. No contexto da contrarreforma, por exemplo, sua obra *Institutas da Religião Cristã* foi tomada como resposta calvinista, deflagrando um processo de produção de um novo sentido a partir da literatura reformada. Essa situação pode ser compreendida pelo mecanismo da apropriação, que, na ótica de Chartier, supõe a produção de novos sentidos no próprio movimento da difusão e circulação do pensamento:

Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes.²²

Por esse caminho, entende-se que os contextos e situações deram novas configurações à herança calvinista no jogo das disputas teológicas. Nessa mesma linha argumentativa, outra situação que reafirma a noção de apropriação da herança calvinista foi a realizada pelos teólogos reformados durante a composição da Confissão de Fé de Westminster. A Confissão foi um documento criado no século XVII como expressão da organização da Igreja Inglesa sob o regime presbiteriano de governo, na administração de

²⁰ ROGERS, Jack B. Autoridade e Interpretação da Bíblia na tradição reformada. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998, p. 36.

²¹ TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão*. 3ª ed. São Paulo, ASTE, 2004, p. 251.

²² CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 173.

Oliver Cromwell. Composta no período da guerra civil-religiosa, buscava desenvolver uma posição reformada na qual a teologia cada vez mais se aproxima do escolasticismo²³ puritano, confessional e legalista.

Contudo, não se pode perder de vista que as confissões de fé eram chaves hermenêuticas para uma teologia bíblica confessional. O que se nota no decorrer da história dos reformados é que tais documentos foram deixados de lado quanto à autoridade relativa, temporária e provisória, tornando-se documentos confessionais rígidos e definitivos, sem nexos com a história e seu ambiente formador transitório. Para esse tipo de postura, Chartier e Cavallo indicam a dialética envolta pela coerção interpretativa:

Essa dialética da coerção e da invenção implica o cruzamento entre uma história das convenções que normatizam a hierarquia dos gêneros, que definem as modalidades e os registros do discurso, e uma outra história, a dos esquemas de percepção e de julgamento próprios a cada comunidade de leitores.²⁴

Essa mudança de enfoque foi a base de uma tradição que passou a enfatizar a doutrina correta e gestou postulados que dividiram os presbiterianos quanto a um tipo de hermenêutica possível e permitida, gerando práticas rígidas e excludentes. Isso se verifica segundo Dowe Jr, no século XVIII, quando se discute o critério usado para que um ordenando ao pastorado constitua seu ministério ou um professor de teologia desenvolva seu trabalho no contexto da corrente conservadora presbiteriana das velhas luzes no século XVII:

[...] Do ato de Adoção, em 1729, até o presente, o que determinou quem podia ser ordenado ou não foram as *ipsisima verba* dos documentos, mas a avaliação frequentemente mais branda do presbitério a respeito da aceitabilidade das opiniões dos ordenandos, tendo em vista o 'sistema de doutrina'. Contudo, quando se percebeu que este procedimento, permitia tanto as interpretações da Velha Escola como as da Nova Escola, uma conduta a mais foi seguida, [...] exigindo a aderência mais rígida dos professores de Seminário. Ao ser instalado um seminário presbiteriano da Velha Escola, depois de 1838, era requerido ao professor que promettesse *ex animo* 'não inculcar, ensinar, ou insinuar qualquer coisa, que pudesse parecer, direta ou indiretamente, contradizer, ou contrair, a qualquer coisa ensinada na referida confissão de fé, [...], enquanto continuar a ser professor nesse seminário'. Esta *reductio ad absurdum* da autoridade formal dos cânones 'subordinados' sobreviveu à união de 1869, e permaneceu efetivamente até vinte cinco anos atrás [...].²⁵

²³ O Escolasticismo protestante foi uma forma metodológica de interpretação da tradição reformada a partir de categorias filosóficas e necessárias no contexto de formação da teologia calvinista pós reforma, porém já é a manifestação de releituras da tradição.

²⁴ CHARTIER, R.; CAVALLLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo, 1998, p. 38.

²⁵ DOWEY JR, Edward A. Documentos Confessionais como Hermenêutica Reformada. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998, p. 13-14.

Essa rigidez que tolhia a liberdade do teólogo ou do professor, que deveria se prender a um tipo único de interpretação à luz da confissão, reiterava um fechamento na tradição e o prenúncio do fundamentalismo religioso, que se prendia a um biblicismo fechado em torno da herança calvinista. Cabe descrever ainda que, no início da Reforma Protestante, a ação pastoral e docente de João Calvino refletia sua formação jurídico-humanista, com um pensamento que se ancorava na tradição clássica, mas não se reduzia à mera intelectualização. Sua experiência de exílio e com exilados, os sofrimentos dos protestantes franceses e a consciência de seu papel como reformador lhe instigava a pensar a fé no cotidiano de seus afazeres semanais de pastor, pregador, teólogo, escritor, estadista e administrador da relação entre Estado e Igreja, com suas tensões e possibilidades.

A contribuição calvinista abarcou campos como educação, política, teologia, economia e ética, como consequência da formação humanista de Calvino. A divulgação de seu pensamento foi favorecida, entre outros aspectos, pela academia de Genebra, centro de formação e educação protestante a qual segundo Dowe Jr:

Em todo caso, devido em parte à Academia de Genebra e em parte às Institutas da Religião Cristã, a influência de Calvino logo se fez sentir em diversas partes da Europa, e, mais tarde, surgiram várias igrejas - na Holanda, Escócia, Hungria, França, etc. - que seguiriam as doutrinas do reformador de Genebra e que se conhecem como 'reformadas' ou 'calvinistas'.²⁶

Sua obra *O Corpus Reformatorium* tem 57 volumes, contendo cartas²⁷ que Calvino escreveu para outros reformadores, reis, igrejas perseguidas, protestantes presos, vendedores, mártires, além de escritos linguísticos catequéticos e cerca de dois mil sermões e comentários bíblicos.²⁸ O reformador de Genebra ainda teve papel importante no esforço pela unidade dos cristãos. Ele contribuiu para o surgimento de um paradigma ecumênico contra a defesa da indiferença entre Igrejas, e que conforme Almeida pode ser visto no *Consensus Tigurinus*, de 1549:

As lutas diminuíram com o passar dos anos, permitindo que o reformador genebrino se preocupasse com outras questões e entre elas com a divisão do cristianismo em vários ramos. E em 1549, apenas seis semanas após o falecimento da esposa, Calvino foi a Zurique junto com Farel, para conversar pessoalmente com Bullinger. Foi então que surgiu um documento, quase todo o trabalho de Calvino, denominado '*Consensus de Zurique*'. O qual recebeu apoio de várias igrejas. Escreveu a Bullinger, sucessor de Zwinglio na Igreja de Zurique, vindo a produzir a '*Confissão Helvética*' de 1556, quando se concretizou a unidade da Igreja Reformada Suíça. Manteve contatos com líderes anglicanos da Inglaterra, escreveu a Valdenses

²⁶ DOWEY JR, 1998, p. 13-14.

²⁷ CAIRNS, 2008, p. 254.

²⁸ GEORGE, 1994, p. 188.

italianos e estes adotaram a teologia calvinista, embora mantivessem as características sociais peculiares. Sonhava o reformador com um concílio de cunho ecumênico que acabasse com as divisões existentes. Aceitava que dentro da Igreja Romana existiam sinais da Igreja de Cristo e era preciso que houvesse diálogo com ela [...].²⁹

As tensões expostas entre os grupos reformados, luteranos e a Igreja Católica se manifestaram no ambiente em que as disputas políticas, sociais e simbólicas foram travadas. A difusão do pensamento calvinista passou pela literatura e pela academia de Genebra com seu currículo humanista, formando uma geração de líderes reformadores. Nesse período, foram sendo elaboradas e reelaboradas as primeiras representações do calvinismo primitivo.

A cultura e a tradição foram disseminadas na Europa na esteira de práticas que valorizavam a teologia e, paralelamente, o confessionalismo. Ao mesmo tempo, realçava-se o governo eclesiástico idealizado na reforma calvinista, que, inicialmente, previam quatro ofícios: pastor, professor, presbítero e diácono. Na obra *Instituição da Religião Cristã*, afirma-se que “os presbíteros são oficias leigos eleitos pela congregação para participar com os pastores do exercício da disciplina eclesiástica, opondo-se a qualquer monopólio monárquico ou clerical [...]”³⁰. E “os diáconos eram oficiais públicos da igreja designados para o cuidado com os pobres”³¹. Na teologia dos ofícios, Calvino compreendia o ofício dos presbíteros e diáconos como permanentes e necessários à vida da Igreja.

A dependência entre a Igreja e o Estado foi um ponto de discórdia entre Calvino e as lideranças civis. Ao mesmo tempo em que lutou para criação de princípios e normas que permitissem a autonomia da vida religiosa frente ao Estado, ele empreendeu esforços para que o governo civil não estivesse separado da Igreja.

A trajetória de Calvino e seu papel de reformador e líder ecumênico servem como moldura para a tradição na qual foram expostos os diversos quadros no decorrer da história presbiteriana, com seus ângulos e perspectivas distintos, de acordo com as representações criadas.

Após a reforma na Suíça, um evento significativo no movimento reformador foi a Reforma Escocesa. Liderada por John Knox (1505-1572), clérigo católico e um dos discípulos de João Calvino em Genebra, a Reforma Escocesa foi responsável pelo estabelecimento do ramo protestante conhecido como presbiterianismo, sistema de governo adotado pelo

²⁹ ALMEIDA, Joãozinho Thomaz. *Calvino e sua herança*. 2ª edição. Espírito Santo: Ed. Gráfica Lisboa, 2009, p. 79.

³⁰ MCKEE, Anne Elsie. Os Ofícios de Presbíteros e Diácono na Tradição Reformada Clássica. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998, p. 309.

³¹ GEORGE, 1994, p. 239.

Parlamento da Escócia em 1560, cuja base teológica pautava-se nas ideias de Calvino, com a teologia reformada e sua concepção de governo religioso.

Segundo Cairns com a reforma a igreja escocesa organizou-se em presbitérios, sínodos e uma Assembleia Nacional com um sistema representativo de anciãos, formalmente estabelecido em 1567, similar ao adotado em Genebra. “O termo presbiteriano aplicado à tradição reformada deve-se à reforma na Escócia, liderada por calvinistas”.³²

Uma etapa singular na história dos calvinistas foi constituída pela presença protestante na Inglaterra, com Henrique VIII, que se desenvolveu no período da restauração, na República de Cromwell e, por fim, no reinado da Rainha Elizabeth. Naquele cenário, a tradição reformada produziu novas configurações que marcaram a identidade calvinista posterior e sua continuidade com os puritanos na Nova Inglaterra.

Henrique VIII, rei da Inglaterra, decretou o Ato de Supremacia em 1536 e se transformou em líder da Igreja Anglicana, separando-se de Roma. Com isso, manteve a tradição e a estrutura católica, com seus credos, ritos e doutrinas. Entretanto, no reinado de Eduardo VI, os nobres começaram a fortalecer a influência reformada na igreja inglesa. Isso por contados contatos com luteranos e calvinistas que vinham da Europa Continental e influenciaram a Igreja Anglicana com suas propostas de reforma. O professor Carlos Eduardo Calvani afirma que “traços dessa influência reformada calvinista podem ser observados na liturgia anglicana, no primeiro Book of Common Prayer, de 1549, e na elaboração da declaração doutrinária dos 39 Artigos de Religião”.³³

No reinado da rainha Maria Tudor houve a restauração da aliança com Roma, reaproximação marcada por repressão às ideias e práticas protestantes, incluindo a punição com prisões. O período do reinado de Elizabeth I restaurou por definitivo o anglicanismo e o equilíbrio teológico entre forças católicas e protestantes, possibilitando surgir naquele contexto histórico um meio termo entre as tradições católica e protestante, que ficou conhecido como Via Média. Foi longo o caminho que deu origem a essa forma eclesial, porquanto a Inglaterra internamente era composta de diversos grupos que se antagonizavam em disputas.

A influência da Reforma na Inglaterra se manifestou nos principais grupos que dela participaram, como presbiterianos, congregacionais e puritanos. Esse último grupo era formado por um contingente de cristãos que haviam fugido das perseguições do reinado de Maria Stuart e absorveram as ideias reformadas calvinistas. Os puritanos desejavam uma

³² CAIRNS, 2008, p. 261.

³³ CALVANI, Carlos, E. A Igreja Anglicana. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 67, p. 36-47, set. / nov. 2005, p. 38.

segunda reforma na Igreja Anglicana, uma vez que questionavam o modo de vida dos clérigos ingleses, considerando-os afastados dos padrões de Genebra. Eles também questionavam a liturgia anglicana, que julgavam muito católica. Com o tempo, voltaram-se também contra a estrutura de governo da Igreja Inglesa.

Os Puritanos chegaram ao poder na Inglaterra por um breve período, na ditadura de Oliver Cromwell, e deixaram uma marca na cultura, igreja e teologia da Grã-Bretanha. Naquele período, um dos documentos símbolos dos reformados foi a Confissão de Fé de Westminster, que expressava uma nova percepção reformada, baseada na Teologia do Pacto, compreendida na definição e afirmação de sua principal teologia, segundo pesquisador Breno Martins Campos:

A Confissão de Fé de Westminster é um compêndio ligeiro de teologia sistemática calvinista, cuja base teológica da argumentação é o que se chama teologia do pacto, pela qual se aceita que os decretos de Deus não são parte de um esquema impessoal e mecânico de eleição e predestinação; antes, sob o evangelho ou nova dispensação, Deus estabeleceu um pacto de graça com a semente de Abraão, o que pode somente ser apropriado pela fé, que também é dom de Deus e por essa razão pessoal.³⁴

A Teologia do Pacto e a Escolastização puritana da teologia calvinista foram consequência natural de um ambiente de afirmação da república presbiteriana de Oliver Cromwell. Naquele contexto, o puritanismo era fruto da insatisfação e do desejo de reforma na tradição anglicana, em busca de um sistema de governo que pretendia implementar um modelo representativo, e não mais a hierarquia episcopal, de cima para baixo. Segundo Silas Luiz de Souza podem ser percebidas algumas diferenças entre o Calvinismo do período da Reforma e o pensamento reformado de linha puritana:

A diferença entre puritanismo e o calvinismo primitivo consiste no intenso individualismo presente no puritanismo, que introduz um legalismo, uma justiça própria e um ascetismo sistemático não conhecido no calvinismo genuíno. Diferente do pietismo continental, o pietismo puritano calvinista é uma escola moral da classe média inglesa, que resulta em um liberalismo em política. Portanto, a teologia calvinista conheceu grandes transformações ao ser adotado pelo puritanismo inglês. Especialmente, houve uma exacerbação do individualismo.³⁵

O puritanismo produziu representações marcantes, que, na visão de Roger Olson, tinham três características: “o ideal de igreja pura, o relacionamento pactual com Deus e a

³⁴ CAMPOS, Breno M. Puritanismo e a construção política da realidade. *Revista Pandora Brasil*, n. 60, 2014, p. 7.

³⁵ SOUZA, Silas Luiz de. *Pensamento Social e Político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2005, p. 25.

sociedade cristianizada”³⁶. Em consequência da ditadura de Cromwell, os puritanos foram perseguidos em solo inglês e migraram para a Nova Inglaterra, onde, entre outros grupos, foram os responsáveis por levar a tradição reformada às colônias inglesas na América do Norte. Em solo americano, a expressão do movimento se manifestou, sobretudo, na ética, no individualismo e no legalismo, dando início a uma nova versão de cristianismo reformado calvinista. O puritanismo contribuiu para a tradição calvinista, com reflexos do pensamento no Brasil e na teologia brasileira. Sem aquele movimento, não se entende o ideal de pureza na igreja brasileira, ainda que em outros moldes e circunstâncias.

1.2 O Presbiterianismo nos Estados Unidos da América

Os puritanos não foram os únicos responsáveis pela introdução da tradição calvinista nos Estados Unidos. Também havia congregacionais, presbiterianos, batistas e outros. Porém, a tradição que mais determinou a cultura americana foi o puritanismo. A ideia de cristandade, ou de uma Igreja Nacional, foi reformulada, porquanto, no protestantismo americano, não havia a figura do Estado como fonte econômica, tal qual se dera nos países europeus. Conforme Souza, em função disso, surgiu como marca significativa do protestantismo o “fenômeno denominacionalista, em que cada igreja tinha autonomia e liberdade administrativa, em um contexto de forte voluntarismo e de corresponsabilidade com o universo da fé cristã e sua expansão”.³⁷

O calvinismo nos Estados Unidos foi influenciado pelo puritanismo, com sua ênfase na moral ascética e na pureza doutrinária. Todavia, uma vez em solo americano, entrou em contato com a tradição pietista, que estabelecia a experiência de fé como critério para a vivência da religião. Esse forte componente emocional e vivencial fundiu-se ao puritanismo para formar um modo de religiosidade americano, ligado aos avivamentos ocorridos na América do Norte.

Os movimentos avivalistas nas colônias americanas derivaram de elementos da tradição Metodista, fundada pelo clérigo anglicano João Wesley (1703-1791), e do Arminianismo, baseado na doutrina de Armínio, que atribuía a salvação ao livre arbítrio da vontade humana na escolha ou decisão pela fé em Jesus Cristo. Era o contraponto à teologia da predestinação calvinista, centrada em maior dependência da vontade do criador para a

³⁶ OLSON, Roger. *História da teologia Cristã: 2.000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001, p. 510.

³⁷ SOUZA, 2005, p. 227.

salvação dos eleitos. Essa crença na liberdade humana era bem recebida numa cultura americana marcada pelo voluntarismo. Segundo Wanderley Pereira da Rosa.

[...] O homem do meio oeste, desbravador, individualista, empreendedor representava à perfeição o espírito americano. Como afirmado anteriormente, o calvinismo com sua defesa da soberania de Deus e da incapacidade humana do ser humano não se coadunava bem com este espírito [...].³⁸

Como integrantes da cultura protestante na América do Norte, os presbiterianos receberam ainda o invólucro americano do Destino Manifesto, ideologia protestante trazida pelos puritanos vindos da Inglaterra, os quais entendiam a migração para os Estados Unidos como analogia do povo de Israel no Antigo Testamento, um povo escolhido em busca da terra prometida e chamado a desbravar o mundo em nome de Deus. Essa ideia estava presente nos sermões, escritos e pregações, que descreviam os pais puritanos fundadores das colônias americanas como escolhidos de Deus.

Em síntese, o Destino Manifesto para Costa, foi uma doutrina americana baseada em “preceitos religiosos que legitimavam e justificavam os movimentos expansionistas, sempre na tentativa de anexar outros territórios aos Estados Unidos”³⁹. Esse espírito foi legitimado pela fé, estimulando as missões provenientes dos avivamentos do século XIX a saírem dos Estados Unidos para evangelizar o mundo. Assim, chegaram ao Brasil revestidas de uma compreensão de sociedade na qual a religião era detentora da verdadeira e legítima fé. Não por outro motivo, apologeticamente, faziam discursos apaixonados em defesa da fé, conforme afirma Mendonça:

Pelo menos no século XIX, o melhor e mais eficiente condutor da ideologia do ‘Destino Manifesto’ foi à religião americana, ou melhor, dizendo, o protestantismo americano com sua vasta empresa educacional e religiosa, que preparou e abriu caminho para o seu expansionismo político e econômico. No caso do Brasil, se no campo religioso seu sucesso foi quase nulo, na educação e na cultura geral, para não dizer no político e econômico, a influência americana não pode deixar de ser sentida, embora não logo após a implantação do protestantismo, mas ao longo de cento e tantos anos de sua chegada.⁴⁰

Nesse contexto de expansão missionária, que levava consigo o projeto civilizador norte-americano, a América Latina foi palco de três ações das organizações missionárias: a evangelizadora, a expansionista e a civilizadora. Deve-se ressaltar que a mentalidade

³⁸ ROSA, Wanderley. *O Dualismo na Teologia Cristã*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010, p. 106.

³⁹ COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra. *Espaço Acadêmico*, São Paulo, ano XII, n. 138, 2012, p. 93.

⁴⁰ MENDONÇA, Antônio Gouvêia. *O Celeste Porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE: 1984, p. 57.

americana englobava não apenas a atividade missionária, mas a ideia do papel legítimo dos Estados Unidos como “novo Israel”, com seu direito de intervenção a partir da ideologia do Destino Manifesto.

Esse é um ponto importante a ser destacado, visto que, na segunda metade do século XX, por volta dos anos 60, período da ditadura militar, o protestantismo brasileiro vivenciou uma crise interna, relativa a influência norte americana, no contexto da guerra fria, subsidiando regimes autoritários na América Latina, fortalecendo grupos conservadores e estimulando golpes militares desde que não estivessem em sintonia com a sua política exterior. Nesse cenário, os Estados Unidos impuseram sua presença ideológica no Brasil, como portadores da mensagem de Deus no contexto dos embates políticos entre comunistas e capitalistas.

1.3 O Presbiterianismo no Brasil

A chegada dos reformados no Brasil pode ser analisada, em um primeiro momento, a partir da chegada dos huguenotes, calvinistas franceses vindos durante o século XVI. Contemporâneos de Calvino, eles realizaram o primeiro culto protestante na Bahia da Guanabara (Rio de Janeiro), em 1557, em uma segunda expedição feita ao Brasil colônia. Permaneceram no país por três anos. Depois, em função de controvérsias sobre o tema da eucaristia e por disputas internas com os partidos franceses na colônia, foram expulsos pelos portugueses.

A presença reformada deu-se no contexto da expansão colonial francesa em busca de ouro, pedras preciosas e outras riquezas. Os huguenotes, porém, vieram apenas na segunda expedição, fugindo das guerras entre católicos e protestantes na França, como comenta Bicalho:

Diante das dificuldades, Villegagnon enviou seu sobrinho, Bois-le-Comte de volta à Europa, a fim de conseguir auxílio. Nova expedição fora então organizada em França, tendo chegado à baía da Guanabara em março de 1557. Desta vez o perfil dos colonos era um tanto diferente. Muitos eram protestantes seguidores de Calvino e de Lutero, e fugiam da perseguição católica em seu país de origem, ansiando por estabelecer no Novo Mundo uma comunidade na qual pudessem viver em paz, e de acordo com sua crença. Dentre eles achavam-se Jean de Léry, que escreveria mais tarde *Viagem à Terra do Brasil*, e Jean Cointá, senhor de Bolés.⁴¹

⁴¹ BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *Revista História*, Franca, v.27, n.1, 2008, p. 33.

Após essa frustrada incursão dos huguenotes, os calvinistas tentaram se fixar no país por meio dos reformados holandeses, que foram para o nordeste do Brasil, como observa Timóteo Carriker. Eles aportaram no litoral nordestino na certeza que Deus lhes tinha proporcionado mais uma conquista colonialista. Celebraram a vitória com um culto em ações de graças, “estabeleceram dois presbitérios - cada um com quarenta pastores, e substituíram as músicas jesuítas por canções militares holandeses. No mesmo contexto de guerras de religião, foram expulsos pelos portugueses em 1654”.⁴²

A fixação definitiva dos reformados no Brasil deu-se no século XIX, favorecida pelo bloqueio continental imposto pela França a todos os portos da Europa. Por não se submeter aos ditames franceses, Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas, o que obrigou a família real a fugir, transferindo a corte portuguesa para o Brasil em 28 de janeiro de 1808. Nesse contexto, foi assinado o Tratado de Comércio e Navegação, que promoveu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. A aliança entre Portugal e Inglaterra criou condições para que os ingleses se transferissem para o Brasil, circunstância que possibilitou a permanência dos primeiros protestantes reformados. Com o Tratado de Aliança e Amizade, assegurou-se também a liberdade religiosa para os ingleses que aqui se instalaram.

Os primeiros grupos protestantes eram provenientes da Suíça e da Alemanha. Em função da pobreza e do desemprego, consequências das guerras napoleônicas, alguns cantões suíços buscaram diálogo com o Reino Unido de Portugal, Brasil, Portugal e Algarves para imigrarem à procura de trabalho e melhores condições de vida. Em 1819, chegaram os primeiros protestantes. Conforme notou o pesquisador Marlon Fluck, “eles só poderiam praticar sua fé de forma privada, em prédios sem aparência exterior de igreja. Além disso, deviam manter a ordem, a decência e a moralidade”.⁴³

Assim tem início no Brasil o protestantismo de imigração, no qual as comunidades recebiam assistência religiosa de pastores europeus e celebravam os cultos na língua materna. Eram grupos étnicos que não se preocupavam em fazer missão e discípulos no Brasil, mas apenas em manter sua cultura.

Na primeira fase de implantação do protestantismo, o Brasil teve a presença de anglicanos, metodistas, reformados e luteranos. Muitos missionários atuavam em sintonia com as Sociedades Bíblicas inglesa e norte-americana, fazendo um trabalho de evangelização por meio da distribuição de bíblias, entre eles os metodistas Daniel P. Kidder e Justin

⁴² CARRIKER, Timóteo C. *Missões e a Igreja Brasileira: perspectivas históricas*. São Paulo: Mundo Cristão, 1993, v. 2, p. 49.

⁴³ FLUCK, Marlon Ronald. A abertura dos Portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. *Via teológica*, v. 14, n.27, jun. 2013, p. 10.

Spaulding. Nesse período, observava-se a atuação da Sociedade Americana de Amigos Marítimos, iniciada em 1836, que ganhou relevância na pessoa do capelão James Cooley Fletcher, em 1856. Ele era calvinista e também um negociante que via sua atuação comercial como parte do ministério.

Segundo o historiador Davi Gueiros o pastor presbiteriano norte-americano, James Cooley Fletcher, foi um dos responsáveis pela inserção do protestantismo no império e na luta em favor da liberdade de culto. Ele era representante de uma mentalidade em voga no período, que via o progresso técnico e industrial como monopólio das nações de fé reformada. Essa ideologia liberal teve origem na França e na Inglaterra, e ganhou especial destaque na pessoa de Fletcher, que “vislumbrou no Brasil daquele período um anseio por industrialização, em função das novas classes ávidas por modernização”.⁴⁴

Foi naquele cenário que a Inglaterra protestante expandiu os limites de sua dominação comercial e tecnológica, seguida, posteriormente, pelos Estados Unidos, que empreenderam o movimento conhecido como marcha para o oeste. Ambos os movimentos expansionistas refletiam o espírito do progresso que viria acompanhado do espírito protestante.

Segundo Davi Gueiros essa conjuntura permite entender a acolhida de Fletcher nos círculos de intelectuais e pessoas de prestígio no Rio de Janeiro, como Aureliano Tavares Bastos e Caetano Furquin de Almeida, representantes da escola de pensamento ligada à ideologia do progresso, que “se respaldava nas imigrações germânica e anglo saxônica”.⁴⁵

Contudo ao viés liberal soma-se a identificação maçônica que havia no interior do protestantismo. Pois alguns missionários eram maçons, e a maçonaria manifestou-se partidária, seja na defesa da liberdade religiosa aos protestantes ou cedendo suas lojas para que fossem realizados cultos e até mesmo muitos maçons tornaram-se protestantes. Conforme Ribeiro e Filho afirmam

Podemos afirmar, que a proteção dispensada aos agentes bíblicos e aos missionários por parte da maçonaria, e a defesa da liberdade religiosa, foi apenas parte de uma jogada política contra o poder da Igreja Católica. A maçonaria via os protestantes como representantes da ‘modernidade’ no Brasil, daí surgiu a crença entre a elite liberal-maçônica de que o atraso brasileiro é consequência da dominação Romana, tal situação seria resolvida mediante a imigração em massa dos povos protestantes e da imposição de seu estilo de vida baseado na valorização do trabalho e da educação.⁴⁶

⁴⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980, p. 62.

⁴⁵ VIEIRA, 1980, p. 372.

⁴⁶ RIBERIO, Viviane; FILHO, Geraldo Inácio. *Protestantismo, liberalismo, maçonaria e a educação no Brasil, na segunda metade do século XIX*. p. 12. Disponível em:

Segundo o pesquisador Valdir Gonzalez Paixão Junior sete fatores favorecerem a fixação dos protestantes no Brasil no século XIX. “O primeiro, já mencionado, foram o Tratado de Abertura dos Portos e o Tratado de Amizade, que permitiram a presença de imigrantes e suas respectivas religiões”.⁴⁷

O segundo foi o perfil do clero católico romano, que, naquele momento, vivia um afrouxamento da vida espiritual e um declínio moral, consequência da falta de párocos e do envolvimento político dos sacerdotes.⁴⁸ O terceiro fator relacionava-se à expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal. Naquele período desenvolveu-se um catolicismo mais supersticioso, individualista e autônomo, que valorizava as festas populares.⁴⁹

O quarto tem como marco a promulgação da Constituição de 1824, que dava liberdade a não católicos de prestarem cultos particulares em seus próprios edifícios.⁵⁰ O quinto fator se expressou na influência jansenista, proveniente de Coimbra, a qual se refletia, por exemplo, na postura teológica do Padre Feijó, cuja abertura para uma maior centralidade das Escrituras e a acolhida dos protestantes eram as características mais marcantes.⁵¹

O sexto foi o trabalho realizado pelas Sociedades Bíblicas, que facilitou a atividade dos missionários, a exemplo de Daniel Kidder, rotulado de amigo da Bíblia.⁵² O sétimo fator foi o liberalismo do Estado brasileiro.⁵³ Essa avaliação foi corroborada pelo historiador francês Emile Leonard em sua obra, *O protestantismo Brasileiro*. Ele afirma que “duas ordens de circunstâncias favoreceram grandemente a propaganda estrangeira: as disposições do Imperador e a necessidade de receber imigrantes”⁵⁴.

Nessa etapa, nota-se uma mudança no perfil dos protestantes, que seguiram os passos de Kidder e Fletcher. Entre vários, podem ser citados o médico e missionário escocês Robert Kalley, fundador da primeira igreja protestante do Brasil - a Igreja Evangélica Fluminense; e o missionário Ashbel Green Simonton, fundador do presbiterianismo no Brasil. Quanto ao primeiro, constata o historiador Alderi Matos

<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/059.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018. p. 11.

⁴⁷ PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzáles. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. 2008. 376 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008, p. 69.

⁴⁸ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 69.

⁴⁹ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 69.

⁵⁰ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 70.

⁵¹ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 70.

⁵² PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 71.

⁵³ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 71.

⁵⁴ LÉONARD, Emile-G. *O Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: ASTE, 1963, p. 47.

Pode ser mencionado ainda que em 10 de maio daquele ano de 1855 chegaram ao Rio de Janeiro Robert e Sarah Kalley, fundadores da Igreja Evangélica Fluminense, geralmente considerada a mais antiga denominação evangélica de língua portuguesa do Brasil. Após uma breve passagem pela capital, o casal se instalou em Petrópolis, onde em 19 de agosto realizou a primeira aula de Escola Bíblica Dominical do Brasil. A vinda de Robert e Sarah Kalley para o Brasil se deu com importante contribuição de Fletcher: em 1853 ele havia enviado uma carta para a Sociedade Bíblica Americana em Nova York pedindo o envio de alguns refugiados madeirenses para trabalharem no Brasil como colportores. Esta carta acabou interceptada pelos Kalley, que estavam em Illinois visitando os mesmos madeirenses. Kalley foi informado pelo dirigente da Sociedade Bíblica sobre o pedido de Fletcher e decidiu ele mesmo vir para o Brasil no ano seguinte.⁵⁵

Pela correspondência de Fletcher, com a conseqüente vinda da família Kalley, fica claro que o objetivo era fazer missão, tanto que o segundo presbiteriano a chegar ao Brasil, Ashbel Green Simonton, na observação de Gueiros “portava cartas de apresentação para alguns brasileiros de alta classe fornecidas por Fletcher, embora pouco tenha lançado mão destas”⁵⁶. Simonton se tornaria o pai do presbiterianismo brasileiro.

Com Simonton e os demais missionários daquela época, configura-se uma nova etapa do protestantismo brasileiro. Eles não eram imigrantes em busca de uma nova pátria, fugindo das guerras e da pobreza, mas interessados em fazer missão. Na bagagem, traziam sua prática missionária, marcada por representações próprias: consciência de ser o povo escolhido de Deus (Destino Manifesto), aproveitando as trilhas abertas pelos interesses econômicos e políticos, e a ideia de progresso, contida no *American Way of Life*, tomada como modelo de sociedade ideal cristã e protestante, reservada aos povos que jaziam nas trevas. Por isso, esse protestantismo será definido como Protestantismo de Missão, diferente do Protestantismo de Imigração.

O presbiterianismo será então parte do processo de gestação do protestantismo missionário, e sua presença e implantação no Brasil pode ser avaliada como consequência imediata dos impulsos dados pelos movimentos de avivamentos nos Estados Unidos, motivadores da expansão missionária. Naquele contexto, Ashbel Green Simonton foi enviado pela Igreja Presbiteriana do Norte, em 1859, por meio da *Boardo Foreign Mission* Nova York. Em seguida, chegou Alexandre Blackford, em 1860, e Francis Schneider, em 1861. “Como fruto deste período, em 1862, fundou-se, na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil”.⁵⁷

⁵⁵ MATOS, A. S. Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas. *Fides Reformata*, VIII, n.1, 2003, p. 9-28, p. 17.

⁵⁶ VIEIRA, 1980, p. 135.

⁵⁷ CHAMON, Carla Simone. *Escolas em Reforma saberes em trânsito*. A trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 52.

O trabalho de Simonton durou oito anos, até que, vitimado pela febre amarela, ele morreu. Embora atuando por um curto período, Simonton desenvolveu diversas atividades que refletiam a proposta dos primeiros missionários presbiterianos: fundou uma escola de alfabetização; “organizou a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil”⁵⁸. Fundou a Imprensa Evangélica, primeiro jornal evangélico; organizou o primeiro concílio o Presbitério do Rio de Janeiro e lançou as sementes do primeiro seminário evangélico; e auxiliou na formação da Igreja Presbiteriana em São Paulo, sendo esta a Segunda Igreja Presbiteriana no Brasil.

A descrição aqui feita não objetiva detalhar as atividades e vicissitudes dos primeiros presbiterianos, mas lançar um olhar nos aspectos principais das atividades, marcos e práticas presbiterianas. Para tanto, a descrição didática que abrange de forma geral o tema proposto, foi feita por Júlio Andrade Ferreira, historiador oficial da IPB, em sua obra, *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. A convite do Supremo Concílio para Campanha do centenário da igreja. Sobre esta obra Tiago Watanabe comenta:

A narrativa foi organizada a partir da cronologia do surgimento dos líderes presbiterianos representativos. Muito descritivo, o texto teve trechos enfadonhos até para os mais saudosistas dos presbiterianos. Preocupou-se com a descrição minuciosa de personagens e eventos, transportando trechos de documentos da máquina burocrática para a sua narrativa, preocupou-se também excessivamente com datas, horários e nomes.⁵⁹

Esse modelo de historiografia confessional servia de resgate da memória do grupo religioso, porém, marcada pelo positivismo, e sem problematizações nas fontes e estruturas conceituais. Desconsidera o lugar dos sujeitos, vivências e recepções, dos saberes na comunidade, conforme indica José D’Assunção Barros

Para além dos sujeitos e agências que produzem cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as visões de mundo, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os modos de vida[...].⁶⁰

Apesar dessa limitação, a pesquisa oficial da IPB será de auxílio para compreensão da memória do grupo social. Uma síntese do retrospecto histórico de Júlio Andrade Ferreira foi retratada por João Dias de Araújo em seu livro *Inquisição sem fogueiras: vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil (1954-1974)*. Presta-nos ao propósito desta

⁵⁸ RIBEIRO, Boanerges. *O protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 19.

⁵⁹ WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. A Construção da Diferença no Protestantismo Brasileiro. *Revista Aulas*, n. 04, abril 2007/julho 2007, p. 4.

⁶⁰ BARROS, José D’Assunção. “A história cultural e a contribuição de Roger Chartier”. *Diálogos*, Vol. 9, n. 1, 2005, p. 130.

pesquisa analisar alguns estratos das características pontuadas nas ações, conflitos, e recepções, da cultura presbiteriana, descritas neste esboço com o fim de problematizar as representações.

1.3.1 Primeiro período (1859-1869): primeiros esforços

Este período é caracterizado pelos primeiros esforços que marcaram uma das tendências que percorreu toda a história do presbiterianismo brasileiro. Essa tendência se refletiu na influência dos missionários da junta de Nova York e na atuação marcante do primeiro ministro presbiteriano brasileiro, o ex-padre José Manoel da Conceição. Foi uma fase pioneira, de estabelecimento da infra-estrutura hoje considerada tradicional da igreja: escola dominical, distribuição de bíblias, pregações evangelísticas, literatura devocional e de propaganda da fé, jornal da igreja, educação teológica, estrutura conciliar, hinologia e educação.⁶¹

Esta etapa marca a inserção do presbiterianismo na cultura brasileira. Pode-se notar a dinâmica evangelística marcada pelo ensino, literatura e organização, práticas provenientes da herança calvinista de longa data, permanentes na prática missionária no nascedouro da IPB. Acerca de José Manuel da Conceição, primeiro ministro presbiteriano ordenado no Brasil, um ex-padre, em sua vida e ministério apesar da conversão ao protestantismo, não se alinhava ao projeto missionário, pois segundo Boanerges Ribeiro, Conceição entendia a missão não como desconsideração da cultura e sociedade brasileira, ou uma cópia do protestantismo americano.

Quanto a evangelização, parece que ele não desejava o estabelecimento de uma igreja protestante transplantada de outra raça, outra cultura, diversa tradição e temperamento, mas um movimento profundo de reforma nos sentimentos e experiência religiosa do povo aliada ao esclarecimento bíblico que torna-se possível a criação de um cristianismo brasileiro puro e evangélico, mas enraizado nas tradições e hábitos populares.⁶²

Essa vertente protestante crítica do *modus operandi* missionário no protestantismo nascente, mostra-se de forma indiciária, como um indicativo que a tradição recebida, não ficou ileso de novas reinterpretações. Os missionários queriam uma igreja transplantada, com uma estrutura tal qual, a Igreja americana, que enviara os missionários, para reprodução de suas estruturas, organizações e teologias. “Conceição [...] se detinha, não batizava conversos, não organizava igreja, pregava, curava e desaparecia”⁶³. Não é por acaso que Cavalcanti analisando o Projeto missionário brasileiro no século XIX afirma

⁶¹ ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982, p. 17-18.

⁶² RIBEIRO, Boanerges. *O Padre protestante*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1950, p. 206.

⁶³ RIBEIRO, 1950, p. 200.

Primeiro, houve o choque entre a racionalidade da fé anglo-saxônica e do misticismo brasileiro no que se refere à experiência do sagrado. Enquanto o presbiterianismo entendia o sagrado num modo disciplinado, ascético, pragmático, e racional, seus adeptos brasileiros buscavam a experiência mais imediata do mesmo, mais mística, mais visceral, e por que não dizer, pré-moderna⁶⁴

O modo de vida do primeiro pastor brasileiro, Rev. José Manuel da Conceição, o padre protestante, como era conhecido, já denunciava uma crítica as representações protestantes trazidas pela empresa missionária. Pois desconsideravam a cultura e a piedade popular. Segundo Mathias, em sua dissertação sobre a Vida do padre protestante, afirma “Parece que em sua profunda religiosidade, o desejo ardente de Conceição era estabelecer uma reconciliação entre cultura e religião”⁶⁵

1.3.2. Segundo período (1869 – 1888): da expansão missionária até o Sínodo brasileiro

O segundo período é marcado pela expansão missionária que culmina na organização do Sínodo Brasileiro. Nesse período o presbiterianismo receberá a influência da chegada dos missionários presbiterianos do sul dos Estados Unidos (IPS) enviados pela junta de missões de Nashville, no contexto da Guerra de Secessão. Tratava-se da imigração de pessoas descontentes com a situação política e econômica escravistas do seu país. Dentre os imigrantes vieram dois missionários George Nash Morton e Edward Lane que se fixaram em Campinas. Morton se destacou como educador no Colégio Internacional de Campinas, e Lane se dedicou mais à evangelização nos arredores de Campinas e ao largo da Estrada de Ferro Mogiana. A IPS se interessou pelo nordeste e enviou para Recife John Rockelll Smith líder pioneiro que evangelizou e formou pastores brasileiros, outros vieram destinados a fazer missão no Triângulo Mineiro – MG, dentre os quais destacou-se Blackford com importante participação na recuperação do seminário do Rio. Como fruto do trabalho missionário destes apresenta-se grandes nomes de pastores brasileiros como: Modesto Perestrela Barros Carvalhosa, Antônio Bandeira Trajano, Miguel Gonçalves Torres e Antônio Pedro de Cerqueira Leite, os quais protagonizaram como esteios do Presbiterianismo nacional, segundo Ferreira. Assim, o presbiterianismo chegou à Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do sul e Paraná. George Chamberlain funda a Escola Americana em São Paulo, e, em 1888 já havia no Brasil 20 missionários estrangeiros, 12 pastores nacionais, 59 igrejas, 4 presbitérios: Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e de São Paulo. As sessões do primeiro Sínodo foram realizadas na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1888.⁶⁶

Nesse período, denominado de consolidação do trabalho reformado, destacam-se as duas Igrejas Presbiterianas, do norte e do sul dos Estados Unidos, atuando em diversas frentes, um clero presbiteriano brasileiro dependente da presença missionária estrangeira.

⁶⁴ CAVALCANTI, H. B. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência presbiteriana e batista. *Revista de Estudos da Religião*, n. 4, p. 61 – 93, 2001, p. 76.

⁶⁵ MATHIAS, Luiz G. K. *Ser protestante sendo brasileiro: uma leitura "tillichiana" da vida e dos escritos do rev. José Manuel da Conceição*; 2008; Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2008, p. 131.

⁶⁶ ARAUJO, 1982, p. 18-19.

Porém em plena expansão o trabalho eclesiástico. As igrejas, apesar das diferenças teológicas nos Estados Unidos, trabalharam juntas na IPB.

1.3.3 *Terceiro período (1888-1903): lutas eclesiásticas e a cisão de 1903*

No terceiro período compreendido entre 1888 a 1903 a Igreja recebeu a influência do grande líder Eduardo Carlos Pereira e sua personalidade marcante levou a lutas eclesiásticas que resultaram em cisão da Igreja. Foi um período muito difícil em que vários missionários adoeceram em função do surto de febre amarela, motivo pelo qual, surgiram problemas internos como a criação do Seminário pelo Sínodo, que divergiu opiniões entre pastores e missionários quanto a sua localização, e, na falta de consenso foi tornando-se tardia a sua organização. Depois de longo período de discussão finalmente foi fundado em Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro e Eduardo Carlos Pereira fundou o Instituto Teológico em São Paulo, o sínodo em 1894 resolveu unir estas duas escolas em São Paulo, o Colégio Internacional de Campinas que foi transferido para Lavras. Tempos depois surge o problema no Mackenzie devido à divisão de opiniões sobre política missionária em relação ao destino das verbas enviadas pelas igrejas norte-americanas. Na época era dirigido por Horácio Lane que divergia da política educacional de Eduardo Carlos Pereira, que era contra a orientação dos missionários em relação ao Mackenzie, e defendia que a instituição deveria ser restrita a educação dos filhos da Igreja pela própria Igreja. Em 1898 outro problema abala a comunhão e unidade da igreja, o problema era voltado a questão da maçonaria – se o crente pode ou não ser maçom? Uma discussão amarga em que brasileiros e norte-americanos se desgastaram. Portanto, quando o sínodo se reuniu em 1903, esses três problemas agitavam a Igreja: a questão missionária, a questão maçônica e a questão educativa. Nesse sínodo deu-se a primeira cisão no protestantismo brasileiro. Sete ministros e catorze presbitérios se retiraram da IPB no dia 31 de julho e fundaram a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI).⁶⁷

Nesse terceiro período, as crises internas e diferenças entre presbiterianos cresceram e produziram uma cisão significativa na estrutura da igreja. Eduardo Carlos Pereira, líder da separação, que representava outro projeto presbiteriano, rompeu com a dependência americana, promoveu um fundamentalismo relacionado à herança maçônica no seio presbiteriano e, como afirma Mendonça “sob a camuflagem de desencontros com a maçonaria, o nacionalismo também provocou o primeiro cisma entre protestantes no Brasil que deu origem, em 1903, à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil sob o signo do antimacônio”.⁶⁸

⁶⁷ ARAUJO, 1982, p. 19-20.

⁶⁸ MENDONÇA, Antônio G. O Protestantismo no Brasil e suas Encruzilhadas. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 67, set. / nov. 2005, p. 54.

1.3.4 Quarto período (1903-1917): desde a origem da IPI até a Comissão “*Modus Operandi*”

Desde a origem da IPI até a criação da Comissão ‘*Modus Operandi*’⁶⁹: A figura de destaque nesse período é Erasmo Braga, pastor e escritor e líder do movimento pela unidade entre cristãos evangélicos no início do século XX. Esteve presente⁷⁰ considerado a maior expressão do protestantismo brasileiro. É um período de crescimento tanto da IPB como da IPI, pois criou o Seminário que depois foi transferido do Rio para Campinas em 1907, também criou o Seminário do Norte em Garanhuns, que foi transferido para o Recife em 1918. A missão em Portugal é liderada por Álvaro Reis e Erasmo Braga e por intermédio do incentivo destes Grandes colégios foram criados: o Colégio Agnes Esrkinge em Natal - Recife e em Garanhuns; o Instituto Ponte Nova, no Interior da Bahia. Neste contexto nomes como George Butler em Pernambuco e William Wadell na Bahia se tornaram figuras bastante respeitadas na medicina e na educação respectivamente. Em Goiás o Presbiterianismo foi estabelecido a partir do trabalho dedicado de Franklin F. Graham, que além do trabalho religioso investiu em criação de escolas, algumas das quais foram absorvidas pela Rede Estadual de Ensino de Goiás e funcionam até o presente momento. Em Mato Grosso com Philips Landers e no leste de Minas e o Espírito Santo tornaram-se o celeiro do evangelismo presbiteriano. O interior e o litoral de São Paulo também foram alcançados pela evangelização dos missionários presbiterianos. O Jornal o Puritano torna-se o veículo oficial da IPB após o fechamento da Imprensa Evangélica fundada por Simonton, e simultaneamente surge também outro jornal no norte, ‘O Norte Evangélico’. Em 1910 três sínodos formaram a Assembleia Geral da IPB: o Sínodo do Norte, o Sínodo do Sul e o sínodo Central (a Assembleia Geral passou a chamar-se depois em Supremo Concílio). O Congresso do Panamá em 1916, contou com a participação de Erasmo Braga e Álvaro Reis, com suas propostas de uma nova política de relação entre a Igreja brasileira e as missões norte-americanas e estas foram aprovadas pela Assembleia Geral em 1917, na qual se estabeleceu uma divisão de campos entre missionários e pastores brasileiros. Aqueles ficavam em novos campos do interior e estes nos grandes centros e nas igrejas estabelecidas. Foi criada Comissão *Modus Operandi* composta por três representantes de cada entidade: junta de Nashville, da junta de Nova York e da IPB.⁷¹

No quarto período, destacou-se a figura de Erasmo Braga (1877-1932). Líder reformado, sua prática e seus escritos demarcaram uma corrente do presbiterianismo que estava sintonizada com o sentimento de ecumenicidade⁷² da Igreja, e promoveu um maior diálogo com a cultura brasileira. Ele representou um novo *ethos* na tradição presbiteriana, presente em obras como o *Pan-americanismo*. Publicada em Nova York (1916), ela expressava o ideal de unidade entre cristãos, mesmo referindo-se apenas ao círculo protestante, tornando-se semente de uma maior abertura e cooperação entre os evangélicos, com inserção na cultura brasileira. Sobre ele, atesta Júlio Andrade Ferreira: “a solução de

⁶⁹ A Comissão *Modus Operandi* era composta por três representantes de cada entidade: junta de Nashville, da junta de Nova York e da IPB.

⁷⁰ Erasmo Braga foi um dos grandes nomes do presbiterianismo brasileiro, líder presbiteriano, esteve à frente da Comissão Brasileira de Cooperação-CBC, e foi um dos fomentadores do Seminário Unido, iniciativa evangélica que buscava nas alianças com as igrejas conseguir uma formação teológica de qualidade.

⁷¹ ARAUJO, 1982, p. 20.

⁷² Ecumenicidade: Em Teologia significa a universalidade da Igreja cristã para além das confissões e denominações religiosas, indica a totalidade do povo de Deus.

Braga ao provincialismo que enxergava no protestantismo brasileiro foi a cooperação entre as igrejas para a evangelização ou cristianização da sociedade brasileira”.⁷³

1.3.5 Quinto período (1917-1959): da formação da comissão *Modus Operandi* até a campanha do centenário

Da formação da comissão ‘*Modus Operandi*’ até a Campanha do Centenário. Houve uma grande expansão dos campos missionários e uma proliferação de novos presbitérios. Por outro lado, a igreja começa a debater seriamente a sua missão dentro da realidade brasileira. Ao completar um século de existência a Igreja Presbiteriana do Brasil criou a ‘Junta Mista de Missões Nacionais’ depois chamadas de Junta de Missões Nacionais – JMN. Enquanto isso em Portugal a missão também prosperou, e foi criado o Seminário Unido no Rio que deu especial ênfase a uma fase de debates que discutiam de 1918 até 1932 e as formas de potencializar o Seminário de Campinas e do Seminário do Norte, bem como rascunhar o projeto para a criação do Seminário do Centenário. O Instituto José Manuel da conceição foi criado por Wadell em Jandira, subúrbio de São Paulo, para servir de pré-teológico e outros eventos também marcaram esse período como a primeira reunião da Federação de Senhoras Presbiterianas em Lavras 1921 e os moços em 1938. Hospitais Evangélicos são estabelecidos em Ponte Nova - Bahia, Rio Verde - Goiás, Curitiba - Paraná e em outras localidades. Novos colégios presbiterianos também foram construídos em Buriti - Mato Grosso, o Colégio 2º de Julho na Bahia e o Ginásio Alto Jequitibá em Minas Gerais. Registram-se também o surgimento de novas organizações como o Instituto de Cultura Religiosa - ICR, a União Cristã de Estudantes do Brasil - UCEB e a Casa Editora Presbiteriana, e, por fim registra-se a Campanha do Centenário que inflamou a Igreja e tinha como lema: ‘10 anos de gratidão por um século de bênçãos’ houve ênfase na evangelização, com grande euforia e ufanismo. A Assembleia da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas – AMIR foi realizada pela primeira vez no Brasil de 7 de julho a 6 de agosto de 1959, nela foi planejada a Criação de um Museu Presbiteriano e assim foi feito. Porém, passados 15 anos da celebração do centenário houve um período de grandes lutas na IPB.⁷⁴

Nesse último período, a Igreja Presbiteriana do Brasil se estabeleceu e desenvolveu uma estrutura organizacional formada por Igrejas, Presbitérios, Sínodos e um Supremo Concílio. Além disso, fundou escolas, orfanatos e hospitais, e promoveu uma cooperação evangélica com outras igrejas, refletida, por exemplo, no Seminário Unido no Rio de Janeiro. A IPB expandiu então suas missões pelo Brasil, com presença multiplicada de norte a sul, e estabeleceu relações com a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR). Havia mais de uma tendência teológica na igreja, nela conservadores e progressistas habitavam juntos, apesar das divergências e desafios internos administrativos, bem como das tensões registradas na relação com os missionários.

⁷³ FERREIRA, Júlio A. *O Profeta da unidade: Erasmo Braga, uma vida a descoberto*. Petrópolis: Vozes, Tempo e Presença, 1975, p. 138.

⁷⁴ ARAUJO, 1982, p. 21.

Dados estatísticos da pesquisa de Paul Pierson sobre a IPB no período de 1910 a 1920 apontaram um crescimento de 78% da Igreja. No período de 1931 a 1941, o crescimento foi de apenas 31%. Os números refletem mudanças no cenário brasileiro, marcadas pelo êxodo rural, pela industrialização e pela emergência de novos desafios urbanos nos anos 50. “Esse cenário configurava novidade para um presbiterianismo que havia feito missões em grande parte no ambiente rural, mas, naquele momento, tinha como alvo se estabelecer nas cidades”⁷⁵. Rubem Alves então seminarista da IPB, descreveu o período como de verdadeira “convulsão intelectual nos meios protestantes”.⁷⁶ As bandeiras do desenvolvimento social e do ecumenismo entre igrejas, da preocupação com a sociedade fermentaram o imaginário social em busca de novas representações religiosas que respondessem ao cenário sócio-cultural ansioso de novas repostas teológicas e políticas.

1.4 Anos 60 e 70 eventos que marcaram a história da IPB: CEB, ISAL e Conferência Nordeste

Para uma compreensão dos eventos nos anos 60 e 70, que contribuíram na formação do imaginário dos grupos sociais na IPB, procura-se os marcos relevantes que perpassaram conferências, congressos, encontros influentes na igreja, em nível latino-americano e mundial.

Mesmo sob a égide de um presbiterianismo conservador, o broto de outra representação social presbiteriana brasileira, que entendia a evangelização não alienada da cultura, se encontra no pastor presbiteriano Erasmo Braga. Mesmo com as limitações do contexto do destino manifesto, do paternalismo missionário americano, as sementes de uma tendência que pressupunha pensar a fé e os problemas brasileiros começaram a ser gestadas em solos latino-americanos.

O Congresso do Panamá, desdobramento da Conferência Ecumênica de Edimburgo em 1910, foi o ponto de partida para a organização da filial do Comitê de Cooperação para América Latina, que se concretizou na Comissão Brasileira de Cooperação (CBC) criada em 1920, com as Igrejas Congregacional, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista e Episcopal, sendo o órgão fomentador do ecumenismo protestante no Brasil, sendo o primeiro secretário executivo da CBC o Rev. Erasmo Braga. Neste espaço funcionou um conjunto de entidades como Associação Cristã de Moços (ACM), União das Escolas

⁷⁵ PIERSON, Paul E. A younger Church in Search of Maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910-1959. p. 179. *apud* FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e Compromisso: Richard Shaull e a Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002, p. 80.

⁷⁶ ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 166.

Dominicais, e outras que visavam fortalecer a comunhão e a unidade entre igrejas, a evangelização e dar visibilidade institucional ao protestantismo no cenário brasileiro. Conforme Agemir Carvalho a CBC “funcionava no mesmo prédio da União das Escolas Dominicais e da junta nacional das ACMS. A CBC chegou a reunir 19 entidades, entre igrejas, missões e organizações evangélicas cooperativas”⁷⁷.

Após o falecimento de Erasmo Braga em 1932, três entidades se juntaram: a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil (FIEB), que havia sido criada em 1931, o Conselho Evangélico de Educação Religiosa no Brasil e o CBC, para formarem em 1934 a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Esse organismo deu um passo decisivo na apropriação de novas leituras da tradição protestante no contexto dos anos 50 e 60

A CEB possuía escritórios em todo Brasil, em atividades que incluíam a produção literária, encontros de formação, assessorias, e uma capilaridade grande entre as igrejas. Conforme José Bittencourt Filho pontuou “[...] as teses da CEB, atingiram instâncias fundamentais da vida das igrejas; educação teológica, escola dominical, organismos de juventude, e as organizações de serviço e assistência social”⁷⁸. E também sintonia com o movimento ecumênico Mundial que a partir da 2ª Assembleia em Evaston (EUA) teve incidência no Brasil. A Consulta Internacional sobre Igreja e Sociedade (Grécia, 1959) corroborou as posições do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) quanto ao papel das igrejas nas mudanças históricas.

A assembleia em Evaston, na análise de Burity levou “pastores e lideranças leigas brasileiras a organizarem a Comissão Igreja e Sociedade, ligada a Confederação Evangélica do Brasil em 1955”⁷⁹. O movimento da Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), foi expressão do Setor de Responsabilidade Social da CEB, e criou condições para a fomentação de um espaço ecumênico que surgiu no interior do protestantismo brasileiro.

Esse movimento, que trazia em si, a preocupação com a cooperação entre as igrejas, marcou presença como um polo de convergências na produção teológica entre cristãos na América latina, na busca de referências para compreensão dos cenários social e político, sua relevância mereceu destaque nas palavras de Zwinglio Mota Dias ao afirmar que:

[...] representou não apenas a concreção teológica mais consequente da responsabilidade social das Igrejas cristãs. Mas se constituiu, também, na primeira

⁷⁷ DIAS, Agemir Carvalho. *Ecumenismo: uma ótica protestante*. Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2003, p. 5.

⁷⁸ BITTENCOURT FILHO, J. *Caminhos do Protestantismo Militante: ISAL e Conferencia do Nordeste*. Vitoria: Ed. Unida, 2014, p. 55.

⁷⁹ BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011, p. 160.

tentativa, no interior do protestantismo, latino-americano, de se criar uma linguagem teológica, libertadora, capaz de interpretar a situação histórica específica da América Latina à luz da experiência da revelação de Jesus de Nazaré.⁸⁰

A observação de Dias reconhece o esforço na elaboração teológica surgida no período, consequência da circularidade de livros, traduções, saberes, produções textuais, análises teológicas e experiências pelo Brasil, provenientes da Europa e Estados Unidos, no chão latino americano. Essa internacionalização foi responsável por novos repertórios culturais que vão também chegar à IPB. O fenômeno chave nesse cenário foram as leituras e apropriações que se fizeram, e que segundo Chartier são

Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos (e também todas as categorias de imagens) não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações, que os constituíram historicamente.⁸¹

Um período frutífero dessa circulação de repertórios culturais, foram os eventos promovidos pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) a exemplo das quatro conferências, que serviram segundo Dias “[...] como balizas teológicas no processo de formulação de uma nova perspectiva eclesiológica para Igrejas Evangélicas no contexto brasileiro”⁸². Até esse momento não se tinha visto no seio do protestantismo um momento frutífero para se pensar a sociedade Brasileira. A primeira conferência aconteceu na Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, resultado de um ano de encontros e debates sobre Igreja e Sociedade. Conforme Bittencourt Filho

A tarefa da comissão, inicialmente um grupo ecumênico autônomo, era justamente a de preparar a Consulta, com o objetivo de levar o protestantismo brasileiro a análise do seu papel frente a realidade social brasileira. O encontro quarenta pessoas, de nove Igrejas evangélicas, assim como o trabalho preparatório e posterior, recebeu o apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas. [...] Abriam-se e encerravam-se os trabalhos diários da primeira Reunião de Consulta sobre “Responsabilidade Social da Igreja” Ambos, durante os quatro dias da conferência, estiveram sobre a direção do Rev. Jorge Cesar Mota. Pela manhã havia serviço litúrgico de alguma confissão, e pregação por um pastor. A noite um momento devocional com orações e cânticos.⁸³

⁸⁰ DIAS, Zwinglio Mota. *A Reinvenção do Protestantismo Reformado no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 219.

⁸¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 61.

⁸² DIAS, Zwinglio Mota. Quando os protestantes se encontraram com o Brasil. *Caminhos de Diálogo*. Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-Religioso. Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 2014, p. 86.

⁸³ BITTENCOURT FILHO, J. 2014, p. 125.

Na I Consulta do SRSI o evento foi realizado numa Igreja da IPB, e com forte presença presbiteriana, na organização, assessoria e coordenação que contava com o reverendo Jorge Cesar Mota da IPB, um dos fundadores da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). No encontro conforme Eduardo Galasso Faria os preletores foram: “Benjamim Moraes, Richard Shaull, João Del Nero e do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Egbert de Vries e Wilhelm Hahn”⁸⁴. Os três primeiros eram também presbiterianos.

Os temas tratavam da participação política, dos riscos e desafios do pensamento comunista para Igreja, do proletariado industrial e dos trabalhadores rurais. Essa afinidade temática entre a Conferência e o campo teológico contemporâneo mostrava não apenas a influência do CMI no contexto processo de criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, mas também, segundo Elizete da Silva a “Comissão de Igreja e Sociedade deu continuidade às suas atividades com vistas a formar um pensamento social e político no cenário protestante brasileiro”⁸⁵.

A II Consulta aconteceu nos dias 4 a 8 de fevereiro de 1957 como tema: “A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais no Brasil”. Realizou-se no Seminário Presbiteriano de Campinas/SP. Sobre os temas e o contexto histórico brasileiro José Bittencourt Filho afirma:

Era época desenvolvimentista do nacionalismo, das reformas de base do governo Juscelino Kubitschek, e o país respirava um clima de euforia, de crescimento industrial e de certa renovação cultural. Um tempo de aparências. O Setor de Responsabilidade Social dentro de sua proposta de analisar a realidade social à luz da fé cristã, decide aprofundar o debate sobre os grandes temas da época que já estavam incorporados na sua própria estrutura, pelos Setores Industrial, Político e Rural⁸⁶

Mais uma vez o palco da Consulta era um espaço presbiteriano conhecido, centro de formação da IPB. A pesquisadora Elizete da Silva salientou que compareceram ao evento cerca de “cinquenta pessoas, representando as diversas denominações protestantes presentes na primeira conferência, além de católicos. O número de mulheres aumentou, significativamente para seis”⁸⁷. Assim observa-se que no desenvolvimento da CEB a presença reformada, através de pastores, assessores, espaços de encontro com apoio logístico se observa desde o início dos encontros.

A III Consulta realizou-se no Instituto Metodista de Santo Amaro (SP), nos dias 17 a 21 de fevereiro de 1960, com o tema: “Presença da Igreja na evolução da nacionalidade”.

⁸⁴ FARIA, 2002, p. 123.

⁸⁵ SILVA, Elizete da. *O Conselho Mundial de Igrejas e a Trajetória do Ecumenismo no Brasil*. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR. Juiz de Fora. 2011, p. 7.

⁸⁶ BITTENCOURT FILHO, J. 2014, p. 133.

⁸⁷ SILVA, 2011, p. 8.

Segundo Bittencourt Filho contou com a participação de “sessenta e um elementos, de treze igrejas (denominações), e quatro organizações eclesíásticas. Oito países, fora o Brasil, estiveram representados”⁸⁸. Entre os preletores cita-se o secretário do CMI, W.R. Visser’t Hooft, Walter Shiitizer, José Borges Junior e Rev. Boanerges Ribeiro. O evento contou também com a presença do Sociólogo Florestan Fernandes, Richard Shaull, e do Rev. Aharon Sapsezian.

A terceira Consulta expressa a presença presbiteriana, apesar do espaço não ser um centro presbiteriano. O próprio Visser’t Hooft além de secretário do CMI era um teólogo reformado holandês. Assim pode-se concluir que no espaço da CEB progressistas e conservadores estavam juntos como indica Wanderley Pereira da Rosa

Foi no seio da Confederação que se gestaram as mais importantes ações de protestantes brasileiros que se lançavam à tarefa de pensar o Brasil e o papel do protestantismo nacional na construção do País. Por outro lado, devemos nos lembrar de que debaixo desse guarda-chuva que era a CEB conviviam as forças progressistas e conservadoras desse protestantismo. De modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1950 esses dois grupos conviveram com razoável tranquilidade e cooperação.⁸⁹

As tensões dentro da IPB já existiam, mas não implicavam em exclusões, nesse momento, porém estavam em ebulição. A CEB expressou um espaço único de encontro na história do protestantismo brasileiro. Permitiu que o presbiterianismo pudesse entrever outras leituras de sua tradição, que já circulavam na IPB, nos seminários e na juventude e na produção teológica. Um dado importante sobre esse contexto é o comentário de Elizete da Silva

A presença dos cientistas e intelectuais nas Conferências denota que esse setor protestante queria sair do ‘gueto’, da recorrente tese individualista de que salvando o homem, fatalmente a sociedade se transformaria pela ação benéfica e moralizadora do Evangelho⁹⁰

A IV Consulta Nacional Sobre Responsabilidade Social da Igreja pode ser definida como a última, e mais importante. Deu-se em Recife nos dias 22 a 29 de julho de 1962, e conforme Dias “compareceram 167 delegados de 14 denominações, da igreja episcopal aos pentecostais, cobrindo a bem dizer, todo espectro do protestantismo brasileiro”⁹¹. A

⁸⁸ BITTENCOURT FILHO, J. 2014, p. 170.

⁸⁹ ROSA Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*, 2015. 318f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 91.

⁹⁰ SILVA, 2011, p. 12.

⁹¹ DIAS, 2017, p. 212.

Conferência do Nordeste como ficou conhecida, pois objetivou trazer a lume os conflitos sociais e inquietações nesta sofrida região brasileira.

Houve boa cobertura nos jornais da cidade, divulgação nas igrejas, equipe de visitas em espaços públicos, apresentações culturais, palestras, debates, estudos, e a presença de autoridades políticas. O tema foi “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. O programa incluía reflexões de teólogos, sociólogos e economistas, um mosaico de provocações e leituras da realidade brasileira, como descreve Faria:

[...] participaram alguns notáveis foram Gilberto Freire, Paulo Singer e Celso Furtado. À Frente da sua organização, estavam Carlos Cunha, Almir dos Santos e Waldo Cesar e alguns temas nela desenvolvidos foram: ‘A revolução e o Reino de Deus’ (João Dias de Araújo), ‘Os Profetas numa Época de Transformações Políticas e Sociais’ (Joaquim Beato), ‘A Missão Total da Igreja numa Sociedade em Crise’ (Edmundo K. Sherril).⁹²

Além destes, o evento contou com a participação de Rubem Alves, Jacqueline Skiles, Prof. Juarez Rubem Brandão Lopez entre outros. Essa efervescência do SRSI chega ao ápice, e suas Consultas finalizaram com o Golpe Militar de 1964. Foi imposto um clima de intolerância no país, e os grupos progressistas perseguidos fossem políticos, estudantes ou professores. Bastava manifestar um discurso sobre mudanças sociais, revolução ou transformações políticas, uma vez tachadas de subversivas, sofriam com a pressão do Estado. Segundo afirmou Faria “abriu-se caminho para que nas igrejas alguns procurassem eliminar tudo que cheirasse a reformas e espíritos revolucionários”.⁹³ O influxo maior nesse cenário era da Guerra fria que causou uma profunda polarização na sociedade brasileira.

A crise rondou a CEB antes de 1964, em função dos discursos e representações que nela circularam, Waldo Cesar secretário executivo da SRSI, “narra como já em 1960, em São Paulo, numa reunião de preparação da Conferência do Nordeste, foi procurado em particular, por uma pessoa do Departamento de Ordem Política e Social(DOPS), indagando-lhe o que queria dizer: a presença da Igreja na evolução da nacionalidade”⁹⁴. Esse acontecido confirma um clima anterior ao golpe militar, de vigilância do Estado. Após o golpe a CEB entrará numa fase de declínio. Como corrobora Elizete da Silva

Na Confederação Evangélica do Brasil (CEB), logo após o golpe de 1964, o Presidente em exercício Amantino Vassão imprimiu uma linha mais conservadora, perdendo aquela visão social dos anos anteriores. O Setor de Responsabilidade Social não deu continuidade aos planos previstos para o triênio pós 1963. O discurso e as práticas conservadores ganharam o debate: tanto o Setor da Mocidade quando o

⁹² FARIA, 2002, p. 123.

⁹³ FARIA, 2002, p. 124.

⁹⁴ FARIA, 2002, p. 124.

Setor de Responsabilidade Social foram fechados e os seus líderes demitidos. As causas apontadas para o fechamento do Setor de Responsabilidade Social, juntamente com outros que eram dirigidos por pessoas progressistas como o sociólogo Jether Ramalho e o Reverendo Domício de Matos, tinham um conteúdo puramente ideológico⁹⁵.

A presença de membros da IPB na CEB e ISAL demonstra que havia uma ressonância das práticas e teologias elaboradas pelo nicho ecumênico na instituição. Contudo a CEB aglutinava grupos distintos de evangélicos e com o regime de exceção em 1964 no Brasil, a perseguição e os expurgos nas igrejas, forçou uma reconfiguração no ambiente de atuação do protestantismo militante que além de igrejas, alguns passaram como alternativa eclesial a atuar em organizações não governamentais e projetos alternativos.

Esse grupo ecumênico nasceu segundo Edin Abumanssur no contexto da UCEB e da CEB, espaços fomentadores dos processos de comunhão e cooperação que fizeram surgir, o que ele designou sociologicamente como tribo ecumênica, uma tendência religiosa no protestantismo brasileiro que reunia leigos e clérigos ecumênicos, que com “ o golpe militar de 64 acabou por decretar o seu fim levando seus membros a diferentes soluções para a crise, desde a desistência de qualquer militância até a um engajamento mais radical”.⁹⁶ Isso pode ser verificado também na observação de Raimundo Cesar Barreto Jr.

Muitas das pessoas que participaram tanto da UCEB quanto do SRSI tinham se tornado membros ativos das novas organizações ecumênicas. Outros, entretanto, tinham deixado totalmente os movimentos eclesiais e tinham se unido a movimentos sociais não religiosos, mesmo se por uma motivação originalmente religiosa, como no caso de Rubem César Fernandes e Paulo Wright, já mencionados.⁹⁷

Algumas dessas lideranças viveram um deslocamento institucional como expressões de representações sociais num campo religioso em disputas, foram dispersas e tiveram que operar um redirecionamento em suas práticas. Na recriação de espaços alternativos surge a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas /FENIP como sobrevivência eclesial, mas outros espaços de vivência do compromisso religioso ecumênico foram suscitados, como desdobramentos do SRSI. Alguns desses grupos foram às organizações não governamentais, que conforme Dias indicou deram bons frutos:

⁹⁵ SILVA, 2011, p. 16.

⁹⁶ ABUMANSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo do ecumenismo no Brasil nos anos 60 e 70*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 50.

⁹⁷ BARRETO JR, Raimundo César. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2, p. 41.

A primeira organização a ser criada depois do golpe de 1964 foi o Centro Evangélico de Informação (CEI), que se transformou em Centro Ecumênico de Informação[...]Em 1966, trinta pessoas de sete denominações protestantes vinculadas ao extinto setor de responsabilidade social da CEB criam o ISAL-Brasil, tendo como diretor Waldo Cesar, e como secretário executivo, Jether Ramalho.[...] O Departamento de Imigração e Colonização da CEB, criou um departamento de serviço de refugiados para atender refugiados ‘da cortina de ferro’ que eram atendidos pelo CMI no Brasil. O serviço criou um escritório em São Paulo para onde a CEB já estava transferindo suas atividades. Também foi criada a Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos (CPDP) que tinha como objetivo carrear recursos internacionais de ajuda. A CEB, depois de 1965 praticamente se resumia a esses dois departamentos.⁹⁸

Essa expressão de movimentos, grupos e lugares promotores de intervenções sociais, pode ser denominado de ecumenismo de serviço ou diaconia, um tipo testemunho social que estes grupos buscavam realizar, sem perder o elemento religioso, mas um transbordamento do compromisso cristão numa forma de solidariedade, e formação de processos de mudança social propostos por essas pessoas e organizações. Além desses espaços podemos resumidamente ver outras iniciativas produzidas na trajetória ecumênica no leque dos anos 70 a 90, conforme Magali Cunha:

Criação de organismos ecumênicos de destaque no Brasil como Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI). Esta trajetória marcaria o surgimento de diversas organizações ecumênicas de serviço no País a partir dos anos de 1970, como o próprio Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), herdeiro do CEI, hoje representado em Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular (CESEP); o CECA (Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria). Influiria também no surgimento do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), no ano de 1982, como expressão oficial das Igrejas Cristãs brasileiras e referência do Conselho Mundial de Igrejas no País, que conta com a participação oficial da Igreja Católica Romana. Resultaria também na formação de uma série de outras organizações ecumênicas com presença no Brasil.⁹⁹

A importância do registro da tendência ecumênica na continuidade da elaboração de novas representações sociais dos grupos da IPB confirma que os grupos provenientes da IPB, estiveram na vanguarda de novos horizontes de inserção de sua prática eclesial, visto serem empurrados nessa direção, assim registra Magali Cunha a respeito do CEI, que depois se tornaria CEDI.

A busca de novos espaços, fruto dos movimentos de resistência, gerou uma atuação que foi, inicialmente, semi-clandestina. Uma destas experiências foi o CEI, que

⁹⁸ DIAS, Agemir Carvalho. *Ecumenismo uma ótica protestante*. Este texto foi apresentado no I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2003, p. 10.

⁹⁹ CUNHA, Magali do Nascimento. “O passado nunca está morto”: Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. *Estudos de Religião*, 2007, p. 156.

atuou no período de 1964 a 1975, reunindo ex-lideranças da CEB, pastores e leigos, teólogos e estudantes, jovens e adultos que haviam respondido positivamente à possibilidade de transformações no modo de ser protestante no Brasil.¹⁰⁰

Desde o início as lideranças presbiterianas que compunham o CEI, conforme afirma Cunha se reorganizam para continuar o ideal do movimento ecumênico “tudo começou no Rio de Janeiro, com um grupo de cerca de quinze lideranças presbiterianas da mesma geração (entre elas Waldo César e Francisco de Paula Pereira de Souza, da CEB)”.¹⁰¹ Diversas organizações nasceram com a presença desses presbiterianos ecumênicos. O golpe de 64 tornou-se um divisor de águas na IPB. Para Elizete da Silva “a luta de representações entre os dois grupos continuou acirrada e tomou feições políticas típicas daquele período de conturbação política e fermentação ideológica”¹⁰². Produziu uma cisão no interior da Igreja Presbiteriana com marcas profundas no tecido protestante brasileiro.

1.5 Representações e práticas presentes na tradição presbiteriana

A descrição da história, e dos eventos marcantes que fomentaram a identidade reformada na IPB, com uma teia de acontecimentos, influências e resistências, passa pelas ênfases teológicas que se figuram na base das representações do ideário presbiteriano brasileiro, entre os quais Rubem Alves localiza “três movimentos que se combinavam em tendências complementares: *os revivals*, o movimento missionário e o evangelho social”.¹⁰³

Os revivais (reavivamentos) foram movimentos marcados pelo calor das experiências emocionais, que giravam em torno do sentimento íntimo do novo nascimento, do sentido da culpa e do arrependimento, buscando uma devoção total à causa do Salvador. Essa ênfase marcou os Estados Unidos, sendo responsável pelas visões missionárias que impulsionaram missionários como Ashbel Green Simonton.

O Movimento Missionário produziu no século XIX o auge das missões protestantes, as quais espalharam por diversos continentes jovens, mulheres e homens imbuídos da pregação cristã. Já o Evangelho Social foi a resposta ao desequilíbrio social provocado pelo rápido e desordenado crescimento da urbanização, como resultado da industrialização, que atingiu principalmente a classe trabalhadora.

¹⁰⁰ CUNHA, Magali do Nascimento. *Contra todo silenciamento e esquecimento: memória de uma experiência de contra- informação religiosa*. 1999, p. 9.

¹⁰¹ CUNHA, 2007, p. 148.

¹⁰² SILVA, 2011, p. 14.

¹⁰³ ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p. 158.

Nesse cenário, as igrejas tomaram a iniciativa de responder às demandas sociais a partir do evangelho de Jesus, aplicado a todas as dimensões da vida, nas esferas social, econômica e política. Aqui cabe refletir que as missões não estiveram reduzidas ao Destino Manifesto. Havia também uma indignação moral e uma crítica aos interesses econômicos. Rubem Alves alerta que as “duas tendências – o fervor pessoal, individual e íntimo, e as preocupações sociais-, nasceram no mesmo contexto”¹⁰⁴.

O problema foram as cisões no seio dos grupos norte-americanos, que refletiram na missão presbiteriana, as divergências entre grupos fundamentalistas e progressistas, chegou ao Brasil. Grupos protestantes começaram a denunciar a tendência do evangelho social, por seu cunho crítico e sua horizontalidade sobre o Reino de Deus. Somado a isso, alguns precedentes no trajeto da missão presbiteriana, que Alves acentua como a “polêmica antirromanista”, geraram um clima de fechamento à cultura brasileira. Com o crescimento das congregações protestantes, os pastores com “dedicação exclusiva criavam uma dependência institucional e financeira que os mergulhava em um paroquialismo imposto por um corpo hierárquico que isolava o pensamento cristão europeu da vida política e cultura brasileira”.¹⁰⁵

Essas considerações históricas buscaram descrever o nascimento do presbiterianismo brasileiro na relação entre Europa, Estados Unidos e Brasil, perpassado por movimentos, teologias e representações que constituíram a Igreja Presbiteriana do Brasil. No próximo capítulo, far-se-á uma descrição das principais tendências que históricas da IPB a partir das representações e práticas que delinearam sua identidade. Além disso, serão analisados os eventos que sobrevieram com a ditadura civil militar, suscitando debates internos e conflitos no seio dessa tradição religiosa.

¹⁰⁴ ALVES, 1982, p. 159.

¹⁰⁵ ALVES, 1982, p. 161.

2 TENDÊNCIAS NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - IPB

Após a descrição do contexto histórico que formou o presbiterianismo brasileiro, nesta segunda etapa procura-se identificar as principais representações formuladas na IPB, a partir de duas tendências que entraram em conflito no interior da denominação religiosa, especificamente quanto às questões relacionadas ao poder eclesiástico, ao ecumenismo e ao papel da igreja na sociedade.

Há outras vertentes no presbiterianismo brasileiro. Esta dissertação ocupa-se apenas de duas, por estarem relacionadas ao surgimento da Federação de Igrejas Presbiterianas do Brasil (FENIP), que deu origem à Igreja Presbiteriana Unida (IPU). Como constata João Dias de Araújo coexistiam duas tendências na IPB: uma denominacionalista-sectária (nomeada aqui de conservadora ou fundamentalista) e outra ecumênica (ora chamada nesta pesquisa também de progressista). Elas são fios condutores para a compreensão de um novo tipo de presbiterianismo, que “se voltou para o ecumenismo e as questões sociais brasileiras, produzindo novas práticas no interior da IPB, com o conseqüente cerceamento da tendência conservadora”.¹⁰⁶

Nas pesquisas sobre protestantismo e Ditadura Militar, as tendências não são nomeadas de forma homogênea. Para Paegle, por exemplo, o conflito se dava entre uma linha politicamente conservadora, chamada “Boanergista”, e a que representava a Teologia da Libertação. Entretanto, essa perspectiva não faz jus à gênese da corrente ecumênica, “situada nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, presente nos discursos de Erasmo Braga, João Del Nero, Miguel Rizzo, e em periódicos e revistas como *Lucerna*, *Fé e Vida*, além de jornais eclesiásticos como *O Puritano*”.¹⁰⁷

A Teologia da Libertação (TdL) se consolida de fato como teologia apenas nos anos 60. Por isso, considera-se inadequada essa categorização, ainda que a década de 60 seja considerada o período gestacional da referida tendência teológica entre os membros da linha progressista da IPB, como Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias, Josué Melo, entre outros. Segundo Vilela, “o professor Rubem Alves foi um dos que primeiro publicou uma obra com ênfase na TdL, sua tese de doutorado pelo Theological Seminary, de Princeton, intitulada *A Theology of human hope* (1969)”.¹⁰⁸

¹⁰⁶ ARAUJO, 1982, p. 54.

¹⁰⁷ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo* (1964-1985). 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado) em História, UFSC, 2006, p. 7.

¹⁰⁸ VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014. 291f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-

A tese de Rubem Alves revelava o posicionamento de uma ala da IPB que se encontrava insatisfeita com o perfil conservador e radical assumido pela igreja. Essa insatisfação levou a tensões que eclodiram nos anos 1950, e, nos anos 70, deram origem à Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP) e, em seguida, à Igreja Presbiteriana Unida (IPU). Nesse contexto de transição, merecem especial destaque os nomes de José Borges Junior, e Júlio Andrade Ferreira, que, embora compondo o quadro de pastores da IPB, tinham um discurso em sintonia com a tendência ecumênica.

O surgimento da FENIP/IPU foi consequência da reunião de lideranças religiosas e comunidades de tendência ecumênica da IPB, que passaram a afirmar uma identidade ecumênica. Eles buscavam retomar a democracia presbiteriana, que pensavam haver perdido em função do modelo administrativo instalado pelo Supremo Concílio anos 70. A tendência conservadora, chamada de “boanergista”, expressava o fundamentalismo dos anos 50, presente na literatura teológica de Princeton.

Nesse sentido, não se busca aqui analisar a origem histórica da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) como resultado de um processo cismático no seio da IPB, mas dos expurgos feitos pela tendência conservadora. Pondera-se que as lideranças presbiterianas agrupadas na FENIP eram herdeiras da tendência ecumênica existente na IPB desde o início do século XX, e não um grupo sectário surgido nos anos 60. Mesmos perseguidos e rejeitados pela IPB, vítimas de exclusões e batalhas judiciais, esses grupos não abandonaram a identidade presbiteriana ecumênica.

A questão principal que vai nortear este capítulo pode ser formulada a partir da seguinte indagação: quais as principais representações elaboradas por essas tendências e suas disputas a partir do ideário religioso formado por teologias, movimentos, eventos significativos, decisões político-eclesiásticas e o imaginário civil-militar no Brasil do período da ditadura?

2.1 As tendências presbiterianas conservadora e progressista

Hoje, na IPB, os líderes apresentam sua Igreja como Bíblica, reformada e conservadora. Entretanto, não havia no início do presbiterianismo brasileiro uma autoconsciência que reunia todos sob uma mesma expressão denominacional conservadora.

Esse adjetivo, enquanto afirmação da IPB, veio a prevalecer apenas no período das disputas teológicas e partidários políticos ao longo do século XX.

Um exemplo atual da reafirmação conservadora da IPB, pode ser notado no comentário escrito pelo atual vice-presidente do Supremo Concílio da IPB, Rev. Augustus Nicodemos Lopes por ocasião da reunião do Supremo Concílio em 2016 na cidade de Curitiba. Ele comentou em seu blog *Tempora Mores* a decisão de não reatamento das relações com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUSA), que havia aprovado a ordenação de homossexuais ao Ministério da Palavra e Sacramentos, bem como a necessidade de distanciara IPB da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR), acusada de liberalismo:

Estamos aqui em Curitiba perto do final da reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. Até agora as decisões tomadas em temas polêmicos, todas elas por maioria quase absoluta do plenário composto de mais de mil representantes de todo o Brasil, revelam o desejo da IPB de se manter uma igreja bíblica, reformada, conservadora e comprometida com a fé histórica. Eu sei que muitos vão questionar isto. Mas, para os presbiterianos do Brasil resta pouca dúvida de que este é o caminho correto.¹⁰⁹

Essa afirmação que reúne os adjetivos bíblica, reformada e conservadora como definição de identidade foi desenvolvida depois da supressão de certa diversidade interna da Igreja no Supremo Concílio de 1966, conduzido por forças fundamentalistas. Aquele foi um marco histórico configurado como divisor de águas para a instalação de uma forma de administração política e religiosa centralizadora, em desacordo com os trâmites do governo reformado, e que se viu expandir nos anos posteriores na IPB.

2.1.1 Teologia conservadora e teologia progressista

A maioria dos missionários que compunham as missões presbiterianas provinha do Seminário de Princeton ou de instituições sob sua influência. Fundado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) em 1812, o seminário perdurou como um reduto teológico conservador desde o século XIX. Segundo Gouveia a proposta inicial de Princeton era “manter a ortodoxia calvinista em relação às New Lights (New England

¹⁰⁹ LOPES, Augustus N. Blog “Tempora Mores” *Rumos da Igreja presbiteriana do Brasil*. <<http://tempora-mores.blogspot.com.br/2010/07/rumos-da-igreja-presbiteriana-do-brasil.html>Acesso>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Theology), ao mesmo tempo que levava em conta o que estava acontecendo no mundo científico da época”.¹¹⁰

Segundo o pesquisador Eduardo Galasso Faria a teologia de Princeton era influenciada por duas correntes que, à época, marcavam o contexto americano: a chamada “velha escola”, que enfatizava a pureza doutrinária e o governo eclesial; e a “nova escola”, que, na linha do grande avivalista Jonathan Edwards, enfatizava a pureza da fé sem a necessidade de um respeito exagerado às estruturas institucionais e à constituição da igreja. “Era uma luta da fé, entre sua expressão intelectual e sua compreensão da experiência. Esse clima favoreceu o desenvolvimento de uma teologia conservadora”.¹¹¹

A base filosófica dessa teologia segundo Rogers era a filosofia realista do senso comum, nascida na Escócia no século XVIII, com Tomas Reid (1710-1796), este filósofo compreendia a verdade como algo universal, não alterada por quaisquer fatores, quer sejam políticos, econômicos ou sociais. “A consequência natural desse pensamento foi o favorecimento de um fundamentalismo preso à literalidade do texto bíblico, interpretado na base de um escolasticismo teológico e exegético”.¹¹²

Essa corrente chegou aos Estados Unidos pela migração protestante escoto-irlandesa, imbuída da ideia de harmonização entre fé e razão científica, própria para refutar o deísmo. Um exemplo da origem desse pensamento conforme Rogers pode ser observado na teologia do pastor e teólogo puritano John Owen, figura central no contexto do escolasticismo calvinista na Grã-Bretanha.

John Owen foi a figura de transição que ilustrou o movimento em direção ao escolasticismo, logo depois da Assembleia de Westminster. Em reação contra a crítica bíblica, ele defendeu que o hebraico original do Antigo Testamento havia sido verbalmente inspirado, inclusive os sinais vocálicos (não-existentes). Uma escolasticização de um comentário anônimo à Confissão de Fé de Westminster.¹¹³

No Brasil, o pensamento princetoniano chegou por meio dos missionários norte-americanos, que, em grande parte, eram ex-alunos de Princeton. O maior principal deles foi Ashbel Green Simonton. Fundador da IPB tornou-se uma presença de forte influência na formação dos pastores brasileiros. Segundo a pesquisa de Arival Casimiro pode-se afirmar que a Teologia de Princeton “modelou os missionários pioneiros do presbiterianismo no

¹¹⁰ MENDONÇA, Antônio G. A herança e a contribuição da reforma para o Brasil. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In: LEMBO, Cláudio; COSTA, Hermistein Maia P; GOUVÊA, Ricardo Q. *O pensamento de João Calvino*. São Paulo: Mackenzie, 2000. (Série Colóquios), v. 2, p. 133.

¹¹¹ FARIA, 2002, p. 35.

¹¹² ROGERS, 1998, p. 35-49.

¹¹³ ROGERS, 1998, p. 35-49.

Brasil. Por intermédio deles, essa mesma teologia modelou os pastores nativos e, consequentemente, o presbiterianismo nacional”.¹¹⁴

Uma das teologias sistemáticas mais propagadas em solo brasileiro foi a de Charles Hodge (1841- 1878)¹¹⁵. No artigo *A herança e a contribuição da Reforma para o Brasil*, Antônio Gouveia de Mendonça assinala algumas características da teologia veiculada nessa perspectiva:

Em primeiro lugar um apego a Confissão de Fé de Westminster e os seus catecismos (visto no plano do Seminário em 1911); Em segundo lugar a proposta de ensino aos alunos de um conhecimento positivo das Escrituras e a defesa contra a influência deísta sendo Princeton um baluarte teológico e cultural de defesa do calvinismo (Confissão de fé Westminster) e Teologia do Pacto reflexo da ortodoxia calvinista.¹¹⁶

Noutro trecho, ele propõe um resumo das características dessa elaboração teológica:

Em resumo (1) Os princetonianos são até hoje, os mais expressivos calvinistas da teologia norte-americana; (2) insistiram no método indutivo da teologia, em que eventos da natureza e as narrativas bíblicas são os fatos sobre os quais a teologia trabalha; (3) insistiram, reagindo contra alta crítica, na autoridade e na inspiração plenária da Bíblia, deixando transparecer certa convicção na inerrância dos autógrafos; (4) insistiram na adequação entre Bíblia e Ciência; (5) recuperaram a teologia da revelação natural e especial.¹¹⁷

Essa forma de fazer teologia presbiteriana impregnou o pensamento teológico brasileiro com um modo de pensar teológico subalterno, rendido a fórmulas e símbolos da fé reformada que engessaram e desestimularam a possibilidade de novas abordagens. Assim, teologizar tornou-se sinônimo de repetir o já conhecido, afirmar os princípios da fé solidificados numa lógica que confundia fazer teologia com memorização. A produção era reduzida à dogmática teológica e, no caso presbiteriano, a riqueza teológica calvinista primitiva do século XVI era diminuída, valorizando-se a representação da fé expressa em doutrinas como a *Confissão de Westminster* e seus catecismos do século XVII.

Essa redução pode ser constatada no depoimento de Jovelino Ramos no tempo de estudante de Teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas, referia-se as expectativas dos seminaristas diante do mundo teológico, e a influência recebida do missionário norte-americano Richard Shaull para construção de outros referenciais teológicos.

¹¹⁴ CASIMIRO, Arival Dias. O discurso presbiteriano: a teologia de Princeton e sua influência na formação dos pastores nordestinos. *Revista Ciências da Religião- História e Sociedade*, ano 1, n. 1, São Paulo, 2003, p. 162

¹¹⁵ CASIMIRO, 2003, p. 35-49.

¹¹⁶ LEMBO, 2000, p. 134.

¹¹⁷ LEMBO, 2000, p. 137.

Tínhamos ido ao Seminário para receber e acumular conhecimento. Víamos os professores como veneráveis sábios do grande passado teológico. Teologia boa era teologia com cheiro de velho. Teólogo bom era teólogo morto – quanto mais morto melhor. Seminarista bom era seminarista de boa memória capaz de papagaiar e repetir textos e livros. O Seminário, por sua vez, era popularmente visto como um lugar de preparo para pregadores.¹¹⁸

Na tradição protestante, os seminários sempre tiveram um lugar de destaque, visto que, para receber ordenação ao Ministério da Palavra e dos Sacramentos, o ministro religioso reformado precisa cursar Teologia. Nos seminários, quando o pensamento se mantém preso a uma ótica conservadora, a formação é direcionada apenas ao suporte pastoral, desconectada da sociedade e sem interlocução com o espaço público.

Não se pode esquecer o que afirma Carla Chamom acerca do protestantismo que aportou no Brasil com a promessa de ser um arauto da modernidade, vindo de mãos dadas com o liberalismo. Na segunda metade do Século XIX por volta de 1860, ele fez despontar no país a ideia de que progresso técnico e industrial era monopólio das nações de fé reformada.¹¹⁹ Era de se esperar que a teologia presbiteriana, consequência da teologia americana, fosse o motor para uma inserção protestante na sociedade. Mas seu ancoradouro no contexto brasileiro não era o ambiente protestante estadunidense, mas sim no Brasil católico. As representações “princetonianas” envoltas no destino manifesto se mostraram insuficientes para promover uma ética social, o que resultou em uma formulação teológica individualista, focada na salvação do indivíduo, sectária, sem diálogos com a cultura brasileira e voltada para o céu. Como assinalou Rubem Alves em sua obra *Protestantismo e Repressão*, “o protestantismo que analisamos nunca articulou, espontaneamente, uma ética social. O seu problema é outro. Preocupa-se com a salvação da alma”.¹²⁰

O ideário dos presbiterianos fomentou representações e práticas antiromanas¹²¹, uma visão negativa da cultura brasileira, uma ética individualista e a ênfase nas questões espirituais. A análise dessas representações é importante para compreender as práticas evangélicas, entre as quais a ausência na arena política na primeira metade do século XX, bem como a timidez na esfera pública.

¹¹⁸ RAMOS, Jovelino. “Você não conhece o Shaul”. ALVES, Rubem (org). *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI, CLAI, Programa. Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985, p. 27.

¹¹⁹ CHAMON, Carla Simone. *Escolas em Reforma, Saberes em Transito*. A trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo horizonte. Ed. Autêntica, 2008, p. 47.

¹²⁰ ALVES, Rubem A. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979, p. 216.

¹²¹ O antirromanismo ou anticatolicismo protestante tem suas raízes no Brasil com os missionários americanos que chegaram aqui correlacionando catolicismo e cultura brasileira como paganismo, tendo a necessidade de serem evangelizados e libertos das trevas. Na vinda dos missionários uma nova correlação a salvação da alma e o Destino Manifesto, com o acolhimento da cultura anglo-saxônica como paradigma e modelo cristão.

A mudança em direção a uma teologia progressista, e uma nova ética social veio pelos jovens estudantes dos seminários influenciados pelos teólogos europeus como Emil Bunner¹²², e Karl Barth¹²³ “[...] a relação do cristão com a ordem política não pode ser de ajustamento, mas antes de tensão crítica. É significativo que esta escola teológica tenha recebido o nome de ‘teologia da crise’”¹²⁴.

A redescoberta da Teologia bíblica foi outro dado eclesial de mudanças proveniente de novas abordagens pois “[...] Enquanto o pensador grego busca um ‘logos’ explicativo do que é, o profeta hebraico busca o contrário, os sinais da dissolução do que é, em nome da esperança de uma nova ordem de coisas que haveria de se instalar, o Reino de Deus”.¹²⁵

Embora se reconheça a efervescência dos anos 50 como demarcadora da mudança no pensamento teológico protestante, já nos anos 30 houve a circulação de uma literatura teológica progressista, contextual, diferente da lógica conservadora “princetoniana”. Sobre isso corrobora Silas Luiz de Souza quando cita o pastor Wilson Fernandes, que estudou no fim da década de 1930 com Karl Barth, na Europa. Fernandes já disseminava questionamentos no interior da IPB, em jornais como *O Puritano*. O presbiteriano João Del Nero resenhava nas revista *Fé e Vida* obras de Barth, Fordisck, Brunner, Tillich, Niebuhr, Temple, Berdiavff, Maritan e Raushenbush, considerado o “pai do evangelho social”¹²⁶. Na pesquisa em que analisa a influência externa no presbiterianismo antes dos anos 50, Souza afirma:

Os líderes presbiterianos brasileiros não estiveram tão dissociados do movimento teológico internacional, como muitos imaginam. Vimos que João Del Nero demonstrava familiaridade com os teólogos e cientistas sociais europeus e norte-americanos. Wilson Fernandes entrou em contato direto com a teologia de Karl Barth na Europa. Quase dez anos antes, porém, encontramos um artigo de Erasmo Braga sobre Karl Barth, apresentando sua ação como ‘uma renovação espiritual na Alemanha’ e sugerindo que todos os interessados na renovação do pensamento religioso deveriam ler suas obras, que já estavam, na maioria, em inglês (cf. *O Puritano* 4.5.1929, p.1).¹²⁷

¹²² Foi um importante teólogo suíço professor na Universidade de Zurique um dos líderes da teologia da Crise ou neo-ortodoxia.

¹²³ Foi um teólogo suíço, considerado um dos maiores teólogos do século XX, um dos líderes ao lado de Brunner da teologia da crise.

¹²⁴ ALVES, 1979, 217.

¹²⁵ ALVES, 1979, 217.

¹²⁶ SOUZA, 2005, p. 105.

¹²⁷ SOUZA, 2005, p. 115.

2.1.2 O Conselho Internacional de Igrejas Cristãs e o Conselho Mundial de Igrejas

O ecumenismo é uma das questões que perpassam todos os grandes conflitos no presbiterianismo brasileiro. O discurso ecumênico foi a justificativa para ataques e disputas, o que torna fundamental o entendimento dessa proposta cristã surgida na tradição protestante. É necessário lembrar que a fé cristã sempre passou por tensões quanto ao tema da comunhão e cooperação entre as igrejas.

Os cismas motivados pela intolerância são registrados na história da igreja desde os primórdios do cristianismo, como pode ser visto nas disputas e tentativas de diálogo expressas no livro de Atos dos Apóstolos e nas Cartas Pastorais. Na Idade Média, registram-se as divergências entre as ordens monásticas, que, finalmente, se instalam com maior ênfase na Reforma Protestante, gerando séculos de conflitos entre os cristãos.

Ao longo do tempo, houve tentativas de diálogo e aproximação, mas foram diminutas frente às grandes divisões, que começaram a ser superadas apenas no século XX, com o surgimento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948, e com o Concílio Vaticano II, da Igreja Católica Romana que demarca sua abertura ao ecumenismo.

Ainda no século XIX, a expansão missionária levou os cristãos ao encontro de povos e culturas diferentes. Esse desafio foi um dos elementos que influenciou o marco inicial do movimento ecumênico: o Congresso Internacional de Missão, realizado em Edimburgo (Escócia), em 1910. O Congresso tratou de analisar as dificuldades enfrentadas nas missões mundiais em face do confronto entre o cristianismo e as religiões não cristãs, bem como a consciência da separação entre os cristãos e a percepção do escândalo da divisão do corpo de Cristo, concretizado no surgimento das denominações religiosas. A partir dessa conferência, surgiram três organismos que, segundo Júlio de Santana foram os primeiros brotos do futuro Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (CMI):

1) o Conselho Missionário Internacional [...] criado em 1920, o qual filou-se ao CMI em 1961 na sua terceira assembleia em Nova Deli na Índia e transformou-se depois na Comissão Mundial de Missão e Evangelismo. 2) o Movimento de Vida e Ação (Life and Work), foi criado em Estocolmo na Suécia em 1925 no período da Conferência sobre 'Cristianismo Prático', cujo lema era 'A doutrina divide, mas o serviço une'. [...]. Pela articulação do bispo sueco luterano Nathan Söderblom (1866-1931); e, 3) [...] o Comitê de Constituição do Movimento - Fé e Ordem (conhecido também como 'Fé e Constituição', reuniu-se em 1920 em Genebra na Suíça. São os primeiros esforços por uma formulação doutrinária comum.¹²⁸

¹²⁸ SANTA ANA, J. A Caminho de Vancouver. *Caderno do CEDI 12*, Rio de Janeiro: CEDI, 1984, p. 73-74.

Inicialmente, o movimento *Fé e Ordem* foi integrado por representantes de 40 países e 17 igrejas, com o objetivo de planejar uma conferência mais ampla. Conforme Silva e Cardoso “a liderança principal desta iniciativa foi do bispo norte-americano Charles Brent, da Igreja Anglicana”¹²⁹. Sobre o nascedouro do CMI, o pesquisador Antônio Telles afirma que, “a partir dos movimentos Missionário, Fé e Constituição, e Vida e Ação, nasceu o ideal de criação de um organismo ecumênico único, no qual fossem concretizados os ideais de unidade orgânica da Igreja”¹³⁰. A união dessas três instituições deu origem ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Segundo Marcelo Schneider assessor do moderador do Comitê Central do CMI:

Atualmente o CMI reúne 345 igrejas de todo mundo. Mesmo com relevantes mudanças no mapa do cristianismo global, ele ainda é a mais ampla e inclusiva organização ecumênica do mundo. O CMI reúne igrejas, denominações e conselhos de igrejas de mais de 110 países, representando mais de 500 milhões de cristãos, entre os quais se encontram e ortodoxos, anglicanos, batistas, luteranos, metodistas e reformados, além de uma série de igreja unidas e igrejas independentes e uma frente de trabalho expressiva com a igreja católica romana.¹³¹

Paralelamente ao surgimento do CMI, nascia como sua oposição o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), fundado no mesmo local e data, tendo à frente o pastor reformado norte americano Carl Curtis McIntire (1906-2002), de linha fundamentalista presbiteriana (fundador da Igreja Presbiteriana Bíblica). Segundo Fajardo, “ainda em seu período de estudante, McIntire avaliou que o Seminário de Princeton era influenciado pela teologia liberal”¹³², o que o fez se transferir, em 1929, para o novo seminário de Westminster, novo reduto da ortodoxia.

Westminster reunia grupos conservadores cujo pensamento era alinhado com o movimento fundamentalista protestante norte-americano, com raízes no século XIX, baseado na filosofia realista de Tomas Reid. Cabe lembrar que este filósofo ensinava um tipo de verdade imutável, que se tornou a base para confirmação racional das verdades bíblicas, em oposição à teologia liberal e ao modernismo, que se aliavam às ciências através da criticidade moderna.

¹²⁹ SILVA, A. F; CARDOSO, L. de. S. Teologia Ecumênica e Modernidade: uma síntese do movimento ecumênico na história. In: HIGUET, A Etienne. (Org). *Teologia e Modernidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005, p. 74.

¹³⁰ SILVA, A. C. T. *As origens do movimento Ecumênico na Amazônia Paraense*. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005, p. 26.

¹³¹ SCHNEIDER, Marcelo. Os 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas: unidade, testemunho e serviço. *Revista Caminhos de Diálogo*. Ano 01, n. 1, Rio de Janeiro, 2013, p. 40.

¹³² FAJARDO, Alexander. Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil: Intolerância religiosa no Rádio e seus (des) caminhos sonoros. *Revista Paralellus*, Recife, v. 7, n. 15, mai. /ago. 2016, p. 249-271.

Segundo Rubem Alves “essa perspectiva teológica entendia que a ciência constituiria não só uma referência teórica, como também um instrumento metodológico para interpretação dos textos bíblicos”.¹³³ Como aponta Faria, o movimento fundamentalista nascente inspirava-se na antiga linha princetoniana, nutrindo-se em teólogos como Benjamim Warfield, os Hodge, Cyrus I, Scofield e John G. Machen, que espalharam e dividiram o protestantismo norte-americano.¹³⁴ Segundo Silas Luiz de Souza, pode-se entender as raízes do fundamentalismo protestante e sua propagação na obra *The Fundamentals*:

A expressão ‘fundamentalismo’ vem da série de volumes ‘The Fundamentals’, publicados entre 1910-1915, nos estados Unidos e na Inglaterra, na qual se apontavam os inimigos do verdadeiro evangelho e do verdadeiro protestantismo: Igreja Católica, socialismo, filosofia moderna, espiritismo e outros. Os fundamentalistas combatiam duramente a teoria evolucionista e seu ensino nas escolas. Não queriam nenhum contato com pessoas e organizações tidas como liberais ou modernistas, afastando-se em defesa da fé verdadeira e pura.¹³⁵

Essa atmosfera de confronto entre conservadores e modernistas foi transportada ao Brasil, influenciada tanto pelo CMI como pelo CIIC. No âmbito da IPB, havia líderes que defendiam uma aproximação com o CMI, como indica Wanderley Pereira Rosa. “Houve interesse genuíno nessa aproximação, a ponto de a Igreja enviar à Assembleia de Formação do CMI o Rev. Samuel Rizzo, professor em Princeton à época”.¹³⁶

Sobre isso, João Dias informa que o presidente do Supremo Concílio, rev. José Borges dos Santos Jr., esteve presente na 3ª Assembleia do CMI em Nova Dheli, apoiando a filiação da Igreja ao Conselho. Por outro lado, Carl McIntire, que esteve no Brasil diversas vezes participando de encontros, conseguiu disseminar seu pensamento, expresso numa teologia “fundamentalista, anticatólica, anticomunista e antiecumênica, que levantava suspeita em relação a todo pensamento divergente da ortodoxia. Com essa plataforma não demoraram a surgir desentendimentos graves no seio da IPB”.¹³⁷

No Brasil, o impacto das ideias do CIIC logo se fez refletir. Surgiu em Pernambuco, na pessoa do Rev. Israel Gueiros, professor no Seminário Presbiteriano do Norte, que tomou partido das discussões, acusando o seminário de modernismo teológico. Gueiros acabou deposto pelo Presbitério, vindo a fundar outra denominação: a Igreja Presbiteriana Fundamentalista (1956), marcada pela presença de pessoas descontentes com a IPB. Conforme Vilela o papel do rev. Israel Gueiros era de vigilante do fundamentalismo. Uma das

¹³³ ALVES, 1979, p. 255.

¹³⁴ FARIA, 2002, p. 35.

¹³⁵ SOUZA, 2005, p. 186.

¹³⁶ ROSA, 2015, p. 136.

¹³⁷ ARAUJO, 1982, p. 58.

incumbências de Gueiros foi a de “acusar alunos, professores e pastores de manterem vínculos com o CMI, ou seja, de apresentarem uma teologia ecumênica e de cunho social, e politicamente, de estarem vinculados ao Comunismo”.¹³⁸

Esse clima de intolerância adentrou os arraiais presbiterianos e gerou posturas mais enrijecidas. Não estava em jogo apenas o conflito entre tendências, mas a defesa da fé. Assim, tiveram início as lutas e tensões entre as representações presbiterianas, com presença maior do conservadorismo, que, entretanto, não conseguiu sufocar a tendência ecumênica.

A influência de Carl McIntire suscitou a discórdia e o espírito de intolerância no seio reformado brasileiro, possibilitando a ruptura no seio do presbiterianismo na região Nordeste. Segundo João Dias¹³⁹, um fato importante para a construção de novos referenciais teológicos foi a visitado rev. John Mackay¹⁴⁰ como preletor oficial na reunião do Supremo Concílio da IPB em 1958, na cidade de Lavras(MG), oportunidade em que esclareceu as posições ecumênicas. A presença desse líder presbiteriano demonstra que a IPB mantinha laços com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e com a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR). Uma edição especial do jornal Brasil Presbiteriano publicada em 2014, que recorda vários momentos históricos das reuniões do Supremo Concílio da IPB, destaca o seguinte sobre o Concílio em Lavras:

A IPB tinha seis sínodos e 41 presbitérios. O visitante mais ilustre foi o Dr. John Mackay, presidente da Aliança Presbiteriana Mundial. O assunto principal foi o centenário da chegada de Simonton ao Brasil. Foi apresentado o novo órgão oficial da igreja (Brasil Presbiteriano) e criado o Seminário do Centenário, sediado inicialmente em Alto Jequitibá, na área do Sínodo Minas-Espírito Santo.¹⁴¹

No momento festivo de celebração de 100 anos do Presbiterianismo no Brasil, a IPB convidou oficialmente um líder presbiteriano ecumênico para seu evento. Em um texto sobre Richard Shaull, que foi aluno de Mackay, o historiador Eduardo G. Faria lembra que esse missionário e “estadista esteve à frente da virada teológica em Princeton. Quando foi reitor da instituição (1936-1956) substituiu a linha conservadora ‘princetoniana’ por uma teologia ecumênica”¹⁴², em diálogo com Karl Bath, Emil Brunner, Josef Hromadka¹⁴³, os irmãos Niebuhr, e outros teólogos estrangeiros, que marcaram a atmosfera teológica no século XX.

¹³⁸ VILELA, 2014, p. 40.

¹³⁹ ARAUJO, 1982, p. 57.

¹⁴⁰ Teólogo e terceiro presidente do Seminário Teológico de Princeton, Membro do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas – CMI, Membro do Comitê executivo da aliança Mundial de Igrejas Reformadas e moderador da 165ª Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana, EUA, em 1953-1954.

¹⁴¹ Brasil presbiteriano. Edição Especial: Supremo Concílio de 2014, Natal – RN 19 a 26 de julho de 2014, p. 9.

¹⁴² FARIA, 2002, p. 35-36.

Para não viver uma crise institucional sem precedentes, com as tensões entre a ala conservadora e o grupo ecumênico, a Igreja Presbiteriana do Brasil tomou a posição da “equidistância”. Não se filiou nem CMI nem ao CIIC. Rubem Alves comentou o fato em registro no jornal presbiteriano “O Puritano”, em edição de 25 de julho de 1951.

A Igreja presbiteriana do Brasil em reuniões sucessivas do seu Supremo Concílio (...) reafirmou a sua posição doutrinária, ortodoxa, conservadora, de fidelidade à Palavra de Deus. (...) Não pode, pois, a Igreja Presbiteriana do Brasil ser acusada de estar frouxamente colocada numa posição de neutralidade, em referência à questão doutrinária, e muito menos de estar sob influências modernistas(...) Em meio de lutas que se estabelecem no cenário mundial entre dois concílios ecumênicos internacionais – um liberal modernista e outro fundamentalista intransigente (este a nosso ver, em defesa da tese verdadeira), colocou-se a Igreja Presbiteriana do Brasil em posição equidistante, por circunstâncias de ordem local...¹⁴⁴

Pela citação do jornal, observa-se que a tese da equidistância não significava neutralidade doutrinária, mas sim uma postura retórica, com a finalidade de justificar uma igualdade de distância entre fundamentalistas e liberais, primando pelo equilíbrio e pela independência. Todavia, na dissertação de mestrado de Robson Souza os *Discursos e práticas fundamentalistas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2002-2008)* constata-se que essa tese serviu à criação de um mecanismo de controle e eliminação das ameaças:

A Igreja Presbiteriana do Brasil aciona, sempre que necessário, os mecanismos de controle e eliminação dos desvios das normas socialmente aceitas pelo grupo dominante, lançando mão da violência institucional com o propósito de eliminar a divergência e fortalecer a sua uniformidade de pensamento e unidade política. Além disso, a posição de ‘equidistância dos extremos’ não denota fronteiras rígidas, mas um instrumento eficaz de legitimação do poder nos momentos de reconfiguração do campo religiosos, principalmente em situações de crises internas. que, os discursos e práticas oficiais da IPB, viriam a negar essa tese e revelar uma atitude exclusivista, anti- pluralista e sectária, e usada sempre que necessário como instrumento de controle e eliminação, como um tipo de violência pelo grupo dominante para eliminar desvios.¹⁴⁵

Além dessa problemática inaugurada como a equidistância dos extremos, o movimento de forças dentro da Igreja tinha outras nuances. Segundo análise de Vilela o discurso de neutralidade favoreceu o apoio econômico e contatos cordiais com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) e a Igreja Presbiteriana dos Estados

¹⁴³ Teólogo evangélico tcheco, líder ecumênico, ativista pela paz, e professor em Princeton no período de renovação do pensamento reformado, não mais cativo ao fundamentalismo, fundador da Conferência Mundial para Paz(CCP)com o objetivo de forjar Alianças entre Igrejas cristãs no Ocidente e do Oriente socialista para evitar um conflito.

¹⁴⁴ ALVES, 1979, p. 263.

¹⁴⁵ SOUZA, Robson. *Discursos e práticas fundamentalistas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2002- 2008); uma análise da pretensa posição de equidistância dos extremos fundamentalistas e liberais.*2009. 142 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, p. 72.

Unidos (PCUS), as quais investiam recursos consideráveis no processo de evangelização no Brasil.¹⁴⁶

Em outra direção seguia a crítica feita por João Dias de Araújo sua obra *Inquisição sem fogueiras*. Segundo ele, havia uma crise maior na leitura social e teológica, no *ethos* formado durante a história do presbiterianismo brasileiro, com ausência de uma teologia política e com a influência conservadora. Aquele movimento fundamentalista no seio da IPB teria produzido duas consequências: 1) o fortalecimento do radicalismo conservador, que combatia as novidades introduzidas pelos rotulados de modernistas e ecumênicos; e 2) a defesa ardorosa do sistema capitalista, que tachava de comunistas todos aqueles que não simpatizavam com o fundamentalismo.¹⁴⁷

Desse período em diante, pode-se afirmar que houve uma reação conservadora na IPB, que se expandiu em todas as dimensões da Igreja, gerando tensão nas organizações da mocidade presbiteriana, nos seminários e na disputa por postos na cúpula da denominação, gerador de um clima institucional de intolerância.

2.1.3 *Reação conservadora na mocidade presbiteriana e perseguição aos líderes progressistas*

No final do século XIX, os jovens cristãos não estavam alheios ao intenso movimento missionário na Europa e nos Estados Unidos. Uma das primeiras entidades missionárias criadas para trabalhar com jovens foi a Associação Cristã de Moços (ACM). Conforme Moisés Coppe a ACM surgiu durante a revolução industrial, em um contexto no qual se vislumbrava melhor qualidade de vida para uns e graves problemas sociais para outros, “como aumento da população nas cidades, ampliação da jornada de trabalho nas fábricas e empobrecimento dos artesãos urbanos e camponeses”.¹⁴⁸

Segundo Eduardo Quadros a partir da ACM surgiu a Federação Mundial de Estudantes Cristãos (em inglês, *World Student Christian Federation* - WSCF). Em 1926, surgiu no Brasil a União de Estudantes para o Trabalho de Cristo, voltada para os secundaristas. Em 1940, a entidade adotou o nome de União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). O trabalho com estudantes universitários foi organizado no mesmo ano, com o nome

¹⁴⁶ VILELA, 2014, p. 41.

¹⁴⁷ ARAUJO, 1982, p. 31.

¹⁴⁸ COPPE, Moisés. *Piedade, responsabilidade e política: história e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da graça /Noah Edições, 2015, p. 67.

de Associação Cristã Acadêmica (ACA). Esses movimentos eram ligados à IPB. A UCEB, por exemplo, teve a presença de Wilson Fernandes, Jorge César Mota, Richard Shaull e outros, que participaram de seus congressos e colaboraram na produção de literatura¹⁴⁹. As reflexões elaboradas pela juventude cristã influenciaram a juventude da IPB, como constata Coppe:

Mas, indubitavelmente, é a Teologia do Evangelho Social de Rauschenbusch que caracterizou o senso de justiça social dos diversos grupos, em especial da UCEB. Diante de uma tendência francamente individualista do protestantismo, o Evangelho social voltava sua atenção para os aspectos coletivos da sociedade moderna e para a necessidade de justiça social. De igual modo, a UCEB recebeu influência da teologia de tradição reformada de Karl Barth (1886-1968), de Paul Tillich (1886-1965), Emil Brunner (1889-1966), Reinhold Niebuhr (1892-1971) e Dietrich Bonhoeffer (1906-1945).¹⁵⁰

Aquelas reflexões¹⁵¹ e movimentos encontraram eco e guarida na liderança juvenil da IPB, que tinha real interesse por respostas diante das inquietações do período histórico. Um setor dinâmico na formação de jovens líderes foi a Mocidade Presbiteriana (MP), fundada pelo Supremo Concílio de 1936. Segundo Paul Pierson, citado por Souza os jovens da Igreja “queriam participar das transformações sociais com base na fé que professavam, e isso provocou uma grande efervescência no movimento de jovens presbiterianos”¹⁵². A MP era uma sociedade interna da IPB, com estrutura local, regional e nacional. Em sua origem, determinava:

Os Presbitérios deverão adotar, no que julgarem oportuno o seguinte: A) Criação nas igrejas locais, pelos respectivos conselhos, de Uniões de Mocidade, de caráter misto, com as finalidades expostas nos trabalhos: A adolescência na Igreja. B) Constituição de Associações Presbiterais por intermédio e com a aquiescência (consentimento) dos respectivos conselhos e a aprovação dos Presbitérios. C) Constituição de uma Federação Geral que congregue federações Presbiterais para fins estatísticos, elaboração de programas uniformes, e a realização de congressos gerais.¹⁵³

¹⁴⁹ QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e o Mundo Estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1987)*. Rio de Janeiro. Novos Diálogos, 2011, p. 21.

¹⁵⁰ COPPE, 2015, p. 85.

¹⁵¹ Esses teólogos representaram um diálogo com as ciências humanas e sociais, um tempo de renovação do pensamento religioso protestante, Walter Rauschenbusch, teólogo batista responsável por ter desafiado as igrejas a se envolverem com a sociedade em nome da ética cristã, aplicando conceitos como salvação e pecado as dimensões sociais, Paul Tillich teólogo e filósofo protestante, líder do movimento socialismo religioso, líder da renovação do pensamento teológico no século Reinhold Niebuhr, teólogo americano importante figura na neo-ortodoxia, professor no Union theological Seminary, e Dietrich Bonhoeffer: teólogo e pastor alemão, mártir protestante nas mãos de Hitler, líder da resistência e um dos fundadores da Igreja Confessante contrária ao nazismo e um pioneiro do movimento ecumênico.

¹⁵² SOUZA, 2005, p. 166.

¹⁵³ ARAUJO, 1982, p. 35.

Com aval da Igreja, a MP estruturou-se e produziu uma contribuição significativa para a inserção de jovens no estudo da cultura e da sociedade brasileira, por meio de congressos, seminários e retiros, além da literatura. Temáticas sociais e teológicas relevantes foram disseminadas na Igreja, levando a mocidade a se interessar pelas inquietações do povo brasileiro e pela busca de uma forma mais efetiva de responder aos desafios sociais.

Segundo Eduardo Galasso Faria em geral, os encontros da juventude presbiteriana aconteciam nos templos, após momentos devocionais semelhantes aos cultos. Os jovens se sentiam abençoados por Deus quando podiam encontrar uma namorada ou namorado e um casamento feliz. Naquele contexto, “os jovens presbiterianos experimentavam uma espécie de fuga do mundo, marcada por uma experiência de fé confinada na proteção dos espaços internos da igreja e a sua piedade privada”.¹⁵⁴

O uso do jornal como propagação da literatura religiosa foi decisivo para fomentar debates internos na IPB, porquanto temáticas que circulavam em alguns espaços se popularizaram entre os jovens. Acerca disso, João Dias de Araújo, testemunha ocular dos fatos, elenca as temáticas preponderantes nos anos de 1944 a 1951 como por exemplo: “evangelização, estrutura do trabalho da mocidade, problemas sociais, analfabetismo, guerra e ação social, ecumenismo, política e recreações, problemas da igreja. Alguns continham críticas ao sistema de governo presbiteriano”.¹⁵⁵

Esse panorama produziu uma nova mentalidade no seio da juventude presbiteriana. O papel da literatura nessa formação pode ser comprovado na análise de Nathan Alves Rodrigues. Em artigo sobre os discursos de jovens protestantes, ele analisa as juventudes batista e a presbiteriana do Brasil, e mostra que as Igrejas abriram espaço religioso para a juventude:

Estas instituições protestantes no Brasil, com trabalhos específicos e voltados para a juventude, produziram ao longo do século XX revistas, jornais, atas e anais que evidenciavam o pensamento jovem dos grupos protestantes. Assim, a partir destes documentos oficiais, que são porta voz do pensamento das denominações, se percebe discursos múltiplos de líderes e sujeitos influentes, como também a veiculação de ensinamentos doutrinários de preparação para o relacionamento com os variados meios sociais e culturais. As juventudes protestantes eram condicionadas a orientações locais, aconselhamento e instruções, recebidas por líderes e pastores nas respectivas igrejas às quais pertenciam. Entretanto a partir da década de 1960, se intensifica uma quantidade significativa de publicações voltada para os jovens, e outra parcela produzida pelos jovens.¹⁵⁶

¹⁵⁴ FARIA, 2002, p. 98.

¹⁵⁵ ARAUJO, 1982, p. 36.

¹⁵⁶ DAVID, Natan Alves. O que você pensa que está pensando? Os discursos aos jovens protestantes acadêmicos. 1968-1990. In: VII Congresso Internacional de História - XXXV Encontro de Geohistória Regional, 2015, Maringá. *Caderno de Resumos do VII Congresso Internacional de História*. Maringá: UEM, 2015, p. 2202.

Como se observou, dois canais foram decisivos para a construção de novas representações entre os jovens presbiterianos: a literatura expressa no jornal Mocidade Presbiteriana e os congressos. Souza indica que os debates no Jornal MP, com temáticas sociais e políticas, deveram-se à colaboração de líderes como Richard Shaull, missionário e teólogo norte americano, representante da nova teologia de Princeton, que promovia o diálogo entre cristianismo e marxismo. Billy Gammon, filha de missionários americanos, tornou-se a primeira assessora da Confederação da Mocidade Presbiteriana, ajudando a articular os grupos nacionalmente. Sua presença deu novos rumos à MP, pois ela fez pontes com outros grupos e federações cristãs de jovens. Também merece destaque a participação de líderes como “Waldo Cesar, Benjamim Moraes, Joaquim Beato, Paulo Wright, Teófilo Carnier, Lisâneas Maciel, José Borges dos Santos Jr, Adalto Araújo Dourado, Jorge Cesar Mota, e outros, que tinham em comum uma relação com o movimento ecumênico”.¹⁵⁷

Souza afirma ainda que os congressos da MP foram pontos altos de formação, a exemplo do II Congresso da MP em Lavras em 1952, com o tema “Somos cooperadores de Deus”. No IV Congresso, realizado em Salvador, em 1956, Richard Shaull proferiu seus “Oito estudos de preparação para o testemunho”, desafiando os jovens a colocarem em prática as exigências do discipulado cristão. Nesses estudos, conclamava a juventude a influenciar sua geração, como ocorreu em 1959 no Congresso de Jovens Unidos da IPB e da IPI, em sintonia com os cem anos do Presbiterianismo, que culminou no 1º Congresso Unido das Mocidades Presbiterianas, cujo tema era- o jovem cristão e a realidade brasileira¹⁵⁸.

Com toda essa efervescência, marcada por manifestações se críticas ao conservadorismo presbiteriano, a tendência conservadora agiu para mudar os rumos da juventude da IPB, por meio de manobras eclesiásticas. Um relato que resgata esse período é o texto de Márcio Gimenes sobre a presença de Richard Shaull no Brasil:

Por isso, os jovens também serão vítimas do golpe conservador dentro da igreja e dentro da política brasileira. A Igreja Presbiteriana chega, nesse período, a extinguir a sua confederação de mocidade na medida em que não consegue mais tê-la sob o seu controle e seu jornal deixa de ser publicado e a diretoria dos jovens da igreja é desfeita. Dentre os jovens destacados do período, podemos elencar o já citado Paulo Stuart Wright, irmão do reverendo Jaime Wright, ambos tiveram atuação marcante nos anos de ditadura militar.¹⁵⁹

¹⁵⁷ SOUZA, 2005, p. 167.

¹⁵⁸ SOUZA, 2005, p. 167

¹⁵⁹ PAULA, M. G. Os antecedentes da Teologia da Libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil. *Interações: Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 77-86, 2013, p. 80.

Em 1960, a liderança conservadora conseguiu extinguir a Confederação Nacional de Mocidade Presbiteriana. O desfecho desse período de ebulição de ideias e visões de mundo entre os jovens foi o nascedouro de novas representações religiosas, expressas, segundo Rubem Alves no “ideal ecumênico e na construção da liturgia e da leitura bíblica como instrumentos de preocupação social”.¹⁶⁰

O papel do jovem cristão não estava mais confinado à mera piedade individual, mas consciente da realidade social e política brasileira, a partir de uma leitura da fé reformada apropriada à luz dos teólogos europeus e americanos ecumênicos. Essas novas representações geraram uma crise interna na igreja. Elas não eram fruto do ocaso, mas estavam respaldadas em situações históricas do Brasil dos anos 50. Conforme Alves o momento era marcado por uma convulsão intelectual nos meios protestantes, com uma fermentação política e social, em decorrência das rápidas transformações sociais. “A industrialização e urbanização, com suas bandeiras desenvolvimentistas, tornavam segmentos da sociedade conscientes da miséria e do enorme atraso do país”.¹⁶¹

2.1.4 A reação conservadora nos seminários e a exclusão dos professores “ecumenistas” e “modernistas”

No mesmo período de atritos entre a liderança da IPB e a juventude, os seminários viviam mudanças. Não se pode esquecer que, na tradição protestante, a teologia é necessária para a qualificação do serviço eclesiástico. Os próprios reformadores Lutero e Calvino eram docentes ocupados na formação educacional e universitária, além de escritores prolíficos. No decorrer da história, verifica-se a escola e a universidade como lugares de poder, o que ficou evidente nos conflitos teológicos na Europa, e nas lutas entre presbiterianos nos Estados Unidos. Dos embates entre as correntes teológicas denominadas novas e velhas luzes, nasceram diferentes seminários, com tendências distintas. O que estava em jogo naquele momento era o critério hermenêutico de interpretação bíblica, que expressava uma forma de controle da autoridade religiosa.

A Europa passou por mudanças nos séculos XIX e XX em função dos diversos movimentos que brotaram no continente: o existencialismo, o marxismo, a secularização e, principalmente, o nazi-fascismo. Segundo Burity a crise teológica desencadeada pelo fenômeno totalitário e seus desdobramentos depois da segunda guerra mundial puseram em

¹⁶⁰ ALVES, 1982, p. 167.

¹⁶¹ ALVES, 1982, p. 166.

evidência dentro e fora do protestantismo a elaboração político-teológica, com a institucionalização do movimento ecumênico em 1948. A teologia produzida como resposta foi diversa. Paul Tillich apresentou a teologia da cultura e o movimento do socialismo religioso; Karl Barth propôs a teologia dialética, com uma crítica ao poder estabelecido pelo Terceiro Reich; “Emil Brunner foi o Teólogo da Igreja; e Dietrich Bonhoeffer tornou-se mártir perseguido pelo nazismo e líder da Igreja Confessante alemã, sendo assassinado por ordem de Hitler”.¹⁶²

Nos Estados Unidos, o socialismo religioso teve influência de Reinold Niebhur e o Evangelho social, de Walter Rauchenbusch, pastor e historiador batista. Eles apresentaram uma série de novas preocupações que questionavam o papel da igreja no mundo, o lugar do cristão na política, a crítica ao capitalismo e suas consequências, o diálogo ecumênico e o desafio comunista.

Um caso significativo nos Estados Unidos surgiu nas décadas de 1930 e 1940. Em um tempo de desemprego e exclusão, os cristãos começaram a refletir sobre fé e sociedade, preocupados com o que se poderia dizer. A reflexão gerada veio na forma da Teologia do Evangelho Social, que tinha raízes no substrato da própria cultura moderna, com ecos do evolucionismo de Darwin. Propunha na crença no desenvolvimento social e tinha a consciência de que a mensagem cristã não estava destinada apenas a um futuro distante sem consequências sociais e políticas.

Aquela variedade de ideias começou a circular na teologia brasileira como semente de um novo entendimento da missão e da teologia. Souza registra a inquietação do Rev. presbiteriano Wilson Fernandes, já no final da década de 30. Teólogo reformado e escritor, formado no Seminário Presbiteriano de Campinas, Secretário da União Cristã de Estudantes do Brasil(UCEB), estudante em Oxford e na Suíça, Fernandes apresentava no Jornal *O Puritano*, da IPB, a busca por uma perspectiva teológica contextualizada.

Se tudo é diferente porque levantar no Brasil problemas que só interessam particularmente a outros povos? Porque em vez de imitar e importar não auscultamos as nossas necessidades e não fazemos nossa teologia? [...] Se devemos ler e conhecer o que se passa no estrangeiro sobre teologia porque é útil, também devemos de cogitar de fazermos a nossa teologia sugerida pelas necessidades da nossa igreja e de nosso povo [...]. A grande preocupação do momento é fazer uma teologia prática que irradie calor divino destinado a reanimar e vitalizar as partes glaciais e mortas da sociedade.¹⁶³

¹⁶² BURITY, 2011, p. 127.

¹⁶³ O Puritano, 25.04.1938, p. 1-2 *apud* SOUZA, 2005, p. 105.

Essa situação descrevia um período que ansiava por novas preocupações e modelos de compreensão. Teólogos e professores começaram a fazer circular em revistas e jornais, publicações que privilegiavam o contexto social brasileiro, ao contrário de serem uma cópia da teologia americana. Esse registro é o indício das mudanças no cenário das representações ente líderes da IPB na primeira metade do século XX.

Segundo Souza um veículo duradouro, que popularizou essas ideias e suscitou reflexões junto a um público mais culto, foi a revista interdenominacional *Fé e Vida*, organizada por presbiterianos. A publicação trazia à tona questões acerca da religiosidade e da psicologia aplicada às questões sociais, relacionando a teologia e a cultura da época. Era uma publicação do Instituto de Cultura Religiosa fundada em 1939 por Miguel Rizzo Júnior, pastor da Igreja presbiteriana Unida de São Paulo ¹⁶⁴. Sobre essa publicação Éber Ferreira Silveira Lima afirma:

A Revista de Cultura Religiosa nasceu de um claro desejo de seus fundadores em identificar-se com esse movimento inovador. Uma coincidência propiciou que três protestantes voltados para o moderno – Othoniel Motta, Epaminondas Melo do Amaral e Miguel Rizzo Júnior – partilhassem o espaço de uma mesma cidade – Campinas – e articulassem o que seria a primeira revista teológica protestante publicada no Brasil, bem no começo da década de 20.¹⁶⁵

Conforme Matos outra publicação de destaque foi *Lucerna*, editada pelo mesmo instituto, como sucessora da *Revista de Cultura Religiosa*. Tendo como diretor Epaminondas de Melo Amaral, a junta editorial era formada por Othoniel Motta, Salomão Ferraz e Miguel Rizzo Júnior. Contou ainda com a colaboração de Erasmo Braga. Em seus editoriais, “versava sobre interesse religioso e social, meditações úteis para o púlpito, notícias de ideias e fatos do mundo religioso, apreciação de publicações recentes e notícias regulares da obra de cooperação eclesiástica”.¹⁶⁶

A revista *Unitas*, segundo Matos foi publicada a partir de 1946 (antes de *Fé e Vida*) tinha as seguintes seções: notas e comentários, o Momento Internacional, Problemas sociais, Miscelânea, Ideias e conceitos, Focalizando, Poligrafia, Literatura, Fé e vida. Tendo circulado por muitos anos, teve um enorme número de colaboradores¹⁶⁷. Uma informação importante para localizar esse fluxo de teologias, teólogos e temas, nas primeiras décadas do século XX,

¹⁶⁴ SOUZA, 2005, p. 107.

¹⁶⁵ LIMA, Éber Ferreira Silveira. *Entre a sacristia e o laboratório: os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942)*. 2008, 197f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008, p. 95.

¹⁶⁶ MATOS, Alderi S. A Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil. *Fides Reformata*. V. XII, n. 2, 2007, p. 7.

¹⁶⁷ MATOS, 2007, p. 9.

está presente em *Por Uma Fé Encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*, tese de doutorado de Wanderley Pereira da Rosa. Ele aponta uma seção específica dirigida por João Del Nero, importante jurista e principal articulista da revista.

Tinha uma seção dedicada a Problemas Sociais, cujo responsável foi o jurista cristão João Del Nero, que, desde os primeiros artigos, mostrava-se bastante interessado em como o cristianismo, e o protestantismo em particular, poderia influenciar positivamente as mais variadas áreas da sociedade. Valendo-se de alguns dos artigos publicados ao longo dos anos, Del Nero publicou em 1945 uma obra pioneira sobre o tema, cujo título era Problemas Sociais do Mundo Atual. Em grande medida familiarizado com os teólogos e pensadores de destaque em sua época, Del Nero citava constantemente em seus escritos Karl Barth, Reinhold Niebuhr, Paul Tillich, Emil Brunner, Berdiaeff, Maritain, Fosdick e Walter Rauschenbusch, dentre outros.¹⁶⁸

Como observou Souza no Brasil, a renovação teológica chegou penetrando a topografia institucional das igrejas, sendo disseminada, entre outros, por Erasmo Braga, que traduziu um texto de Barth, apresentando sua ação como uma renovação espiritual na Alemanha. Segundo ele, “os interessados na renovação do pensamento religioso deveriam ler as obras de Barth [...]”.¹⁶⁹

Também o teólogo, reitor e historiador oficial da IPB, Júlio Andrade Ferreira, professor no Seminário Presbiteriano de Campinas, publicou uma *Antologia Teológica*, com textos de Karl Barth, Tillich, Emil Brunner e Bonhoeffer, pensadores que, nos anos 50, “foram balizas para uma crítica ao conservadorismo da Igreja e da teologia protestante brasileira”.¹⁷⁰

Outro marco do surgimento de uma nova teologia no Brasil foi a chegada de Richard Shaull, missionário e teólogo estadunidense, que se tornou professor no Seminário Presbiteriano de Campinas e articulista no jornal da Mocidade Presbiteriana, além de assessor teológico na UCEB. Versado na nova teologia e ligado ao movimento ecumênico, ele influenciou uma geração de alunos, que tiveram contato com uma teologia crítica e contextual europeia e americana, a qual fomentou um novo fazer teológico. A partir daquele momento, os espaços acadêmicos brasileiros receberam a visita de líderes ecumênicos e daqueles que refletiam sobre a América Latina. Um depoimento de Shaull registrado por Rubem Alves sobre o panorama no campo das ideias teológicas no Brasil é esclarecedor:

A contribuição da teologia tradicional era limitada aos pensadores calvinistas (Hodge e Strong, juntamente com vários pregadores fundamentalistas norte-

¹⁶⁸ ROSA, 2015, p. 95.

¹⁶⁹ O Puritano, 4.5.1929, p. 1 *apud* SOUZA, 2005, p. 115.

¹⁷⁰ SOUZA, 2005, p. 115.

americanos) ou evangelistas (de E. Stanley Jones a William Orr). Os nomes de Barth, Brunner e Bonhoeffer e outros conhecidos pensadores europeus e norte-americanos começavam a atrair alguma atenção. Sentia-me à vontade no mundo desses pensadores, de forma que podia introduzir seus escritos e seus pensamentos aos que desejassem. Estava em condições, também de trazer ao Brasil, pessoas e livros do exterior. Por algum tempo, tivemos a visita de vários professores vindos da Europa e dos Estados Unidos, juntamente com os mais importantes líderes do movimento ecumênico, além de um bom número de teólogos hispano-americanos. No Seminário, especialmente, tinha interesse em estimular os estudantes a saírem do gueto impulsionando-os para um mundo mais amplo, trazendo-os para um contato mais direto com os problemas urbanos e rurais, movimentos políticos, líderes do pensamento secular e renomados leigos vindos de outras igrejas protestantes.¹⁷¹

Esse período evidenciava certo cansaço com a teologia conservadora, que não respondia aos anseios da juventude presbiteriana acadêmica, pois não dialogava com a realidade brasileira. Essa reflexão pode ser constatada na percepção de Richard Shaull do ambiente teológico no Seminário Presbiteriano de Campinas quando chegou como professor

Ele observou que a atmosfera do seminário era bastante estéril. Mas já havia conversado com alguns alunos, eles estavam sedentos por novas perspectivas intelectuais e teológicas, prontos para uma nova visão da igreja. Isso pode ser asseverado pela história do ensino da teologia nos seminários.¹⁷²

Segundo o professor Antônio Gouveia de Mendonça a formação “mostrava uma prática repetitiva de segunda mão com base em manuais clássicos de teologia metafísica. Fórmulas frias e distantes”¹⁷³. Também Rubem Alves descreve sua visão de mundo como seminarista, anterior a presença de Richard Shaull:

O meu mundo e dos meus companheiros do seminário era simples. Havia Deus nos céus, e presente em todos os lugares; a terra onde vivíamos provisoriamente; o inferno; e o destino das almas. E isto era a única coisa que importava. A Igreja nada tinha a ver com as querelas insignificantes dos homens. Sua missão a ligava à única coisa que realmente importava: salvar as almas. Uma vez garantido o happy end, então tudo o mais ficava sem importância.¹⁷⁴

Esse rico movimento intelectual comportava uma releitura da teologia presbiteriana e teve, segundo Faria a contribuição teológica decisiva de Richard Shaull. Trazendo livros do exterior, ele conseguiu gerar um grande interesse dos estudantes, que, nos quartos e nos corredores do internato, tudo liam e discutiam em uma intensa fermentação de novas ideias.

Nos seminários, o mundo monótono da teologia conservadora foi substituído por aulas que provocavam um intenso rebuliço. “A repercussão se fazia sentir não apenas nas

¹⁷¹ ALVES, Rubem. *De dentro do furacão* – Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação. São Paulo: Ed. CEDI: CLAI: Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985, p. 191.

¹⁷² ALVES, 1985, p. 190

¹⁷³ MENDONÇA, 2005, p. 60.

¹⁷⁴ ALVES, 1985, p. 21.

discussões de corredor, mas na prática, em experimentos que os moços faziam ao redor de Campinas”.¹⁷⁵

Essa efervescência movimentou a juventude na Mocidade Presbiteriana e chegou aos seminaristas, desejosos de maior diálogo com seu tempo. A Igreja possuía o Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), em Campinas/São Paulo; o Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), em Recife/Pernambuco; e o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC), em Vitória/Espírito Santo. Nesses três seminários se repetiu o acontecido com a Mocidade Presbiteriana: a tendência conservadora usou de justificativas para que um grupo opositor assumisse o comando da IPB.

João Dias de Araújo enumera seis justificativas instrumentalizadas pelos conservadores para tomar o poder com objetivos escusos. Lideranças que se candidataram ao Supremo Concílio da IPB foram apresentadas como salvadores da igreja, defensores da tradição, contra os perigos do modernismo:

1) A crise Teológica: [...] começou a questionar os livros clássicos de teologia e os manuais calvinistas tradicionais. [...] Autores como A. A Strong, velho teólogo calvinista cujo compêndio tinha sido usado por várias décadas no Seminário era alvo de críticas e reservas. Por esses fatos o SPS foi acusado de ter entre seus, alunos e professores alguns ‘modernistas’. 2) Conflito administrativo: Houve conflitos e desentendimentos entre dois órgãos da administração do Seminário: a diretoria e a Congregação dos Professores. 3) Conflitos entre alunos e autoridades da Igreja: Os conflitos entre o Seminário e a direção da IPB e se intensificaram depois da Revolução de 1964, quando a Mesa do Supremo Concílio se transformou em Comissão de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no seminário. 4) Conflitos entre estudantes e alguns professores do Seminário: O Jornal do Centro Acadêmico Oito de Setembro (CAOS), órgão dos estudantes, publicou um artigo a respeito da crítica a um sermão de prova, pregado por estudante. A crítica ofendeu alguns professores, e o número do jornal foi suspenso [...]. 5) Conflitos entre estudantes. [...]. No primeiro semestre de 1966 surgiu o famoso manifesto dos 15, que foi explorado politicamente na Campanha de propaganda eleitoral para presidência do SC. 6) Problemas financeiros: [...]. Numa época em que o seminário mais precisava da presença e da assistência dos professores, estes eram obrigados a ficar muito tempo fora dando aulas ou trabalhando em outras cidades porque os seus salários eram baixos, eram pagos com atraso até de seis meses [...].¹⁷⁶

Esse panorama manipulado pelas lideranças conservadoras foi o divisor de águas das questões teológicas em jogo. Em 1966, o Supremo Concílio, realizado em Fortaleza/Ceará, fez uma ampla discussão sobre os Seminários. Quanto ao Seminário Presbiteriano do Sul, o assunto foi tratado de forma leviana, segundo Sônia Mota

A posição da comissão foi muito contestada. O Seminário de Campinas não teve direito à defesa, o que contrariava a Constituição da Igreja. Nem o presidente da

¹⁷⁵ FARIA, 2002, p. 89.

¹⁷⁶ ARAUJO, 1982, p. 71-72.

diretoria nem o deão foram ouvidos. Ao reitor foram dados apenas cinco minutos para a defesa, mas ele preferiu distribuir no plenário o seu pronunciamento. Outra medida inconstitucional foi à criação da Comissão Especial. Mesmo os protestos de alguns, a proposta da Comissão foi aceita pelo plenário e a CE iria atuar também nos outros Seminários. Foi um período de expurgos, denúncias e perseguições.¹⁷⁷

A Comissão Especial de Seminários tinha amplos poderes para interferir em todas as dimensões da educação teológica: no âmbito administrativo, teológico, pastoral e pedagógico. Essa decisão foi questionada por presbitérios e Igrejas, pois feria os princípios da democracia presbiteriana, não respeitando os concílios menores, diretamente responsáveis pela vida dos seminaristas e pelo acompanhamento dos seminários e professores. É o que consta da resolução de nº 66-091 – doc. VI.

O SC resolve: 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda a sorte de dúvida e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelem as matrículas de todos os alunos cujas ideias ou cuja conduta sejam havidas pelas Congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execuções às providências desta resolução, podendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo-os aos seus concílios de origem; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com a Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação.¹⁷⁸

Nesse período, a tendência conservadora, que até então convivía paralelamente com a ecumênica, apesar de tensões, articulou um golpe, mirando a imposição de sua perspectiva nos espaços oficiais, a começar pelos centros de formação teológica. Os conservadores efetivaram a exclusão daqueles a quem chamavam de “ecumenistas” e “modernistas”.

Essa tomada de posição instaurou de vez o fundamentalismo na IPB. Conforme Souza, “os líderes sufocaram os espaços de ensino teológico, formação pastoral e produção acadêmica. A intenção era clara: demitir professores e membros das diretorias, proceder às acusações, impedir ou cancelar matrículas de alunos”¹⁷⁹. Em 1966, o fundamentalismo fechou legalmente o cerco sobre as posições consideradas modernistas.

¹⁷⁷ MOTA, Sônia Gomes. *IPU – Vozes da resistência*. 2003. 165 f. Tese (Mestrado). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003, p. 188.

¹⁷⁸ VILELA, 2014, p. 209.

¹⁷⁹ SOUZA, 2005, p. 218.

As principais consequências foram uma “fissura na ordem democrática na IPB”, que viu fortalecer a tendência conservadora, através de dispositivos de poder, repelindo a tendência progressista de dentro da igreja. Os rastros desse plano podem ser notados em algumas articulações do grupo boanergista, liderado pelo rev. Boanerges Ribeiro, teólogo e historiador presbiteriano, figura emblemática do conservadorismo, o qual foi o único presidente do Supremo Concílio a cumprir três mandatos consecutivos, de 1966 a 1978. Ele esteve à frente das exclusões dos representantes ecumênicos na IPB.

O jornal *Brasil Presbiteriano* servia de espaço entre as duas tendências. Mas, em 1965, por decisão unilateral da Comissão Executiva do Supremo Concílio, o redator chefe, rev. Domício Pereira de Mattos, foi substituído por Boanerges Ribeiro. Segundo Souza o jornal apresentou, na primeira página, o novo redator chefe, como: “tendo livros publicados, ocupado diversos cargos nos concílios da igreja, feito cursos no exterior e sendo pastor ordenado em 1943[...] talhado para função [...], que representava a tendência conservadora na IPB”, e viria a imprimir uma linha dura e de ataque aos progressistas¹⁸⁰. Paixão Junior analisa essa transformação do jornal da igreja em espaço singular de propaganda

Com Boanerges Ribeiro na direção do BP inicia-se uma nova fase nas publicações do jornal, os articulistas da denominada ‘nova geração’ de teólogos da IPB foram silenciados, os artigos publicados deixam se ter por preocupação o contexto sócio-político-econômico brasileiro, seguiu-se a fase da articulação fundamentalista.¹⁸¹

Assim começava a articulação rumo ao poder. Considerando que, no contexto brasileiro dos anos 60, havia um diálogo entre pastores presbiterianos e padres católicos, João Dias de Araújo aponta que o redator chefe do Jornal da IPB, Boanerges Ribeiro, usou como bandeira de campanha à presidência do Supremo Concílio o “antiecumenismo”.¹⁸² Sua campanha pode ser compreendida no comentário de Sônia Mota:

Boanerges fez sua campanha política firmado nos seguintes pontos: maior participação dos presbíteros na direção da Igreja, campanha contra o ecumenismo, comunismo e modernismo, inimigos a serem vencidos pelos verdadeiros discípulos de Cristo e a salvação dos seminários. No editorial de junho de 1966, um mês antes das eleições, escreveria: ‘De quem é seu voto?’, alertando a todos os delegados para o cuidado na escolha do candidato à presidência da Igreja. Esta escolha, conforme Boanerges, não deveria basear-se em ‘amizades’, ‘ressentimentos’ ou sentimentalismos, pois o futuro de 250 mil presbiterianos dependia daquela eleição.¹⁸³

¹⁸⁰ SOUZA, 2005, p. 231.

¹⁸¹ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 282.

¹⁸² ARAUJO, 1982, p. 58.

¹⁸³ MOTA, 2003, p. 105.

Um ano antes da eleição, em 1965, o rev. Boanerges tinha sido indicado pelo seu presbitério junto à diretoria do Seminário Presbiteriano de Campinas, chegando a ser seu vice-presidente. O rev. Antônio Marques da Fonseca Júnior deão do Seminário naquele período, relata os fatos:

No início de 1966, com a saída de vários professores, um em caráter definitivo e outros temporariamente, a Congregação oficiou a Mesa da diretoria pedindo que indicasse nomes de possíveis professores, os quais seriam convidados, após a aprovação da Congregação, conforme regulamento do Seminário. A mesa diretora reuniu-se em São Paulo, com a presença dos Revdos: Mario Lício, presidente; Boanerges Ribeiro, vice-presidente; Renato Fiusa Telles secretário. Agora, pasmem! Quem foi indicado só, não, nomeado? Boanerges Ribeiro e Renato Fiúsa, já em caráter definitivo. Um votou no outro. À congregação. Nada mais pode fazer, senão recebê-los e dar-lhes posse. Uma vez dentro do Seminário como professor, Boanerges Ribeiro entrava em contato direto com os alunos. Não se passou muito tempo, surgiu, para espanto de todos, o famigerado Manifesto dos 15.¹⁸⁴

Segundo Souza o Manifesto dos 15 foi largamente divulgado fora do seminário, além de ser reproduzido pela Igreja de Belo Horizonte e distribuído às demais Igrejas presbiterianas pouco antes da Reunião do Supremo Concílio. “Além disso, foram feitas cópias do jornal interno dos alunos para serem distribuídas”¹⁸⁵. A fala do então reitor do seminário, rev. Júlio de Andrade Ferreira, é esclarecedora: “Ficamos sabendo a razão ao chegar em Fortaleza. O que se dizia à boca pequena era da eleição do Rev. Boanerges Ribeiro dependia a salvação do Seminário e Campinas”¹⁸⁶

Outra informação que revela as tramas do poder está na descrição dos bastidores do Supremo Concílio. Destaca-se uma citação maior, porém necessária porque congrega o ocorrido a partir do depoimento do deão, Rev. Antônio Marques testemunha ocular desse período:

Nossa expectativa era de que a reunião do Supremo Concílio fosse o lugar para discutir o problema do SPS, como do Mackenzie ou de qualquer outro. E as comissões deveriam ser compostas pelo critério de balanceamento dos pontos de vista opostos, de modo a poder propor ao plenário as medidas justas, medidas que separassem o joio do trigo, a realidade do boato, etc. Como a Congregação já tomara entre outras providências, a remessa, por meio do Deão, da ficha de cada aluno a seu Concílio; como o Presidente da Diretoria não convocara, era de se esperar que o Supremo, tomando conhecimento de nosso relatório o devolvesse, se não a nós mesmos, mas ao menos a Diretoria. Por que não aconteceu isso? É que a Diretoria teria um equilíbrio de forças que o Supremo não tinha ou não queria ter. Eleito, o Rev. Boanerges Ribeiro escolheu para relator da Comissão de Expediente encarregada de Educação teológica, o Rev. Wilson de Souza, que havia convocado sua igreja para ouvir um dos membros dos ‘15’, que mandara reimprimir o Manifesto e que pedira aos membros de sua igreja que telegrafassem ao Presidente

¹⁸⁴ FONSECA JÚNIOR, Antônio Marques da. *Por que IPU*. Campinas: Expresso, julho, 2003, p. 24.

¹⁸⁵ SOUZA, 2005, p. 227.

¹⁸⁶ SOUZA, 2005, p. 227.

do SC, em Fortaleza protestando contra o que julgava ser uma realidade calamitosa no SPS. Dessa Comissão não fez parte ninguém que trabalha em Seminário. A essa Comissão não foi chamado o Deão do Seminário, mais diretamente relacionado com a situação. O Reitor ali esteve, não para expor o que pensava, mas para ser inquirido. Até esse momento, porém, confiava em que seus irmãos na fé seriam equilibrados. Chegamos assim, ao ponto crítico. Uma divisão política explica, mais que tudo, atual conjuntura. Aí está o porquê das generalizações e dos escândalos; o porquê do encaminhamento de uns documentos e não de outros; a razão de uns poderem usar da palavra e outros não. Isso explica, sobretudo, a constituição das comissões, e a escolha de seus relatores, a chave de toda a linha de decisão que o Supremo Concílio adotou.¹⁸⁷

Com a demissão do Rev. Domício Pereira de Mattos, a tomada do Jornal da IPB e a articulação de entrada de Rev. Boanerges na direção do Seminário de Campinas, consolida-se o caminho da chegada de Boanerges ao Supremo Concílio, em 1966 ele foi o candidato designado para salvar o seminário de Campinas e a educação teológica na IPB. Logo após sua eleição, a Comissão dos Seminários fez articulações para cercear a defesa dos seus irmãos, gerando conflitos que foram a base de uma estratégia para silenciar os discordantes.

Segundo João Dias a resistência às decisões do Supremo Concílio, que feriam o princípio do governo presbiteriano, “fez ecoar protestos pela igreja, como aconteceu no Sínodo do Espírito Santo, nos presbitérios de Salvador e Campinas, além das Congregações do Seminário de Campinas e do Centenário”¹⁸⁸. O Seminário Presbiteriano de Campinas passou por uma reviravolta. Um centro que tinha sido referência presbiteriana ao longo dos anos no Brasil via-se a mercê da intervenção da Comissão de Seminários:

No que se refere ao Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), sob a direção do seu presidente o Rev. Mário Lício, tendo como vice-presidente o Rev. Boanerges Ribeiro e a secretaria do Rev. Renato Fiuza Telles, a Diretoria do Seminário reuniu-se nos dias 20 e 21 de dezembro de 1966, em Campinas, São Paulo, e dispensou do exercício da docência nesta escola os professores: Rev. Júlio Andrade Ferreira, Francisco Penha Alves, Samuel Martins Barbosa e Elizeu Narciso. Tais professores não concordavam com a criação da CES (Comissão Especial de Seminários) bem como de sua ingerência nos assuntos do Seminário Presbiteriano do Sul. No que concernia ao corpo discente o jornal Brasil Presbiteriano trazia a seguinte nota: ‘medidas necessárias foram adotadas para que a ordem e a disciplina reinem em 1967 entre os alunos’.¹⁸⁹

Conforme João Dias o desmonte na educação teológica prosseguiu com um golpe maior: o fechamento do Seminário do Centenário, que era o mais novo na IPB. O seminário tinha sido criado por ocasião do centenário do Presbiterianismo. Pela instituição, passaram figuras célebres e teólogos reconhecidos, como Joaquim Beato, Richard Shaul, José Borges

¹⁸⁷ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 53.

¹⁸⁸ ARAUJO, 1982, p. 72.

¹⁸⁹ PAIXÃO JÚNIOR, 2008, p. 294.

dos Santos Junior, Esdras Borges da Costa, Celso Loula Dourado, Claudio Wagner, Wilson Souza Lopes, Claude Labrunie, J. Marshall Guthrie, Alfred Durand Suderwirth, Eduardo Ramos Coelho, entre outros.¹⁹⁰

A justificativa imediata para o fechamento do Seminário foi o fato de terem sido encontrados tocos de cigarro nos corredores, o que feria a ética presbiteriana, contrária ao tabagismo. Os professores se mostravam relapsos e o seminário necessitava de reorientação. Consoante Paixão Junior em uma entrevista, Joaquim Beato, professor e uma das célebres figuras do Seminário Centenário, lembrou:

Não houve processo, não houve nada, era tudo feito mais ou menos sumariamente, executando as decisões previamente tomadas por Boanerges (...) a impressão que eu tenho (...) é que tudo foi pró- forma. O Seminário já veio condenado previamente e a Comissão teria apenas que fazer um arremedo de inquérito do Seminário (Entrevista com Rev. Joaquim Beato. Vitória, Espírito Santo, 27/03/1999).¹⁹¹

A crítica quanto ao processo de fechamento do seminário evidencia a falta de escrúpulos e o espírito repressor instaurado na Igreja, que não considerou a peculiaridade eclesial desses espaços acadêmicos, mas apenas o que, constatou Paixão Junior, em sua pesquisa sobre o autoritarismo na IPB na ditadura militar:

Partindo de um caráter emergencial e justificador para que a CES iniciasse suas atividades no prazo de trinta dias, tal resolução colocava todo o ímpeto repressivo que começava a tomar conta da IPB. As Comissões Especiais que são nomeadas pelos Concílios da IPB são aquelas que recebem poderes específicos para tratar, em definitivo, de certos assuntos, e cujo mandato se extingue ao apresentar o relatório final.¹⁹²

O Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, não teve outra sorte. Conforme Vilela o professor João Dias de Araújo foi demitido e expulso do seminário no fim do ano letivo de 1970 porque, sobre ele, pesavam acusações de ser comunista, ecumenista e modernista. Para essas pessoas, consideradas indesejadas, a IPB vinha exercendo algumas ações repressoras. O próprio presidente do Supremo Concílio, Rev. Amantino Vassão, esteve em Recife em 1964, para expulsar o Rev. João Dias, mas a diretoria do seminário manteve-se ao lado do acadêmico. “A justificativa para a expulsão foi uma carta de um jovem da mocidade presbiteriana, distribuída por todo Brasil A diretoria do seminário manteve o apoio ao professor, pois não via nada que o desabonasse”.¹⁹³

¹⁹⁰ ARAUJO, 1982, p. 75.

¹⁹¹ ARAUJO, 1982, p. 182.

¹⁹² PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 202- 203.

¹⁹³ ARAUJO, 1982, p. 60.

Em entrevista a Vilela, João Dias lembrava como o Rev. Israel Gueiros, numa rádio, em Recife, acusava-o de comunista e distribuía panfletos, denunciando-o perante as autoridades públicas, como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). A questão maior era que o Rev. João Dias, professor de Teologia Sistemática e Ética Cristã, não quis fugir dos graves problemas que agitavam a opinião pública do país, em função das injustiças e desigualdades na região Nordeste.

Outro professor excluído do Seminário Presbiteriano do Norte, o rev. Áureo Bispo foi um dos líderes perseguidos naquele período, juntamente com sua família. A situação pode ser elucidada pelo depoimento de Cecília Valdivieso, esposa do rev. Áureo, em depoimento à pesquisadora Sônia Mota

Eu não sabia o que estava acontecendo, ele não me dizia, acho que era para me proteger, eu não sei. Mas a gente acaba sabendo. Eu achava estranho que durante a noite, de madrugada, às três da manhã, o telefone tocava e Áureo se vestia e saía correndo para o seminário pois havia chegado uma tal de 'Comissão Especial'. Eu não sabia do que se tratava esta tal de comissão. Depois fiquei sabendo que queriam algo que comprometesse o reitor e alguns alunos que eram chamados de subversivos. A Igreja tomou nesse tempo o modelo da ditadura que governava o país. Como não encontraram nada comprometedor, passaram a boicotar Áureo da seguinte forma: Ele chegava para dar aula e não havia ninguém na sala, os alunos haviam sido mandados para a biblioteca ou outros lugares para realizar trabalhos. Durante um mês, ele ia todos os dias para a sala de aula e ficava sentado, esperando os alunos, e ninguém aparecia. Como Áureo já estava na lista negra da Igreja, uma comissão de 'HOMENS DE PRETO' visitou minha casa. Foram entrando (afinal a casa era deles) para contar e verificar o que era do seminário, eu ia atrás do mais feio, que era gordo, usava óculos escuros e dava as ordens, eu dizia: 'O senhor não pode fazer isto, esta é minha casa'. O homem me ignorava completamente. Parecia que uma barata o incomodava de vez em quando, foi aí que eu conheci a figura de BOANERGES RIBEIRO & Cia Ltda.(...). Aqueles foram dias de muita luta minha com os representantes da IPB no Seminário. Briguei como uma leoa, defendendo meu marido.¹⁹⁴

As perseguições se estenderam às demais lideranças do Seminário Presbiteriano do Norte. O professor Hershey Julien foi expulso, acusado de heresia. Bibliotecário do seminário, ele implementou uma expansão na biblioteca, trazendo livros de teólogos da Europa e EUA. Já os missionários Thomas Foley e Paul Pierson saíram por pressões da IPB. O segundo relata o acontecido numa entrevista a Paixão Junior:

(...) foi em 69, que eu recebi uma carta da Comissão Especial de Seminários (...) pedindo que eu comparecesse perante a comissão para responder às acusações que havia feito coisas, eu não sei exatamente quais foram as palavras. Agora, em primeiro lugar, de acordo com o convênio entre a Missão e a IPB, qualquer acusação contra um missionário deve ir pela CIP (Comissão Inter- Presbiteriana), quer dizer não fizeram isso. Mas eu respondi à Comissão Especial de Seminários. Eles me chamaram para ir a Brasília para me julgar, eu respondi pedindo que especificassem

¹⁹⁴ MOTA, 2003, p. 111.

quais as acusações contra mim, e disse que estaria em Campinas tal dia e estava pronto para comparecer perante tal Comissão. [...]a gente ia ser expulso de qualquer jeito, eu achava melhor e, agora, Thomas Fouley, que era o missionário da Igreja do Sul no Seminário do Recife (...) nós dois resolvemos que seria melhor pedir demissão, e, com o acordo da Comissão Executiva de nossas Missões, então, pedimos demissão do Seminário do Norte em dezembro de 1969. [...].¹⁹⁵

Esse capítulo da história dos seminários ilustra a articulação que chegou ao poder com o rev. Boanerges Ribeiro, à frente da tendência conservadora que nesse período catalisou as forças tradicionais e com sua gestão impôs novos tempos à IPB, em sintonia com a cultura autoritária no Brasil.

2.1.5 A reação conservadora na cúpula da Igreja: o expurgo nos presbitérios e igrejas

Uma vez na cúpula, a tendência conservadora conduziu a Igreja para uma linha autoritária, que, em três mandatos consecutivos rev. Boanerges Ribeiro liquidou as resistências, com uma subserviência aos espaços de poder. Contudo a intolerância que uma vez infiltrada nas relações de poder, criou dispositivos que propiciaram um desvirtuamento do sistema de governo presbiteriano.

Em 1966, os pastores e presbitérios que não foram submissos ao Supremo Concílio e questionaram suas resoluções passaram a ser perseguidos pela cúpula da Igreja. As retaliações foram firmes. As experiências mais exemplificadoras dessa situação ocorreram nos presbitérios em São Paulo, do Espírito Santo, de Belo Horizonte e da Bahia. Em São Paulo, além de intervir no Seminário de Campinas, o Supremo Concílio desmembrou o presbitério. Segundo João Dias as Comissões Executivas dos Concílios e as Comissões Especiais foram hipertrofiadas, por meio de arbitrariedades e ilegalidades:

O Presbitério de São Paulo foi surpreendido por uma convocação da executiva do sínodo de uma reunião para seu desmembramento, com objetivo da criação de dois outros presbitérios, convocação ocorrida, que desconsiderava os trâmites hierárquicos, pois as vinte e seis igrejas que o compunham seriam divididas de uma hora para outra sem prévio conhecimento do PSP. Tudo ao arbítrio do CE/SSP. Que havia convocado diretamente as igrejas e pastores, função privativa do PSP. O Presbitério vendo sua prerrogativa aviltada, convocou representantes das igrejas e seus respectivos pastores a se reunir extraordinariamente 1º de Junho de 1968 e pronuncia-se numa resolução conforme registra Dias.¹⁹⁶

¹⁹⁵ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 291.

¹⁹⁶ ARAUJO, 1982, p. 80.

Quanto à convocação da comissão Executiva do Sínodo de São Paulo, publicada no Brasil Presbiteriano de 1º -15 de maio de 1968 convocando representantes de igrejas e respectivos pastores para a instalação de dois presbitérios, o Presbitério de São Paulo resolve:

1º). Considerando que é ilegal a medida tomada pelo CES/SSP, porque contraria o Art. 3º e § 2º da CI da IPB.2º) Considerando que é ilegal a convocação mandada pela CE/SSP diretamente às Igrejas e pastores do PSP, em face do que dispõe a CI da IPB, no Art 61, no Art 62 e letra b, que atribui ao Presbitério a jurisdição sobre Ministros e Conselhos de determinada região, combinados com os Artigos que estabelecem a competência privativa dos Presbitérios.3º) Considerando que é função privativa dos Presbitérios fazer a transferência de Ministros, Art.88 letra c, da CI da IPB. 4º) Considerando que o Presbitério de São Paulo, concílio com jurisdição sobre ministros e Igrejas, é personalidade jurídica e que, por isso, de acordo com as leis do País, nenhuma das igrejas sobre sua jurisdição pode ser dele desmembrada sem o consentimento da Assembleia do presbitério e mútuo consentimento.5º) Considerando que realmente não existem condições, satisfatórias, para o desdobramento de um presbitério quando este, pela maioria de seus membros, acha que não deve ser desdobrado.[...].¹⁹⁷

A crise havia sido debelada e, em sua resposta, o Sínodo desconsiderou o Presbitério de São Paulo, prosseguindo com o desmembramento. A reação do presbitério foi verificada em 8 de junho de 1968, de acordo com o espírito do governo legítimo presbiteriano como atesta Dias:

1º). Considerando que a PSPL quando se dirigiu à CE/SSP, fundamentou sua decisão com arrazoados sobre dispositivos da CI/IPB e que a CE/SSP, na sua resposta, não entrou no mérito do arrazoado, limitando-se a declarar que sua decisão é legal, como se bastasse tal declaração para estabelecer legalidade.[...]6º) resolve dar ingresso de imediato com ação declaratória, na qual a Justiça Civil se pronunciará normativamente sobre o assunto.¹⁹⁸

As demandas foram parar na Justiça Civil e, após longo período, o Presbitério de São Paulo foi vitorioso e se desligou da IPB. Nesse mesmo sentido ainda no estado de São Paulo outro conflito foi registrado no Presbitério de Jundiaí. Ao visitar a IPB de Bragança Paulista, em nome do presbitério, para discutir a sucessão pastoral, o Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior surpreende-se com uma reunião na Igreja, convocada pelo Sínodo de Sorocaba, com o objetivo de discutir a transferência da Igreja de Bragança Paulista, da Congregação de Campo Limpo e da Igreja de Cambuci para formar outro Presbitério.

Um presbítero local foi persuadido a entregar a igreja ao Rev. Ludgero Moraes, mas teve sua autoridade questionada pelo conselho local. Poucos dias depois, o Sínodo de Sorocaba enviou nota sobre a questão, conforme relata Junior

¹⁹⁷ ARAUJO, 1982, p. 79.

¹⁹⁸ ARAUJO, 1982, p. 84.

Uberlândia, 8 de fevereiro de 1977. Exmo, Sr. Rev. (sic) Olímpio Vassão – Cx Postal, 598-18100 Sorocaba. São Paulo. Prezado irmão – Levo ao seu conhecimento que a Comissão Executiva do Supremo Concílio, reunida em Brasília, DF, no dia 14 do corrente, tomou várias resoluções, das quais destaco a seguinte de seu interesse: Doc. nº18 – Quanto ao Doc. 59-Informações do Sr. Presidente, anexo VIII-A Comissão Executiva do supremo concílio resolveu: Autorizar a mesa da Comissão Executiva do supremo Concílio para, em entendimento com o Sínodo de Sorocaba, transferir, se necessário, à Jurisdição do Sínodo de São Paulo a Congregação Presbiterial de Campo limpo, com seu campo missionário evangélico e as igrejas de Bragança, Camanducaia e Cambuci com seus respectivos campos missionários.¹⁹⁹

Esse panorama mostrava o Supremo Concílio infiltrando-se nas decisões dos concílios menores, cooptando as lideranças e desrespeitando a estrutura presbiteriana. Em função dessa postura, o Presbitério de Jundiá deligou-se da IPB em 7 de maio de 1977. Segundo João Dias houve uma série de ações contra as igrejas que não aderiram:

Invasões aos templos, despojamento de pastores, reuniões de conselhos protegidas pela polícia, presbitérios ultrajados pelo Sínodo, lutas internas, ódio, denúncias mentirosas, cassação de candidatos ao ministério, e outros episódios indignos aos irmãos da fé. (Resumo de Atas do Presbitério de São Paulo, 1967).²⁰⁰

Outro exemplo de imposição da política eclesiástica foi verificado na cidade Belo Horizonte/Minas Gerais, envolvendo a II Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. Conforme Teixeira o Rev. Lemuel Nascimento, pastor da Igreja, de postura ecumênica e com sólida teologia social, era candidato à reeleição. O Presbitério abriu concorrência ao pastorado, mas não havendo outros candidatos, o concílio autorizou a eleição do Rev. Lemuel Nascimento, “segundo as regras do Presbitério e da II IPBH, Lemuel recebeu 174 votos dos 229 membros presentes, o equivalente a 76%. Os votos contrários, brancos e nulos somaram 33, ou 14%”.²⁰¹

Embora a eleição parecesse decidida, João Dias aponta que, em reunião ordinária realizada em 1968, o “Presbitério de Belo Horizonte tomou decisões que contrariaram a vontade dos membros da Igreja: declarou nula a eleição; considerou inconveniente a reeleição do Rev. Lemuel do Nascimento; e aplicou a pena de admoestação”.²⁰²

A II IPBH vendo sua administração presbiteriana aviltada, recorreu ao Sínodo de Belo Horizonte, que, em reunião extraordinária realizada na 1ª Igreja Presbiteriana de Lavras,

¹⁹⁹ JUNIOR, 2003, p. 125.

²⁰⁰ ARAUJO, 1982, p. 84.

²⁰¹ TEIXEIRA, Eurico. *2ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. 1951 cinquenta anos de história 2001*. Minas Gerais: Ed. Gráfica da Imprensa Oficial de Minas Gerais. 2001, p. 69.

²⁰² ARAUJO, 1982, p. 86.

deu provimento ao recurso, considerando que a eleição ocorreu segundo os estatutos legais presbiterianos. O Sínodo decidiu então:

1º). Reconhecer a legalidade da eleição do Rev. Lemuel Nascimento e a inconsistência da alegação do Presbitério de Belo Horizonte. 2º) Declarar nulas e de pleno direito às penalidades aplicadas pelo presbitério ao Conselho e ao pastor, porque foram cominadas sem processo. 3º) Determinar ao presbitério de Belo Horizonte a efetivação e posse do pastor.²⁰³

Essa demanda não foi acolhida pelo Presbitério, que passou a desrespeitar as decisões do Sínodo. Com o apoio da Comissão Executiva do Supremo Concílio, ordenou que não fossem cumpridas as decisões do Sínodo. Essa foi a política do período boanergista funcionava com a descaracterização do sistema presbiteriano. Segundo João Dias, o Sínodo ainda teve outra reunião em Caxambu, buscando a conciliação entre o Presbitério e a Igreja. Entretanto, o Presbitério recebia ordens diretas do Supremo Concílio, numa forte intransigência.

Segundo Teixeira o Presbitério instalou um processo contra o Rev. Lemuel Nascimento, destituindo-o do ministério, dissolveu a II IPBH, fechou o templo com cadeados e tentou assumir o patrimônio da Igreja. O conselho local insurgiu-se contra a decisão, recorreu à Justiça Civil e conseguiu recuperar o patrimônio. “Em meio a todo processo, o Rev. Lemuel teve problemas de saúde, a vida familiar abalada, e decidiu estabelecer residência nos Estados Unidos”.²⁰⁴

Na continuidade desses expurgos na IPB, disseminados pela cúpula da Igreja pelo Brasil e gerou temor e reserva entre lideranças e igrejas ressalta-se ainda o sucedido no seio dos presbiterianos no estado da Bahia, em função de três razões, segundo pesquisa de Sônia Mota:

1º) A primeira causa está ligada ao patrimônio do Colégio Dois de julho. Este Colégio foi fundado em 1927, em Salvador, por um casal de missionários da Missão da Igreja Presbiteriana da América do Norte. A IPB tinha interesse em que as propriedades do colégio fossem transferidas para o patrimônio da Igreja, como havia ocorrido com colégios presbiterianos espalhados em outras cidades do país. Havia também uma disputa interna no próprio colégio pela propriedade e pelo cargo de diretor. Ao tomar conhecimento das intenções do Supremo Concílio, o Conselho Deliberativo, órgão administrativo do Colégio, conseguiu modificar os estatutos, impedindo a transferência do patrimônio para a IPB. [...] A segunda causa foi a realização de um casamento ecumênico pelo Reverendo Josué da Silva Mello, pastor da Igreja de Feira de Santana, cidade do interior da Bahia. O casamento foi celebrado em maio de 1969, juntamente com um frei católico que participou da liturgia e, no final, ministrou a eucaristia ao noivo que era um congregado mariano. Também participou ativamente da celebração um casal de uma Igreja Batista,

²⁰³ ARAUJO, 1982, p. 86.

²⁰⁴ TEIXEIRA, 2001, p. 74.

responsável pela música. As fotografias do casamento serviram de campanha contra a eleição do Reverendo Josué Mello, A participação de pastores do Presbitério do Salvador no culto ecumênico de abertura da consulta que resultou na criação da CESE, em julho de 1972, foi o terceiro motivo. Neste culto, estavam presentes representantes do CMI, da CNBB, várias Igrejas evangélicas e também representantes do governo. Participaram da liturgia três pastores do PSVD, Enoch Senna, Celso Loula Dourado e Josué da Silva Mello.²⁰⁵

Segundo João Dias a ação de vigia dos interesses da cúpula da IPB na Bahia era exercida pelo Rev. Edésio Chéquer, fiel à liderança conservadora. Em certa ocasião, tendo recebido fotos de um casamento ecumênico, “fez grande propaganda contra os pastores, pedindo esclarecimentos do Presbitério de Salvador e propondo medidas disciplinares contra os líderes que estavam envolvidos em celebrações ecumênicas”.²⁰⁶

Como o Sínodo Bahia-Sergipe não aprovou qualquer medida disciplinar contra a liderança, o Supremo Concílio interveio. Como registra João Dias em assembleia realizada em fevereiro de 1974, a Comissão Executiva do Supremo Concílio decidiu:

Transferir o Presbitério do Salvador à jurisdição do Sínodo de Pernambuco; b) Determinar, de acordo com a resolução do Supremo Concílio em sua última reunião de julho de 1970, à Comissão Executiva do Sínodo de Pernambuco que declare dissolvido o Presbitério do Salvador e tome providências para apurar a extensão e a natureza da participação de pastores jurisdicionados ao Presbitério de Salvador em celebrações ecumênicas, tomando as providências necessárias; c) Permitir o funcionamento do Sínodo Bahia-Sergipe com três presbitérios restantes, devendo ser supridos os cargos vagos em sua mesa, se necessário, em virtude da transferência do Presbitério de Salvador ao Sínodo de Pernambuco.²⁰⁷

O desdobramento desse clima foram perseguições, calúnias e sofrimentos. O cerco do Supremo Concílio levou o Sínodo de Pernambuco a dissolver o Presbitério em 20 de março de 1974, declarando dissolvido o PSVD. Alguns dias depois, declarou os pastores disciplinados, considerando-os despojados do ministério pastoral no ano seguinte.

O Presbitério recorreu à justiça em Brasília, por meio do Dr. Josaphat Marinho, que interpôs ação declarativa de nulidade das decisões da executiva do Sínodo, responsável pela dissolução do presbitério. Na reunião do Supremo Concílio de 1974, em Belo Horizonte, o PSDV participou por meio de medida cautelar. Entretanto, 12 horas depois o Sínodo Bahia-Sergipe foi dissolvido, sob a alegação de irregularidades cometidas.

O espírito inquisitorial também chegou ao Sínodo do Espírito Santo, que desarticulou o Seminário Presbiteriano do Centenário, em 1962. Além de desestruturar a instituição acadêmica, a liderança da IPB buscava mudanças maiores. Na reunião do Supremo Concílio

²⁰⁵ MOTA, 2003, p. 112.

²⁰⁶ ARAUJO, 1982, p. 92.

²⁰⁷ ARAUJO, 1982, p. 79.

em Garanhuns em 1970 surgiu a ameaça de dissolução do Sínodo, com a justificativa de rebeldia. Como assinala Dias as razões foram: “1º) Não cumpre e não faz cumprir as ordens e resoluções do Concílio imediatamente superior 2º) Criou uma Fundação Educacional, com finalidade de preparar pastores, o que é competência exclusiva do SC”.²⁰⁸

A decisão ficou sobre a Mesa Executiva por mais algum tempo. Em 1974, na reunião do Supremo Concílio em Belo Horizonte, Boanerges Ribeiro foi reeleito para mais quatro anos à frente da IPB, multiplicando os expurgos. Ele mesmo defendeu em plenário a extinção do Sínodo Espírito-Santense, sugestão aprovada. Dias registra que a resposta do Sínodo veio tempos depois:

Considerando que a resolução contida no Doc. nº 74, aprovada pelo plenário do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, em sua reunião de 1974, em Belo Horizonte, no item nº2 e suas alíneas, dissolve o SES; Considerando a natureza claramente punitiva de tal resolução, em vista dos próprios termos em que está redigida; [...]Considerando que, de acordo com o Código de Disciplina (CD) Art. 10, alínea ‘c’, dissolução é pena; Considerando que o CD, que é lei constitucional (cf. Art. 135) declara que em seu Art. 89, que não haverá pena sem que haja sentença eclesiástica proferida por um Concílio competente, após processo regular; Considerando que, de acordo com o CD, Art. 16, nenhuma sentença será proferida sem que se tenha assegurado ao acusado o direito de defender-se; [...]Considerando as numerosas ilegalidades praticadas pela atual administração contra Sínodos, Presbitérios e Ministros, o Sínodo do Espírito Santo resolve:1º). Declarar nula de pleno direito a resolução do Supremo Concílio que dissolve o Sínodo.2º) Dar conhecimento desta resolução ao Supremo Concílio, por intermédio do SE/SC. [...] (Aprovada pelo SES em 1974).²⁰⁹

2.2 A IPB e o apoio à ditadura militar

O panorama anterior indica o fechamento teológico e isolamento da IPB, que teve início nos anos 50. Segundo Rubem Alves o período foi caracterizado pela denúncia dos modernistas, romanistas, hereges, adeptos do Evangelho Social e ecumênico-romanistas. Souza²¹⁰, entretanto, indica que o conflito interno vinha de longa data, nos termos de fundamentalismo contra o modernismo. “Por isso, fala-se que a denominação antecedeu ao golpe civil militar de 1964 no espírito combativo e antidemocrático”.²¹¹

A narrativa contra os inimigos da igreja já existia, Rubem Alves enumera os inimigos eleitos pelo protestantismo: a Igreja católica; o modernismo e o liberalismo teológicos; o mundanismo; e o Evangelho Social. “Na IPB, esses inimigos passaram a compor

²⁰⁸ ARAUJO, 1982, p. 100.

²⁰⁹ ARAUJO, 1982, p. 102.

²¹⁰ SOUZA, 2005, p. 240.

²¹¹ ALVES, 1982, p. 168.

as características das representações protestantes conservadores, marcadas por um espírito inquisitorial e combativo”²¹². Não se deve esquecer que, segundo Chartier, as representações “traduzem as posições e os interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.²¹³

Com essa construção simbólica, é possível compreender a relação entre a IPB e o golpe civil-militar e a deposição do presidente João Goulart. O clima de intolerância e suspensão do discurso progressista aliado à elaboração teológica superficial do nicho conservador propiciou a Igreja saudar a ascensão dos militares ao poder em 1964:

Cremos que os presbiterianos, seja qual for seu partido político, devem a si mesmo, a Cristo e à nação, uma atitude positiva de participação nas tarefas imensas que aguardam o país. O presidente da República tem-se revelado um cidadão sereno, judicioso, bem-intencionado e capaz. Desde as primeiras horas do exercício da Presidência, suas palavras austeras; sua firmeza; sua moderação na vitória, imprimiram aos acontecimentos um rumo conveniente e tranquilizador. Merece, com seu governo, o apoio dos cristãos, que devem constantemente orar a Deus por ele, e positivamente participar da vida nacional.²¹⁴

A IPB não espelhava o liberalismo protestante americano do século XIX, mas o que Elizete da Silva chama de “afinidades eletivas entre conservadorismo protestante e a ditadura militar e produziram convergências ideológicas e cooperação efetiva das instâncias eclesiásticas com as autoridades e governos militares”²¹⁵. Não foi por acaso a identificação feita pela ala conservadora entre ecumenistas e comunistas, como um aspecto de justificativa dos expurgos.

Um outro aspecto a ser ressaltado foi a identificação de ecumenistas e comunistas. Tal confusão ideológico-eclesiástica serviu para justificar expurgos das comunidades e delações de irmãos vistos como ecumenistas aos órgãos repressivos do governo militar.²¹⁶

Com o golpe, a cúpula conservadora passou a utilizar abertamente os espaços de comunicação, como o Jornal *Brasil Presbiteriano*, para disseminar um discurso religioso homogêneo, como dispositivo de exclusão. Também proibiu a circulação da literatura de teólogos europeus e americanos nas bibliotecas de seminários, como foi visto nos casos do Seminário de Campinas e do Seminário do Norte, em Recife. Nessas instituições, os

²¹² ALVES, 1979, p. 241-268.

²¹³ CHARTIER, 1990, p. 19.

²¹⁴ PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 175.

²¹⁵ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (Org) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 49.

²¹⁶ SILVA, 2009, p. 49.

bibliotecários foram despedidos, acusados de heresia pela promoção da leitura de livros taxados de modernistas.

A partir de 1964, o jornal Brasil Presbiteriano passou a dar espaço às autoridades militares, com declarações, datas cívicas e um apoio às iniciativas contra os comunistas. Uma destas manifestações foi a saudação aos militares quando da saída de Garrastazu Médici e a posse de Geisel, chamado de irmão, por ser um luterano. Vilela destaca o fato em trecho do jornal oficial da Igreja.

Um homem probo, honesto, operoso e capaz deixa o poder e assume o seu lugar outro homem público, com folha de serviço relevante e personalidade definida e, sobretudo isso, um crente evangélico. [...] Ao General Emílio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no seu governo. Ao General irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma bênção para todos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici – Bemvindo Irmão Geisel!²¹⁷

Em outra parte de sua pesquisa, Vilela registra um trecho do jornal Brasil Presbiteriano no qual o apoio aberto à ditadura militar conduziu a IPB a gestos solidários de celebrações e solenidades, e ultrapassou o período inicial da ascensão dos militares, e que inclusive celebrou os aniversários do golpe:

Avaliando todas as conquistas alcançadas pelo movimento revolucionário de 31 de março de 1964, o povo brasileiro festejou o 12º ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado. Igrejas presbiterianas em toda a extensão do território pátrio ofereceram preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e de desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes 12 últimos anos. O presidente Geisel foi objeto de orações para que Deus o preserve com sabedoria e prudência no comando da nação brasileira.²¹⁸

Essa postura marcou um tipo de cumplicidade, uma forma de presença na esfera pública a partir das representações da tendência conservadora, em detrimento de uma teologia e práticas sociais presbiterianas que, em décadas anteriores, propunha uma reflexão social, por meio uma inserção político-eclesial, mantendo-se na vanguarda dos direitos humanos e da unidade entre cristãos.

A memória desse período é um dos desafios acadêmicos contra o silenciamento das relações entre religião e poder. A história confessional em voga na literatura interna da Igreja Presbiteriana do Brasil tende a relativizar os eventos. Há relatos desse período que trazem apenas uma descrição superficial dos fatos turbulentos, tentando mostrar que a Igreja se manteve firme e fiel à tradição reformada. Qual a razão dessa postura? Reside no próprio

²¹⁷ VILELA, 2014, p. 239.

²¹⁸ VILELA, 2014, p. 240.

contexto eclesial, pois há muitos líderes presbiterianos contemporâneos que viveram aquele período.

A versão oficial foi amenizada, como se constata no livro editado na safra de leituras confessionais da igreja, em 2011, intitulado *O Cristão Presbiteriano: convicções, práticas e histórias*. Quando se trata dos temas: O Centenário e a Era Boanerges são ressaltados apenas alguns conflitos considerados prejudiciais à Igreja, que foram respondidos com a postura firme do Supremo Concílio, que buscava preservar a herança calvinista clássica e a ortodoxia doutrinária.

O Supremo Concílio de 1966 foi um dos mais decisivos da história da Igreja Presbiteriana do Brasil porque representou a vitória da posição conservadora, que desejava mudanças significativas na vida da Igreja. Foi eleito presidente o Rev. Boanerges Ribeiro (1919-2003), que há anos vinha se destacando de modo crescente como líder. Ele foi o fundador da Casa Editora Presbiteriana (1948), participou do processo de nacionalização do Mackenzie e desde de 1964 era o diretor e redator do periódico oficial da Igreja, o Brasil Presbiteriano. Essa mudança de rumos da igreja coincidiu com o início de um novo período na vida política do país, através da tomada do poder pelos militares em 1964.²¹⁹

Como o livro é uma literatura oficial da Igreja, percebe-se um tipo de história dos marcos e heróis. Nada se pronuncia sobre as contradições históricas da instituição, de suas posições sociais e seus acordos políticos, da cooperação das autoridades eclesiais, que delataram pastores e lideranças, posteriormente presas e denunciadas como lideranças subversivas. Não se fala dos que foram exilados, com o objetivo de trazer a lume a história e os acontecimentos daquele período. Atualmente, no meio evangélico brasileiro, ainda há um desconhecimento deste período histórico, e muitos protestantes não tiveram a cessa à memória de uma parte da tradição protestante ecumênica.

Le Goff, um autor conhecido no campo das ciências humanas, tem diversos trabalhos sobre a importância da memória. Ela é uma teia que conecta não apenas experiências individuais do ponto de vista psicológico e afetivo, mas experiências coletivas vivenciadas dentro das articulações do jogo de interesses e poder de grupos que usam de mecanismos de silenciamentos:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exerce sobre a memória individual. Do mesmo modo a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que

²¹⁹ LUCAS, Sean Michael. *O cristão presbiteriano*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 211.

dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²²⁰

A disputa entre representações impôs uma ênfase na IPB, que, segundo Vilela se expressou, após o golpe militar, no afastamento de todo discurso de cunho social. A Igreja voltou-se apenas para a evangelização e a conversão. Logo, abafou-se toda a tendência ecumênica.²²¹ Como Cunha destaca, a reflexão sobre conflitos, tensões e disputas em torno da memória remete a “uma outra reflexão sobre a criação de memórias proibidas e clandestinas, marginalizadas ou subterrâneas, cujo maior objetivo seria a sobrevivência de lembranças silenciadas e relegadas ao esquecimento”.²²²



²²⁰ LE GOFF, 1990, p. 426.

²²¹ VILELA, 2014, p. 99.

²²² CUNHA, Magali do Nascimento. *Contra todo silenciamento e esquecimento: memória de uma experiência de contra-informação religiosa*. 1999. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/14gt/MagaliNascimento.doc>>. Acesso em: 13 maio 2017.

3 A TENDÊNCIA ECUMÊNICA SOBREVIVEU E SE CONSOLIDOU COM A CRIAÇÃO DA IPU

O percurso até aqui analisou as origens do presbiterianismo e sua correlação histórica, cultural e teológica com as tendências ecumênica e conservadora, sem a qual não se entenderia a forma como se apropriaram dos discursos, fundamentaram práticas e também como a memória foi sendo fomentada. Neste capítulo objetiva-se perceber como a tendência ecumênica se constituiu numa denominação religiosa, bem com seus desdobramentos nos anos seguintes de sua institucionalização.

A narrativa sobre situações vividas no período do Rev. Boanerges Ribeiro a frente do Supremo Concílio/SC da IPB, possibilitou atestar fissuras permanentes no presbiterianismo. O clima autoritário na sociedade foi precedido pela linha dura na Igreja. Com a exclusão de obreiros, presbitérios e professores de seminários, tendo por justificativa a luta contra o ecumenismo, o comunismo e o liberalismo que ameaçava a igreja, porém negando-se as reais intenções e disputas pelo poder, as manobras de controle da Mackenzie com suas vantagens econômicas, e com as devidas intolerâncias.

Esses fatores produziram como consequência do clima institucional um sentimento de injustiça, que cresceu entre uma parte dos presbiterianos que se desligaram da denominação e outros que foram postos para fora das IPB, marcados como desobedientes a fé e infiéis a denominação, por isso, formula-se a questão: O que aconteceu com os dispersos e os que se desligaram da IPB?

3.1 Período dos encontros de presbiterianos

Os grupos isolados começaram a buscar solidariedade entre os excluídos, conscientes dos erros institucionais na IPB, pela qual a democracia presbiteriana estava em erosão, as instâncias hierarquias desrespeitadas, e na procura de apoio, propuseram um encontro entre presbiterianos perseguidos, como se observa no relato escrito pelo Presbítero Dr. Jeferson Ferreira Nunes da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, no contexto posterior a extinção do Sínodo Espírito-Santense pelo Supremo Concílio de 1974.

Em fevereiro de 1977, o presbitério de Vitória estava muito desanimado meio sem rumo, e me consultaram se eu poderia assumir presidência novamente. Eu disse que aceitaria se fosse para organizar um movimento com outros presbiterianos espalhados pelo Brasil que não eram mais aceitos pela IPB. Aceitaram o desafio e me elegeram. O primeiro contato nosso foi com o Presbitério de Jundiaí, cujo

presidente era o Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior, eles vieram a Vitória em junho de 1977, e chegamos a um consenso de que o melhor seria convocar todos os presbiterianos do Brasil que se dispusesse a unir-se conosco, para juntos encontrarmos um caminho novo, uma nova forma de ser igreja, enfim reorganizar o trabalho presbiteriano. Ficando de coordenar o encontro o Presbítero Jeferson Nunes, Presidente do PVTR, e Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior secretário executivo do Presbitério de Jundiá. A convocação foi marcada para os dias 29 e 30 de outubro de 1977 em Vitória, com hospedagem gratuita para os participantes que ficaram nas casas dos irmãos das Igrejas do PVTR.²²³

As informações sobre a primeira reunião dos grupos excluídos da IPB, e o objetivo de sua aproximação pode ser corroborada pela descrição feita por outra testemunha desse momento o Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior, secretário executivo do Presbitério de Jundiá em sua obra “Por que IPU” onde relata

Foi no dia 01 de julho de 1977 que o Rev. Eliseu Narciso e eu, resolvemos ir a Vitória para termos um encontro com o Presbitério daquela cidade ali reunido com o Presbitério de Colatina, ambos sob a direção do presbítero Dr. Jeferson Ferreira Nunes, então presidente do Presbitério de Vitória. Ali chegados fomos recebidos oficialmente pelos dois presbitérios, em sessão especial, para sermos ouvido sobre os problemas que afligiam a Igreja Presbiteriana e que resultaram na intervenção indevida do Presbitério de Jundiá, na dissolução de Presbitério como de Vitória e Colatina e outros. No fechamento do Seminário do Centenário, na demissão disciplinar de professores do Seminário de Campinas, Vitória e do Norte, na expulsão de alunos de três seminários, na dissolução de Igrejas e tudo sem Processos, sem oportunidade de defesa dos condenados. Fatos largamente conhecidos de toda a Igreja e da sociedade, porque foi publicado com destaque pela Imprensa de todo país. Depois de uma longa discussão e cuidadoso estudo dos vários aspectos do problema, chegou-se à conclusão de que alguma coisa se deveria fazer em benefício das ‘ovelhas dispersas da casa de Israel’. Resolveu-se, então convocar todos os interessados no assunto para um encontro onde se deveria tomar uma resolução definitiva quanto ao destino futuro dos excluídos da IPB. O presbítero Dr. Jeferson Ferreira Nunes e eu fomos nomeados para organizar esse encontro que se denominou ‘Primeiro Encontro de Presbiterianos’. O Presbitério Jeferson ficou encarregado dos contatos no Centro Norte e eu no Centro sul.²²⁴

Essa parceria surge como resposta ao cenário presbiteriano, e propiciou a reflexão conjunta sobre o contexto eclesial vivido entre os grupos. O Primeiro Encontro de Presbiterianos deu-se em 28 a 31 de outubro de 1977, na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, representando os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas e Bahia. Sobre o encontro o Presbítero Dr. Jeferson Ferreira registrou

O encontro contou com 88 irmãos que assinaram o livro da presença entre presbíteros e pastores representando 15 presbitérios de vários estados brasileiros e conforme documento do I Encontro decidiu-se após muitas ponderações que ainda não era o momento para se organizar uma nova Igreja Presbiteriana, mas convocar um II encontro a ser realizado em Belo Horizonte nos dias 23,24,25 de março de

²²³ “Assim nasceu a Presbiteriana Unida” Relato escrito pelo Presbítero Dr. Jeferson Ferreira Nunes, como registro dessa época, não publicado, cedido de seu arquivo pessoal.

²²⁴ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 113.

1978 e elegeu-se um grupo coordenador composto pelos seguintes membros: 1- Presb. Dr. Jeferson Ferreira Nunes –Coordenador, 2- Srtª Paula Steffen –secretaria, 3- Rev. Márcio Moreira –Tesoureiro, 4-Vogais: Reverendos: Júlio Andrade Ferreira, João Marinho, Joaquim Beato, João Dias de Araújo, Áureo Bispo dos Santos e Presbítero Cephias Rodrigues Siqueira.²²⁵

O primeiro encontro contou com a presença de nomes importantes na tradição presbiteriana brasileira. A descrição desses nomes serve para indicar o grau de insatisfação com os rumos do presbiterianismo, sendo os principais líderes estiveram os Reverendos: Júlio Andrade Ferreira; Rubem Azevedo Alves; Roberto Themudo Lessa; Eudaldo Silva Lima; Áureo Bispo; José Borges Santos Junior; João Dias de Araújo; Samuel Martins Barbosa; Marcio Moreira e Antônio Marques da Fonseca Junior.

No evento emitiram um manifesto cujo teor expressava o sentimento dos presentes, uma análise da conjuntura religiosa e administrativa da IPB. Segundo o Rev. João Dias de Araújo no texto “1978 - O nascimento de uma Igreja” ele resume a intenção do documento com o seguinte comentário “O ponto central do manifesto do I Encontro foi analisar a crise presbiteriana, abordando aspectos bíblicos, teológicos, políticos e administrativos”²²⁶. Contudo, quando se verifica o registro histórico deixa entrever também o peso das disputas entre as tendências na IPB, e a imposição da tendência fundamentalista.

[...] quando aquela que se considera a facção mais poderosa da IPB, entra em maquinações maquiavélicas para a destruição de minorias; quando nossas igrejas são atacadas por guias desapiedados, lobos famintos, que não se importam em substituir o amor pelo ódio, a confiança pela calúnia, a justiça pela arbitrariedade, a união em Cristo pela desunião e a facciosidade, a paz pela guerra subterrânea e solerte.²²⁷

Noutra parte o documento traz a lume os reais motivos para reunião: a busca de resiliência entre os perseguidos, uma crítica à administração da IPB quanto ao afastamento do sistema presbiteriano, a manipulação da constituição da Igreja, o sectarismo, o afastamento das demais igrejas evangélicas e reformadas, e o uso dos poderes eclesiais como privilégio de um grupo.

[...] Este encontro é o clamor dos exilados que em seu exílio, já não se sentem sós; é o sinal de que nem tudo está perdido; o prelúdio da alegria que vem pela manhã, mesmo que o pranto possa durar uma noite inteira, S130.5.[...] Nesta hora de sombras, vemos com amargura a administração da IPB se afastar cada vez mais do sistema presbiteriano calvinista[...]. Pode-se mesmo afirmar o isolamento crescente de nossa igreja em relação as comunidades evangélicas do Brasil e presbiterianas reformadas do mundo inteiro, isolamento sectário e intolerante.[...] Mas agora a

²²⁵ Relato escrito pelo Presbítero Dr. Jeferson Ferreira Nunes, como registro dessa época, não publicado, cedido de seu arquivo pessoal.

²²⁶ ARAUJO, João Dias. 1978 - O Nascimento de uma Igreja. *Revista Logos*, Vitória, ano 1, v. 1, 2012, p. 28-33.

²²⁷ FONSECA JÚNIOR, 2003, p. 153.

própria Constituição da Igreja é manipulada segundo os interesses da facção dominante...[...] Temos agora um presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil quando a Constituição da Igreja só reconhece um Presidente do Supremo Concílio[...] Estabelece-se desse modo um completo e firme esquema de poder paralelo:1) o plenário do S.C por pressa ou desinformação, ou boa-fé, se esvazia constitucionalmente, ampliando poderes da C;E e transferindo outros. 2) a C.E toda poderosa manipula, desnorteia, emascula ameaça, coage, esmaga concílios regulares e avoca a si suas prerrogativas[...].²²⁸

No primeiro encontro não se cogitava uma nova Igreja, mas uma reunião dos proscritos. O II Encontro de Presbiterianos aconteceu no Noviciado da Santíssima Trindade em Belo Horizonte nos dias 23 a 26 de março de 1978, um dos panfletos evento descreve os objetivos: “abordar criticamente o presbiterianismo brasileiro para aprofundar o conhecimento de nossa realidade histórica; e organizar uma proposta alternativa de Igreja, teologicamente fundamentada, orientada principalmente para as atividades fins” ²²⁹.

Na pregação de abertura o responsável foi o Reverendo Eudaldo Lima, liderança da IPB, pregador, escritor, pedagogo e responsável pela implantação do presbiterianismo na capital federal, e no encerramento o Rev. José Borges dos Santos Júnior, ex-presidente do Supremo concílio da IPB 1954-1966, um teólogo liderança oposta a forma de administração boanergista.

As principais temáticas discutidas incluíam reflexões sobre o presbiterianismo brasileiro em relação às igrejas- mães (irmãs), ao protestantismo brasileiro, ao pensamento teológico, propostas concernentes a missão e evangelização, educação cristã e teológica, ministérios, igreja e sociedade, estrutura da comunidade cristã, e fundamentos bíblicos, teológicos e históricos do sistema presbiteriano. As conclusões principais sobre ministérios na igreja segundo o relato de Junior foram

[...]Que o conceito de ministério seja aplicado à totalidade do povo de Deus e não grupos, concílios e indivíduos que exercem funções em lugar do povo. [...] Que a palavra leigo seja evitada quando se refere ao cristão. A palavra e o conceito de leigo aplicado ao cristão não aparece no novo testamento.[...] Que a existência de pastores, presbíteros e diáconos não seja considerada como uma forma de delegação de tarefas e poderes, nem transferência de responsabilidade, mas uma forma de criação de colegiados dinâmicos dos ministérios da igreja[...] Que a mulher na Igreja esteja no mesmo nível de outros ministérios, com igual oportunidade de participação no ministério da Palavra, da administração dos sacramentos e da diaconia. Que segundo os exemplos da igreja do Novo testamento, haja uma fiel mordomia das atividades femininas dentro do contexto de cada comunidade. [...] Que as igrejas proporcionem oportunidades de formação para os ministérios, levando-se em conta os recursos humanos de que dispõe. Que esta formação seja extensiva aos menos instruídos, aos mais idosos, e especialmente, aos jovens.²³⁰

²²⁸ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 156-157.

²²⁹ Panfleto do evento da biblioteca particular do 1º moderador da FENIP Presbítero Jeferson Ferreira Nunes.

²³⁰ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 160-161.

A perspectiva exteriorizada sobre ministérios na igreja subjaz a introdução reflexiva do paradigma teológico feminista, da inclusão da mulher nos ministérios de liderança eclesial, outrora pensados a partir de homens e só a eles destinados, e a necessidade de oportunizar com conhecimentos os que têm menos formação, bem como jovens e idosos no serviço cristão. Soma-se isso a temática da Igreja e Sociedade onde conforme Fonseca Junior ficou decidido

[...] Imprescindível transformar-se em movimento com um mínimo de organização que dê respaldo as pessoas e grupos que estão participando ou dele vierem participar, dando-lhes identidade e confiança. A necessidade de comunhão que não deixe dispersarem-se aqueles que, por falta de estímulos e excesso de outros apelos, ou de outra forma possam ser tentados a desistir mais tarde; A compreensão de que é chegado o momento de unirmos as forças vivas e conscientes que noutras Igrejas estão sofrendo também as mesmas contingências. Resolve declarar que [...]O movimento continuará coordenado por uma Comissão constituída por oito representantes e suas diversas regiões, eleitos pelo plenário, cabendo esta, dentre os seus membros, eleger um Moderador, um Executivo e um Tesoureiro; A esta Comissão competirá elaborar para o III Encontro de Presbiterianos uma proposta de estruturação do movimento, baseada nos elementos informativos e auxiliares recebidos das diversas regiões[...].²³¹

Como resultado do II encontro encaminhou-se a continuidade do projeto de união dos grupos dispersos, através de uma representação colegiada a partir das regiões presentes, com uma tríade à frente, moderador, executivo e um tesoureiro, e na agenda uma nova reunião. Porém um passo a mais foi dado, nesse encontro, com a chegada da notícia acerca da continuidade da política boanergista, pois este continuaria presente no poder, e cargo de vice-presidente do Supremo Concílio, assim, foi encaminhada a elaboração de um novo sínodo, uma estrutura paralela a IPB, o Boletim de nº 2 que convocava ao III Encontro de presbiterianos registra

[...] Dada a importância desse encontro, em face dos problemas existentes na Igreja, espera-se que todos aqueles que estão realmente interessados em sua solução, compareçam, não só para dar o apoio a esse movimento, mas para tomar posição corajosa e definida diante dos abusos que tem sido cometidos pelos dirigentes da igreja nesses últimos 12 anos, a se confirmar a candidatura de Paulo Breda a presidência do SC, estará garantido o continuísmo da política da igreja, pois ele não passará de um títere incapaz de modificar a orientação do grupo dirigente, mesmo porque o atual presidente passará à vice-presidência por força da lei. 'muda-se o pudim, mas as moscas são sempre as mesmas', e por falar em pudim, ele continua a ser dividido em ricas fatias entre amigos[...].²³²

²³¹ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 162-163.

²³² Boletim nº 2 do III Encontro de Presbiterianos.

A consciência de um movimento que não tem mais retorno a igreja de origem, em função de constatar a continuidade da gestão centralizadora e sem vislumbres de mudanças, fez ruir a intenção de renovação das bases da IPB, a proposição de uma nova organização se fortaleceu a partir do II encontro, ainda em Belo Horizonte, segundo a análise de Wertson Brasil

A saída de Boanerges Ribeiro da Presidência do SC/IPB era um alento, pois ele não poderia se recandidatar, por outro lado o desafio era apresentar um candidato ao SC/IPB cuja atuação se eleito simbolizasse área de mudança.[...] o candidato apoiado por Boanerges Ribeiro Paulo Breda Filho, fora eleito presidente do SC/IPB, tendo o próprio Boanerges como seu vice, significando, assim, a continuidade do mandonismo, e do autoritarismo que marcaram os últimos 12 anos da Igreja.²³³

No ínterim de uma nova reunião também se constata no Boletim de nº 4 de Preparação para o III Encontro de Presbiterianos a informação da coordenação reunida em Vitória no Espírito Santo, dava os primeiros passos de encaminhamentos e construção dessa nova entidade religiosa, pois tomou as seguintes resoluções

A Comissão coordenadora do III Encontro de Presbiterianos reunida em Vitória, Espírito Santo, no dia 29 deste, tomou as seguintes resoluções: 1º Elaborar o programa dos trabalhos que se realizarão em Atibaia nos dias 7 a 10 de setembro próximo, 2º Estruturar o Movimento Presbiteriano na forma de Confederação de Igrejas Presbiterianas do Brasil cuja a Sigla será CIPB. 3º Organizar o Sínodo que represente a Confederação sugerindo o nome de Sínodo Nacional Presbiteriano, ao qual se reunirá os presbitérios fundadores e outros que a ele venham a associar-se. 4º Que envie aos coordenadores e aos Presbitérios uma cópia dos Estatutos já revisados pela Comissão, solicitando-lhes sugestões para possíveis modificações no seu texto. 5º Os grupos que participarem do III Encontro e que pretenderem a efetiva organização do Sínodo, deverão manifestar esse desejo através do credenciamento de duas pessoas como representantes de cada igreja local e mais o seu pastor para representá-los na Assembleia de organização. 6º Nomear três comissões para elaborarem um ante-projeto de estruturação da comunidade e que será submetido a aprovação da Assembleia: Fé e Constituição. Finanças e Assessoria jurídica. 7º Nomear o Rev. Samuel Martins Barbosa para elaborar uma proclamação às Igrejas dando as razões desse movimento e a conseqüente organização da nova entidade; o Rev. Joaquim Beato para redigir um compromisso de união, fraternidade e solidariedade entre os membros do grupo, respeitando os direitos e a liberdade de cada um, conforme o ensino e o espírito de Cristo; e o Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior, para preparar o ante-projeto do Regimento Interno que regerá o funcionamento do Sínodo e de as Assembleia Geral. 8º Que se solicite ao Rev. Júlio Andrade Ferreira e ao Rev. Joás de Araújo para escreverem o histórico do movimento desde a sua origem até o momento atual. 9º Que se adquiram dois livros: um para registro, das atas da assembleia Geral e de seu conselho coordenador; outro para tesouraria. 10º Que se recomende a cada Presbitério que adquira um livro de registro que contenha: a) Nome da Igreja; b) Nº de ordem; c) nome do membro da Igreja em letra de forma e na frente a sua assinatura; d) que em registro separado na mesma ordem possam assinar os membros não comungantes e menores que o

²³³ SOUZA, Wertson Brasil. *Identidade e imagem institucional da IPU*. In: COSTA, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil. (Org.). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e Teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 16.

desejarem. 11º Esses livros ficarão no arquivo do Sínodo Nacional e farão parte de se arquivo.

A estruturação estava decidida, e os encaminhamentos realizados, com isso, no III Encontro de Presbiterianos realizado na cidade de Atibaia, em São Paulo nos dias 7 a 10 de setembro de 1978, foi oficializada a 7ª denominação presbiteriana brasileira. Com o nome de Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas- FENIP nascer como espaço de sobrevivência religiosa e social. Porém, segundo Wertson Brasil “a instalação efetiva da Igreja ficou para o ano de 1979, na cidade de Vitória- ES que é, desde aquela época até os dias atuais, a sua sede administrativa”.²³⁴

O passo de fundação de uma nova denominação religiosa indica o drama da luta interna na IPB, levada às últimas consequências pelo grupo conservador no período boanergista, que expurgou, e solapou o sistema democrático presbiteriano e afastou todos os que pensavam diferente. Na disputa entre essas representações a tendência ecumênica perdeu seu espaço institucional, como cultura instalada na IPB, através de práticas presentes, mesmo em menor dimensão na Igreja.

A tomada de posição dos presbiterianos ecumênicos pode ser entendida conforme Elizete da Silva “observa-se, historicamente, que a visão de mundo, as representações coletivas que se elaboram em certos grupos têm no fenômeno religioso um elemento central, em determinados momentos preponderantes”²³⁵. Por isso, constata-se que a tendência ecumênica tornou-se a afirmação de outro projeto de ser igreja, com outra lógica institucional, cuja recepção de novas apropriações do presbiterianismo, havia sido feita.

O que num primeiro momento coexistia e dava a IPB uma mola dinamizadora, não reduzida ao fundamentalismo religioso, que era a oxigenação de sua eclesiologia com a tendência ecumênica, mas apontava outras possibilidades como voz presbiteriana no tecido social brasileiro, ruiu e se expressou na construção de outra ordem social, gestada nas práticas de fé, que se mostraram incompatíveis com o projeto denominacional-sectarista de tendência conservadora, pois as representações entorno das visões do que deve ser a Igreja Presbiteriana, entraram em choque, mas isso não basta para explicar o sentido da ruptura, é necessário recorrer as representações de poder, que segundo Barros “[...] produzem associações com determinado imaginário político[...]”.²³⁶ A tendência conservadora ideologicamente se avizinha antecipadamente do sistema autoritário brasileiro, com ele

²³⁴ SOUZA, 2017, p. 17.

²³⁵ SILVA, 2010, p. 16.

²³⁶ BARROS, 2017, p. 136.

desenvolve afinidades e cumplicidade, e produz marginalização do nicho ecumênico. Não resta outra posição a não ser a busca de sobrevivência fora de sua institucionalidade reacionária.

Do encontro em Vitória saíram três documentos oficiais fundantes da FENIP: o Manifesto de Atibaia, o Compromisso de Atibaia e a acolhida como seu documento do Pronunciamento Social da IPB. O primeiro conhecido como “Manifesto de Atibaia”²³⁷ tornou-se um dos documentos que descreveu de forma didática a corrupção e prática do grupo dominante na IPB tais como: desrespeito nas eleições, divisões nos concílios para perpetuação no poder, perseguições, manobras no uso da constituição da igreja em benefício da cúpula eclesial, uso do jornal da igreja para impor um único modo de pensar, politicagem, a crítica de escândalo dirigida aos grupos que saíra, e sua intenção de uma outra igreja, a domínio do Mackenzie, e finaliza o compromisso de fidelidade a Cristo, e os compromissos finais dos signatários da carta de criação da FENIP, seguir em harmonia e comunhão, consagração ao serviço cristão e olhar não gastar tempo reavivando o passado, mas mirando o futuro.

O segundo documento chamado de “Compromisso de Atibaia” Apresenta-se como uma carta de motivos, uma aliança coletiva entre os exilados, o documento esclarece os objetivos da FENIP, eles expressam perspectivas teológicas, dirigidas a prática da Igreja. Segundo João Dias

O documento é a apresentação de 7 compromissos que os signatários do manifesto fizeram. 1) Evangelizar; 2) Engajar-se na encarnação da mensagem cristã a vida humana; 3) A fazer de nossa federação uma comunidade de fé, de amor, de esperança; 4) Confrontar os desafios do mundo com o propósito de cooperar com Cristo na criação da ‘nova humanidade’; 5) A compartilhar como povo de Deus nas dores e agonias do mundo, apontando sinais das coisas que Deus insiste em realizar; 6) Compartilhar do esforço para ampliação da liberdade, elevação da dignidade e integração da pessoa humana; 7) A compartilhar com todos os que, dentro e fora de nossa comunidade estão amando e servindo a Deus e reconhecer as fraquezas e limitações de nossa missão.²³⁸

O terceiro registro foi o Pronunciamento social da IPB, documento que conforme Souza “vinha propondo aos presbiterianos a participação em sindicatos, partidos políticos, fábricas, clamor contra injustiça e opressão, defesa da distribuição de riquezas inclusive da terra e outros assuntos.”²³⁹ O texto é incisivo no convite a igreja a tomar frente e a assumir sua vocação profética.

²³⁷ Documento fundante da FENIP/IPU. Disponível em: <http://ipu.org.br/?page_id=1367>. Acesso em: 27 set. 2017.

²³⁸ ARAUJO, João Dias. 1978 -A IPU e seus documentos fundamentais. Revista Logos, Vitória, ano 1, v. 1, 2012, p. 34-35.

²³⁹ SOUZA, 2017, p. 124.

1) O imperativo que se impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais da atualidade nacional e internacional deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino e de sua submissão e fidelidade à Palavra de Deus.²⁴⁰

Esses documentos significam não apenas uma exteriorização da crença de um grupo religioso, mas um critério interpretativo da identidade nascente. Por essa razão são aceitos como documentos fundantes. Essa prática é inerente à tradição reformada, que é caracterizada como um ramo teológico: bíblico-confessional, que se pronuncia sobre temas da fé. O exemplo são as confissões clássicas como Westminster, ou a Declaração de Barmen, na história dos grupos reformados, como indica Costa e Soares na teologia reformada as confissões e declarações são pronunciamentos da igreja.

Nesse sentido nossas confissões de fé funcionam como um tipo de chave hermenêutica, elas tem um papel na interpretação, que é ser suporte para compreensão de novos cenários onde a igreja é desafiada a dar seu testemunho. Podemos exemplificar aqui com a Confissão de fé de Westminster (uma confissão religiosa-política no contexto de crise na Europa), A Confissão teológica de Barmem (vozes reformadas contra a substantivação do poder político), e a Confissão de Accra (vozes reformadas contra a idolatria do mercado econômico, e em defesa do meio ambiente). Cada qual a seu momento histórico, sendo uma afirmação do povo reformado, não como autoridade coercitiva e opressora, mas como um parâmetro de diálogo, reflexão, identidade e testemunho.²⁴¹

Os documentos fundantes da FENIP também funcionam do ponto de vista histórico como demarcadores de um projeto de Igreja, resultantes de construtos da tradição e da fé em novos cenários, numa releitura da teologia reformada, em diálogo com os outros referenciais postos em relação a sua história, indica que as representações gestadas, implicam nessa correlação com as apropriações feitas em situações diferentes como afirma Quadros “[...] usos diferenciados de bens, ideias, valores que recebem um sentido específico elaborado de acordo com os marcos identitários considerados pelo grupo[...]”²⁴². Esse patrimônio elaborado no interior da IPB, será agora a matéria prima para a fomentação de novos processos entre os presbiterianos ecumênicos na reconstrução de outro sistema normativo, com seus modos de vivência a fé, e suas ideias e movimentos.

²⁴⁰ SOUZA, 2013, p. 307.

²⁴¹ COSTA, Isaque de Góes; SOARES, Claudio da Chaga. Teologia Reformada. In: Costa, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil de. (Orgs). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 233-234.

²⁴² QUADROS, 2011, p. 13.

3.2 Período da IPU – da III Assembleia Geral em Vitória (ES) até os dias atuais

Todo esse movimento ligado ao surgimento da FENIP foi bem noticiado à época nos meios de comunicação. Foram diversas as reportagens, para exemplo citam-se algumas: - O Jornal do Brasil (RJ) de 1978 noticiou a matéria “Cobiça e luta política provocam cisão na Igreja Presbiteriana do Brasil”²⁴³. O Jornal de Brasília (DF) falou de “Subversão ou corrupção, o que divide os presbiterianos?”²⁴⁴ Folha da Tarde (SP) “Restaurando o Presbiterianismo original”²⁴⁵. A Tribuna (BH) “Corrupção cinde a Igreja Presbiteriana”²⁴⁶ Os textos denunciam a crise interna na IPB, a questão da Mackenzie e a corrupção, as perseguições de lideranças como eixos da ruptura.

Nos aspectos gerais as notícias a respeito do cisma na Igreja apontam para uma crise no interior da IPB. A Federação de Igrejas Presbiterianas nasce então, no contexto tenso de debates, perseguições e da conjuntura da ditadura militar. Nesse caldeirão estabeleceu sua organização, ganhou adesão de presbiterianos, e na sua III Assembleia Geral em Vitória, em 8 de julho de 1983 foi tomada a decisão de mudança no nome FENIP, para Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU). Segundo Wertson Brasil o nome veio como sugestão do concílio de Jundiáí, um dos baluartes contra os desmandos boanergistas. “Por sugestão do presbitério de Jundiáí [...] sempre marcante na vida da igreja, em especial pelo relevante trabalho do Rev. Antônio Marques da Fonseca Junior”²⁴⁷

No texto *Falando da Igreja* de Joãozinho Thomaz de Almeida, ele afirma que a designação de “unida deve-se ao fato de a Igreja então organizada ser o resultado de pessoas e grupos perseguidos e dispersos que buscavam permanecer unidos. O sentido de Unida é, também, porque ela participa dos organismos ecumênicos.”²⁴⁸

Antes de entrar na descrição dos aspectos eclesiais da IPU e na sua correlação como organização proveniente do presbiterianismo ecumênico, busca-se descrever uma possível divisão de sua história, para fins didáticos. O rev. João Dias de Araújo propõe numa lição escrita por ele a divisão a história em três períodos

²⁴³ COBIÇA E LUTA POLÍTICA PROVOCAM CISÃO NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de set. 1978, ano LXXXVIII, n. 158.

²⁴⁴ Subversão ou corrupção, o que divide os presbiterianos? *Jornal de Brasília*. Brasília 22 de out. de 1978, ano VI, n. 1.774.

²⁴⁵ Restaurando o presbiterianismo original. *Folha da tarde*, São Paulo 14 de set. de 1978.

²⁴⁶ Corrupção cinde a Igreja Presbiteriana. *A tribuna*. Jornal de Vitória, 22 de outubro de 1978.

²⁴⁷ SOUZA, Wertson Brasil. Identidade e imagem institucional da IPU. In: COSTA, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil. (Org.). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e Teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 17.

²⁴⁸ ALMEIDA, Joãozinho Thomaz. *Falando da Igreja: igreja Presbiteriana Unida do Brasil*. Vitória: Presbitério de Vitória. 1º ed. 2001, p. 16.

I- De 1975 a 1978 –Período dos ‘ENCONTROS DE PRESBITERIANOS’: Período dos três encontros presbiterianos, do manifesto de Atibaia, documentos sobre ministério, Adoção do Pronunciamento social da IPB, 1º Conselho coordenador tendo à frente o Presb. Jeferson Nunes.

II – De 1978 a 1983 – Período da FENIP, termina em 1983 com a mudança de nome para IPU, decisão de estabelecer contatos e relacionamentos com igrejas e Organismo nacionais e internacionais e ecumênicos. Começaram as ordenações de presbíteras e diaconisas, aprovar casamentos ecumênicos, e dar apoio aos trabalhos de mulheres, e jovens, adolescentes e crianças.

III – De 1983 – Até hoje – Período da IPU: Comemora-se no o jubileu de prata em 2003 em Atibaia, SP, até 2011, tiveram 17 conselhos Coordenadores, com 16 Assembleias Gerais ordinárias e 15 Extraordinárias, 18 encontros Nacionais de Adolescentes e 17 encontros nacionais de jovens, vários encontros de mulheres e das SUPRES (Sociedade unida de Homens e mulheres) [...] foi escolhido o Hino oficial da IPU Que estou fazendo? [...].²⁴⁹



Diferentemente a pesquisa aqui proposta reduziu a história da FENIP/IPU em dois grandes períodos: Os Encontros presbiterianos (a partir de 1977- 1983) e o surgimento da IPU (1983 até os dias atuais). Apenas por se tratar de uma visão geral e não uma pesquisa exaustiva, uma ponte de compreensão através dos eventos marcantes.

3.3 Símbolos da IPU: hino e logomarca

Nesse quadro de referência histórico desenvolveram a institucionalização da IPU, com sua interface simbólica e organizativa. A IPU produziu dois símbolos religiosos marcantes de sua identidade, a logomarca da igreja e o hino oficial.

A logomarca de uma comunidade religiosa geralmente é expressão de sua teologia e da relação com os elementos da tradição na qual está inserida, na logomarca da FENIP pode-se observar a expressão de uma identidade denominacional em construção, a logomarca antiga além dos elementos cristãos tradicionais: peixe, trigo, uvas e vinho, o primeiro ligado ao nome de Jesus, os demais aos sacramentos, acrescentou os círculos duplos identificados como sinais da unidade do povo de Deus e da dimensão ecumênica, essa expressão expõe o imaginário dos presbiterianos fundadores do novo ramo reformado, pois se definiram acrescentando na atual versão, os elementos clássicos da tradição cristã, como o arco íris(refere-se a teologia da aliança) traço teológico comum a calvinistas, e suas faixas, a cruz céltica(sinal das regiões originárias da tradição presbiteriana na Grã-Bretanha), e arca simbolizando a Igreja, muito usada no movimento ecumênico, inclusive um símbolo usado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e as ondas do mar um sinal de mundo.

²⁴⁹ ARAÚJO, 2012, p. 29-31.

Logomarca Atual – Desde 1993	Logomarca Anterior – 1978-1993
 <p>O Arco-íris: a aliança de Deus, perdão e reconciliação (Gn 9:8-17);</p> <p>Três faixas no arco-íris: a Trindade: Pai, Filho, Espírito Santo;</p> <p>Cruz céltica (da tradição Reformada): encarnação, morte, ressurreição de Jesus;</p> <p>Arca: a Igreja (Gn 6.14-16);</p> <p>Ondas do mar: o mundo</p>	 <p>Peixes: Trindade e também o nome de Cristo como Senhor;</p> <p>Trigo: o pão espiritual;</p> <p>Uvas: vinho e o sangue do Cordeiro;</p> <p>Pão e Vinho: comunhão com Cristo e com os irmãos;</p> <p>Círculos duplos e o azul: unidade e a dimensão ecumênica da IPU</p>

Fonte: Acervo da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

O segundo símbolo da IPU é o hino oficial adotado em 1983 com o nome: “Que estou fazendo se sou cristão” teve por autor da poesia o rev. João Dias de Araújo, e a melodia de Décio Emerique Lauretti. Porém o surgimento da letra do Hino tem uma história relacionada à pessoa do pastor e maestro Wilson Faustini, da IPB, crítico também dos rumos da Igreja, que fazia o doutorado em Princeton, e líga-se a forma teológica de pensar a fé, de pessoas insatisfeitas com maneira tradicional dos hinos protestantes nos anos 70.

Em 1967 o Rev. João Dias de Araújo estudava no Seminário de Princeton. Como na época eu também estudava naquele seminário, encontrava-me constantemente com ele e sua esposa. Frequentemente os recebemos em nossa casa para ‘matar a saudade’ da comida brasileira. Na época, a Hymn Society of America da qual sou membro vitalício, me havia mandado diversas produções hinológicas recentes, tratando de assuntos mais atualizados, e geralmente omissos nos hinários tradicionais, tais como a ‘A fé urbana’, ‘A expansão do espaço sideral’, ‘Vida rural’ e outros mais. Comentei com o Rev. João Dias que muitos dos nossos hinos eram irrelevantes para a nossa época, e que talvez ele, com seus dons poéticos e minha ajuda poderíamos juntos fazer alguns hinos de assuntos modernos e mais relevantes para os nossos dias. Pedi-lhe que me escrevesse algumas letras, que eu tencionava musicar. Depois de algumas tentativas ele conseguiu atender ao meu pedido, fazendo na mesma época ‘Megalópolis’, ‘Que Estou Fazendo’ e ‘Minha Vida Preciosa’. Logo musiquei os três hinos e publiquei-os.²⁵⁰

²⁵⁰ Sociedade Evangélica de Música clássica – SOEMUS. Hinos congregacionais traduzidos e publicados por João Wilson Faustini.

A letra e música apontam para os elementos da teologia da IPU, pois o canto evoca não apenas a dimensão da alma, clássico lugar-objeto a ser alcançado no protestantismo missionário brasileiro, mas agora toda a corporeidade, sendo entrecruzada pela desigualdade social, o analfabetismo, a fome e a miséria. Assim o Rev. João Dias um dos principais articuladores na Conferência do Nordeste promovida pela CEB, promove nova leitura hinológica, tinha haver com outra teologia musical, que segundo descreve o pesquisador da música protestante Daniel do Amaral, “João Dias lembra a ideia de escrever um hino que retratasse o compromisso do Cristão com a realidade brasileira, em oposição a uma espiritualidade desencarnada e voltada para o celeste porvir.”²⁵¹

Que estou fazendo se sou cristão?
 Se Cristo deu-me o seu perdão!
 Há muitos pobres sem lar, sem pão,
 Há muitas vidas sem salvação.
 Meu Cristo veio pra nos remir:
 O homem todo sem dividir.
 Não só a alma do mal salvar,
 Também o corpo ressuscitar.
 Há muita fome em meu país,
 Há tanta gente que é infeliz,
 Há criancinhas que vão morrer,
 Há tantos velhos a padecer.
 Milhões não sabem como escrever,
 Milhões de olhos não sabem ler
 Nas trevas vivem sem perceber
 Que são escravos de outro ser.
 Aos poderosos eu vou pregar
 Aos homens ricos vou proclamar
 Que a injustiça é contra Deus
 E a vil miséria insulta aos céus.

A música de João Dias irá demarcar na igreja a recepção de diferentes leituras da música e da cultura brasileira, pois o canto é um vetor de formação, transmissão e internalização de representações sociais, e conforme Mendonça.

Nesse cenário cultural e ideológico, alguns músicos protestantes, em número pequeno diante da maioria conservadora, modularam para o terreno da religião a discussão sobre arte política e arte popular. Foram compostas, então, várias canções que combinavam os temas da fraternidade cristã e do ativismo social e político, cuja forma musical era uma afirmação cultural nacionalista e cujo conteúdo era uma advertência ao estado de alienação religiosa e política dos seus irmãos de fé.²⁵²

²⁵¹ AMARAL, Daniel. *Música e Teologia: a música evangélica brasileira origem, apogeu e futuro*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012, p. 181.

²⁵² MENDONÇA, Joêzer de Souza (2016). A Canção do Senhor na terra dividida: a música engajada dos protestantes brasileiros sob repressão militar e religiosa. *Revista Per Musi*. Belo Horizonte: UFMG, n. 34, p. 121.

3.4 Organização: princípios de fé e ordem (PFO)

Os documentos seguintes da Igreja após aqueles conhecidos como fundantes, expressam a teologia do grupo, e são a base da estrutura organizacional, sem eles não se pode compreender o funcionamento da Igreja. Por isso, a forma eclesiológica da igreja tem por base os Princípios de Fé e Ordem (PFO), O Estatuto da IPU (2016), e o Regulamento Geral (2012), para análise de alguns aspectos será utilizado extratos pequenos do (PFO) por ser o principal documento, que rege os outros, nascidos como atualizações e formalizações jurídicas mínimas. A importância desse documento pode ser notada na expressão do Teólogo e pastor da IPU Derval Dasílio “[...] vultos do presbiterianismo libertário, brasileiro, ainda na segunda metade do século XX, a carta confessional mais corajosa experimentada pelo protestantismo brasileiro: Princípios de Fé e Ordem da IPU”²⁵³.

A análise visa elucidar as representações da tendência ecumênica formadoras dessa nova denominação presbiteriana, que aqui já foi vista nos símbolos da igreja, sua logomarca e no hino oficial. Na tradição presbiteriana não se pode dissociar sua estrutura eclesial de sua teologia, pois o presbiterianismo é também um sistema de governo de Igreja. Os presbiterianos ecumênicos se viram no desafio de reconstruir um padrão organizacional que não caísse na rigidez hierárquica da IPB, e pudesse dar conta da democracia presbiteriana criticada como comprometida no tempo de Boanerges Ribeiro. Nos PFO Art. 2º observam-se os fins da Igreja que são

Art. 2º Os fins da IPU são: I – proclamar as Boas Novas em Jesus Cristo, ao indivíduo e à sociedade; II – celebrar o culto a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, em espírito e verdade; III – ministrar os sacramentos do batismo e eucaristia; IV – preparar, por meio do ensino e da doutrina, os seus membros para a sua missão no mundo; V – promover a unidade e a comunhão de todos os cristãos; VI – desenvolver e participar de ação concreta visando a justiça, a paz, a promoção do ser humano e da vida.²⁵⁴

Na descrição dos objetivos da Igreja, e sua finalidade, além daqueles tradicionais a qualquer comunidade cristã protestante da época, acrescenta-se no inciso V – promover a unidade e a comunhão de todos os cristãos. Não se encontra a palavra ecumênico, mas um correlato, unidade, que implica na comunhão entre todos os cristãos. Um dos seus fundadores

²⁵³ DASILIO, Derval. *Sobre a legitimidade presbiteriana da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil* (de Ashbel Green Simonton a Jaime Wright). Disponível em: <<https://derv.files.wordpress.com/2010/02/ipu-sobre-a-legitimidade-presbiteriana-da-igreja-presbiteriana-unida-desde-ashbel-green-simonton.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

²⁵⁴ Diretório da Igreja Presbiteriana Unida, ano 2017, p. 36.

da FENIP o Rev. Domício Pereira de Mattos em suas memórias lembrava o “prazer imenso de sentir-se realizado, ao ver uma igreja particular ecumênica, buscando a unidade enquadrada nas teses de nossos sonhos de unidade na diversidade”²⁵⁵

A busca de um modelo descentralizado e democrático fez a igreja apropriar-se de novos sentidos da tradição calvinista. Em 1978 o Presbítero Jeferson Ferreira Nunes Moderador da FENIP, numa correspondência com o Pastor e Teólogo Claude Emmanuel Labrunie, solicitava um comentário do ponto de vista da história das Igrejas presbiterianas e reformadas acerca do modelo adotado pela Federação que estava expresso na proposta do Art.3º

Constituímo-nos em FEDERAÇÃO NACIONAL DE IGREJAS PRESBITERIANAS, formadas de todas as igrejas organizadas a ela associadas ou que venham a associar-se, obedecendo os princípios básicos de autonomia e soberania da comunidade local. Parágrafo único: As Igrejas da FENIP deverão estar agrupadas em Presbitérios e Sínodos, nada impedindo porém, que se congreguem ou que continue, congregadas a Federação aquelas que não puderem agrupar-se.²⁵⁶

Segundo a resposta de Labrunie “nada colide com as origens do presbiterianismo, no que tange a eclesiologia ou doutrina da igreja.”²⁵⁷. A construção do argumento considerava: as posições de Calvino, e a estrutura associativa das igrejas reformadas francesas. Na análise realizada fica explícito que a teologia fonte dos reformados estava sendo revisitada, não a redução a uma leitura da tradição pela versão americana ou puritana. Após analisar o pensamento de Calvino nas obras *Instituição da Religião Cristã* e *Les Ordonnances Ecclesiastiques de L’Eglise de Geneve*. Conclui sobre a hierarquia e estrutura reformada que existe na contemporaneidade e em geral nas igrejas presbiterianas.

Como explicar o silêncio destas duas obras fundamentais do pai das Igrejas Presbiterianas a respeito da estrutura da igreja em concílios superpostos: conselho, presbitério, sínodo, assembleia geral ou supremo concílio? Afinal, muita gente pensa que esta hierarquia de representatividade é a essência do presbiterianismo. A resposta ao desinteresse de Calvino por esse esquema é muito simples: esta estrutura complexa não existiu nas origens das igrejas reformadas, ela não participou das fontes originais do Calvinismo Mundial. A Igreja de Genebra constituída por várias paróquias urbanas e outras da região rural, adjacente, teve como órgãos de governo um Conselho de anciãos, uma assembleia de pastores e dirigentes, que se reunia obrigatoriamente, uma vez por semana[...].²⁵⁸

²⁵⁵ MATTOS, Domício Pereira de. *Devaneios*. Rio de Janeiro: Ed. Princeps Digital, 2007, p. 51.

²⁵⁶ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 220.

²⁵⁷ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 220.

²⁵⁸ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 223.

Um segundo ponto nessa explanação acerca da estrutura associativa das primeiras igrejas reformadas na França, ele recorre a obra do Estudioso do protestantismo mundial e professor na Émile G. Leonard em sua *Histoire Générale du Protestantisme*.

Mas as condições do protestantismo francês emulsão de pequenos grupos de professantes (Convertidos por decisão própria, e não nascidos em igreja oficial: nota do tradutor) em territórios adversos, congregacionalistas pela origem e tendência fizeram das iniciativas para se federarem destas jovens igrejas uma obra mais original do que o simples estabelecimento da ordem genebrina[...] Os ‘artigos políticos’ estabelecimento o princípio de ligação entre as igrejas, para assegurar sua igualdade. Na medida em que toda primazia é perigosa e tende para tirania, como é o caso do papado, haverá o cuidado de não resolver algo referente a outras igrejas sem o seu consentimento ou sem a sua solicitação, o que poderá ocorrer em sínodo legitimamente reunido, onde poderão participar os que forem representantes de cada igreja local²⁵⁹

Com essa análise a resposta dada a inquietação da liderança da Igreja vista na correspondência com o Rev. Claude Labrunie aponta para uma leitura positiva de sua estrutura, “haverá ainda alguém que se atreva a jogar a primeira pedra alegando desvinculamento da FENIP com o âmago da história e tradição calvinistas?”²⁶⁰. A IPU herdará uma organização que possui uma mescla de presbiterianismo e congregacionalismo. Como aponta Souza nessa estrutura há uma “maior ênfase no papel das igrejas locais e a inexistência de documentos ritualísticos, burocráticos e engessantes que visam mais coibir a liberdade e tutelar os eclesianos do que propriamente incentivar à participação e ao comprometimento”²⁶¹. Isso se comprova nas duas cláusulas do PFO que explicitam essa posição no Cap. IV Art. 6 e o Cap. VII Art. 18 que afirmam

CAPÍTULO IV DO GOVERNO Art. 6º A IPU é uma comunhão de presbitério e de igrejas locais a eles jurisdicionadas e adota a forma representativa e conciliar de governo. As instâncias decisórias da IPU [...]CAPÍTULO VII / DA IGREJA LOCAL Art. 18. A Igreja local, unidade básica da IPU, é constituída das pessoas batizadas e nela arroladas e jurisdicionadas e deve integrar-se a um presbitério geograficamente próximo e, por meio deste, jurisdicionar-se à IPU, mantendo a autonomia administrativa e a dependência espiritual [...].²⁶²

Essa reinvenção eclesiástica pode ser vista na sua estrutura organizacional, e nos aspectos de vida comunitária e relacionamentos inter-eclesiais. Pois no Cap. II Art. 4 afirma-se que a “IPU valoriza a primazia da vida cristã sobre os credos, dogmas e doutrinas, e considera ainda a prioridade do amor e da justiça sobre a formulação teológica [...]”²⁶³. Essa

²⁵⁹ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 223-224.

²⁶⁰ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 224-225.

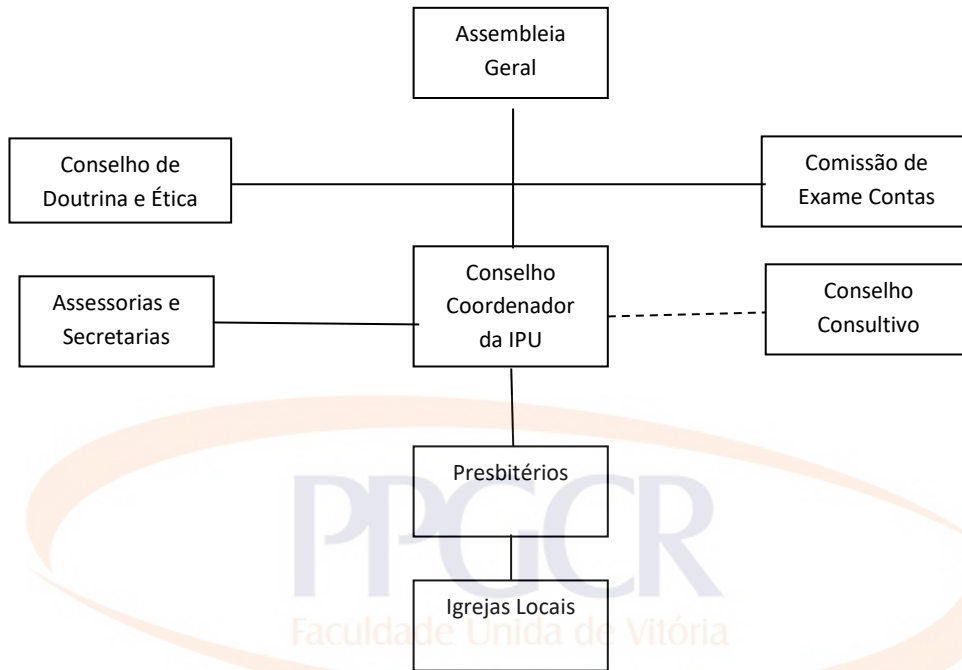
²⁶¹ SOUZA, 2017, p. 19.

²⁶² Diretório da Igreja Presbiteriana Unida ano 2017, p. 38 e 44.

²⁶³ Diretório, 2017, p. 36.

postura dialogal firmada nos PFO e não numa constituição rígida, porém, num modelo mais flexível e menos focada na hierarquia, tendo sua fonte na igreja local, e na representatividade presbiteriana constituiu uma marca da Igreja.

ORGANOGRAMA DA IPU



Fonte: Elaborado pelo autor da Pesquisa

Segundo Souza pode-se agrupar três aspectos da eclesiologia Igreja Presbiteriana

Unida:

- 1° A IPU, ao contrário da IPB, da IPIB e da IPR, não possui sínodos;
- 2° Na IPU, as igrejas locais possuem autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial, ou seja, na IPU, ao contrário das tradicionais igrejas presbiterianas, o templo e seu patrimônio pertencem à igreja local, exceto quando a igreja, para se salvaguardar, coloca o seu patrimônio em nome do presbitério;
- 3° A autonomia de que trata o tópico anterior não alcança os aspectos teológicos e eclesiológicos. Neste sentido, as igrejas devem se submeter ao governo da IPU, aos seus documentos e cumpri-los rigorosamente;
- 4° Há, na IPU, ao contrário das demais igrejas presbiterianas, uma força na igreja local, um certo viés congregacionista, haja vista que cada igreja local tem direito a quatro assentos nas assembleias da IPU, ao passo que cada presbitério tem, apenas, dois assentos.²⁶⁴

²⁶⁴ SOUZA, 2017, p. 21.

O organograma apresenta uma estrutura presbiteriana de forma sucinta, com os órgãos internos que fomentam a organização. Contudo um organograma foi feito tendo por base as categorias usadas por Batista Mondim de os princípios arquitetônicos e hermenêuticos da Igreja como análise do funcionamento atual da IPU. Essa estrutura é útil para visualizar a exteriorização de suas representações que formaram essa comunidade discursiva e são concebidas como permanências históricas no imaginário do grupo social, mesmo passados alguns anos. Para tanto se recorre a elaboração de Costa e Soares que em nota do texto de sua autoria *Por uma Teologia reformada a partir dos Princípios de Fé e Ordem da Igreja Presbiteriana Unida* afirmam

Battista Mondin, teólogo e filósofo católico, destaca dois princípios norteadores, por isso, importantes, para o fazer teológico. São eles: o ‘princípio arquitetônico’ e o ‘princípio hermenêutico’. O primeiro, possibilita o referencial teórico, refere-se ao dogma e tem a ver com o conteúdo da revelatio Dei -, e o segundo, diz respeito ao referencial metodológico/interpretativo, ou seja, tem a ver com a perspectiva que a/o teólogo/a utiliza para a explicitar o dogma. In: MONDIN, Battista. *Antropologia teológica. História, problemas, perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 1988. Reforço que a IPU lê os seus princípios arquitetônicos a partir da sua identidade eclesial em consonância com a Teologia Reformada.²⁶⁵

**PRINCÍPIO
ARQUITETÔNICO**
(Pontos Dogmáticos)

- Reino de Deus
- Espírito Santo (Pneumatologia)
- Harmonia e Comunhão (*koinonia*)

**PRINCÍPIO
HERMENÊUTICO**
(Referencial Interpretativo)

- Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica (Identidade)
- Fidelidade ao Presbiterianismo Mundial (Teologia Reformada)

Fonte: Elaborado pelo Autor da Pesquisa²⁶⁶

Nesta imagem os eixos estruturantes da identidade da Igreja evidenciam a leitura teológica, que melhor expressa a presença da representação social contida nas práticas e discursos da tendência ecumênica, sua permanência aparece subjacente a leitura hermenêutica. A experiência do contexto de perseguição, e vulnerabilidade dos ecumênicos no ambiente institucional da IPB, forjou um tipo de substrato organizacional conforme Souza

²⁶⁵ COSTA, Isaque de Góes; SOARES, Claudio da Chaga. Teologia Reformada. In: Costa, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil de. (Orgs). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 265.

²⁶⁶ COSTA; SOARES, 2017, p. 265.

“em que o institucionalismo, o denominacionalismo, a ortodoxia, a perseguição ao que pensa diferente, o sexismo, e outros ismos não fizessem parte da história e da dinâmica da Igreja”²⁶⁷.

A singularidade institucional da IPU não teve apenas a reformulação de acordos de convivência mais fraternos. De outro lado, essa postura, teve algumas dificuldades, ou limitações de exercer maior coesão interna no grupo, diante de uma cultura de tutela religiosa no Brasil, já de longa data, vista também na política, na cultura, e principalmente naqueles tempos no autoritarismo da IPB e depois no Estado Militar.

O problema de líderes e igrejas que retornaram a IPB não pode ser desprezado, pois no aglomerado de comunidades que aderiram a FENIP, ou foram postas em função do autoritarismo da IPB, nem todos estavam cientes da proposta de Igreja em desenvolvimento. Houve casos ilustrativos da dificuldade de implementação da IPU, dois eventos serão analisados, o primeiro pode ser visto no caso de Feira de Santana, as situações foram exemplificadas no texto de Elizete da Silva Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira, no primeiro caso o desligamento da família Rios

Em 1993, no pastorado do Reverendo Araújo, um irmão pediu ao Conselho da igreja Presbiteriana através de uma carta, o seu desligamento e da esposa da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), alegando divergências com o ecumenismo e ressaltando a sua pertença até a adolescência à Igreja Presbiteriana do Brasil. No que pese todas as críticas à História das mentalidades, temos que admitir, conforme ensinou Vovelle que não se muda a mentalidade de um grupo social como se mudam as conjunturas econômicas[...] ²⁶⁸

Outro caso relatado por Elizete da Silvana mesma comunidade feirense pode esclarecer a dificuldade com a mentalidade anti-ecumêncica na postura de D. Silvia Prado

[...] Se declarou ecumênica, porém quando foi questionada se tomou posição contrária à volta da Igreja Presbiteriana de Feira de Santana para jurisdição da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), respondeu que não, ‘bom, era um novo Pastor e a IPB poderia dar mais assistência à Igreja[...] não deve voltar a IPU ecumênica, deixar como está pra ver se Deus abençoa’. [...] O discurso ecumênico da irmã, que fez públicos elogios aos pastorados do Reverendo Mello e do Reverendo Araújo, não demonstrou a consistência necessária quando os conflitos entre ecumênicos e fundamentalista se acirraram.²⁶⁹

Nas duas situações a pesquisadora aponta que “o fundamentalismo e o anti-catolicismo tinham profundas raízes históricas, estavam arraigados na vida cotidiana das comunidades protestantes [...]”²⁷⁰. A proposta ipuense se defronta com um imaginário

²⁶⁷ SOUZA, 2017, p. 35.

²⁶⁸ SILVA, 2010, p. 210

²⁶⁹ SILVA, 2010, p. 208.

²⁷⁰ SILVA, 2010, p. 210.

conservador e sectário presente em sua maioria na tradição evangélica brasileira. Outro caso é relatado por Sônia Mota acerca da debandada da IPU de igrejas que no início compuseram a Federação.

Algumas Igrejas, por não concordarem com os posicionamentos da IPU, preferiram retornar à IPB, considerando a IPU ‘liberal demais’. No PSVD, das 12 Igrejas que aderiram à IPU, no seu início, quatro retornaram para a IPB. Algumas o fizeram ainda na década de 1980, outras mais recentemente, após longo período de conversações e negociações.²⁷¹

Esses casos apontam para desentendimentos quanto às práticas no cotidiano da IPU, todavia como foi visto não se separam práticas de suas representações, a correlação entre anti-catolicismo e evangelização, sedimentadas pela tradição presbiteriana, ainda servia como referencial de base, implementar uma outra representação, e conseqüentemente uma nova proposta, derivava tempo, relacionamentos, leituras, e interações sociais. Os presbiterianos ecumênicos eram poucos como nota Sonia Mota

[...] Na época, as pessoas capacitadas para falar sobre o ecumenismo muitas vezes não tinham disponibilidade de tempo para ir a todas as Igrejas e discutir o assunto com toda a comunidade. Muitas vezes, o assunto era repassado nas Igrejas por pessoas que haviam participado de uma ou outra reunião de Presbitério, mas algumas destas pessoas ainda não estavam aptas a responder adequadamente as questões que surgiam. Então, em muitas Igrejas, locais o assunto não foi bem esclarecido, gerando confusão e descontentamento[...]²⁷²

Nessa descrição pode-se acrescentar a pressão das igrejas evangélicas com sua cultura anti-católica e sectarista a prática das igrejas da IPU na Bahia, Elizete da Silva registra na sua pesquisa em Feira de Santana a força da “pressão psicológica das outras igrejas refere-se a reação dos outros evangélicos da cidade de linha conservadora e fundamentalista”²⁷³. Isso tudo dificultava ser presbiteriano da IPU.

No cenário da IPU surgiu uma crítica conservadora insatisfeita a uma prática nas assembleias da Igreja, que eram momentos de debates, discussões, encaminhamentos e espiritualidade. Porém na Igreja Presbiteriana Unida diferentemente da forte tradição pietista e moralista da IPB, e das demais igrejas evangélicas permitiu um clima mais acolhedor e de liberdade, isso levou algumas igrejas e pessoas tradicionais acusarem a igreja de libertinagem, Sônia Mota descreve.

²⁷¹ MOTA, 2003, p. 137.

²⁷² MOTA, 2003, p. 138.

²⁷³ SILVA, 2010, p. 207.

Além disso, os encontros podiam estender-se para fora do local de reunião. Grupos se encontravam muitas vezes em barzinhos, após horas exaustivas de trabalho, para comemorar, relaxar e alegrar-se. É por demais conhecido que, no pietismo presbiteriano, bares e bebidas eram terminantemente proibidos, conforme a herança legada pelos missionários. Nos encontros ou reuniões, excessos podem ter sido cometidos. Se um grupo não queria abrir mão da tradição, outros não queriam abrir mão da liberdade conquistada. Essa liberalização de costumes levou muitas Igrejas a se afastarem, tachando as que ficaram de católicos disfarçados ²⁷⁴

As situações de conflitos estavam à mesa e se for considerada esta fase como de transição entre a saída da IPB e a elaboração pelos presbiterianos ecumênicos de sua institucionalidade reformada, necessita-se também, considerar que a realidade vivida não pode ser dissociada do cenário histórico da época, pois como eram expurgos saídos de uma estrutura economicamente estável e sociologicamente complexa, a Federação nasceu conforme registra Junior apenas “com cerca de 50 Igrejas”²⁷⁵. Tendo à frente diversas lideranças, dentre os quais pastores, professores de seminário, muitos despojados de seus ministérios, excluídos da docência, buscando formas de sobrevivência após décadas de serviço a IPB. As igrejas que saíram constituíram uma organização híbrida, com elementos reformados, e segundo Souza “buscou organizar um modelo organizacional raso, mais participativo, mais leve no qual deveria ser buscada a concórdia, e o amor sobre os dogmas e doutrinas”.

O preço do quadro institucional frágil, sem uma editora, um seminário forte, pastores de tempo integral, uma circularidade de literatura e formação continuada estruturada das comunidades, refletiu nas dificuldades de transpor o projeto de Igreja para as bases da denominação, formada há décadas pela mentalidade conservadora, que havia produzido representações e práticas incrustadas na vivência presbiteriana, e que habitavam as igrejas saídas da IPB. Como afirmou Elizete da Silva “era um choque de concepções, sem possibilidade de acordos”²⁷⁶

3.5 IPU: Aspectos teológicos

Para que haja compreensão da elaboração dos traços da identidade da IPU sublinharam-se as origens das representações formuladas ainda no espaço da IPB. Uma vez

²⁷⁴ MOTA, 2003, p. 139.

²⁷⁵ FONSECA JUNIOR, 2003, p. 175.

²⁷⁶ SILVA, 2010, p. 219.

fora do ninho institucional essas visões de mundo e seus sistemas de valores se tornaram repertórios para novos comportamentos e práticas.

Nesse sentido os aspectos teológicos são representações coletivas de modos de pensar, elaboração e sistematização de sistemas heurísticos. Com isso, a tessitura da IPU será descrita em seus principais traços, que demonstram a evolução da tendência ecumênica a IPU, dentre os quais situamos os principais: a ordenação de mulheres, o ecumenismo, a liturgia e a teologia reformada presbiteriana unida.

3.5.1 Ordenação de mulheres em todos os ministérios

Esse período inicial, de formação da identidade requereu maior perseverança e discernimento na procura de saídas, para construção da identidade denominacional da IPU, e um dos caminhos trilhados no intuito de fortalecer os laços internos da igreja e prosseguir apesar dos percalços, foi o desenvolvimento de uma teologia que valoriza o lugar da mulher no ministério diaconal, presbiteral e pastoral.

Desde o começo a IPU optou pela não distinção em sua eclesialidade consoante ao Art.6 do PFO de “sexo, raça, e origem social”²⁷⁷ para ocupação dos ministérios pastoral, presbiteral ou diaconal. Os primeiros ministérios femininos reconhecidos foram o presbiterato e o diaconato. Cabe enfatizar que a IPU foi a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil a ordenar mulheres ao pastorado, sendo efetivada nos anos 2000 segundo Souza:

Em 1991 na Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, pelo Presbitério Erasmo Braga-PEB .da a Revdª Maria Luiza Ruckert, esposa do Rev. Paulo Roberto Ruckert, então pastor titular daquela igreja. O casal Ruckert era egresso da IECLB[...] A primeira pastora formada em Seminário mantido pela IPU(ITEBA-Instituto de educação teológica da Bahia)e nela ordenada , foi a Revdª Sônia Mota atualmente pastora adjunta da Igreja Presbiteriana Unida do Salvador –BA e diretora Executiva da CESE-Coordenadoria Ecumênica de Serviços .²⁷⁸

A Revdª Maria Luiza Ruckert foi a primeira mulher a liderar o Conselho coordenador da IPU, por razões de vacância; a segunda mulher a assumir a posição de liderança na coordenação da IPU foi a presbítera Anita Wrigth Torres, no período de 2011-2014, e neste ano de 2017 veio a ser escolhida uma segunda vez, para moderadora na Assembleia Geral da Igreja em São Paulo.

²⁷⁷ Diretório, 2017, p. 36.

²⁷⁸ SOUZA, 2017, p. 23.

3.5.2 Uma Igreja Presbiteriana ecumênica

Além da presença feminina na Igreja, em resposta aos anseios dos tempos de tendência ecumênica, a IPU constituiu uma agenda ecumênica desde o III Encontro de presbiterianos, conforme registra o Jornal da FENIP à época noticiava:

Reuniu-se em Otawa, Canadá nos dias 17 a 27 de agosto, a 27ª Assembleia Geral da aliança Mundial de Igrejas Reformada. Mais de 150 igrejas, denominações presbiterianas e congregacionais de quase todo mundo, estiveram reunidas por 10 dias, estudando os graves problemas que nos afligem e nos separam em todos os continentes. Homens e mulheres de todas as cores, falando línguas diferentes, representando países ricos e pobres, capitalistas e socialistas, se irmanaram, trocaram experiências e reafirmaram sua disposição de continuar a luta por uma sociedade melhor e mais condizente com a mensagem cristã. Os trabalhos se iniciaram na manhã do dia 17 com um culto solene presidido pelo Rev. Dr. James I. McCord. Presidente do Seminário de Princeton e então presidente da Aliança. Pregou por ocasião o Prof. Dr. Jurgem Moltmann, notável teólogo da atualidade e discorreu sob o tema geral da Assembleia: Pois teu é o Reino, o Poder e a Glória[...] Para nós da FENIP o momento culminante da Assembleia foi quando o Presidente McCord dava as boas-vindas ao representante da igreja, as boas vindas como membro mais novo da Aliança que já possui 157 Igrejas de todo mundo Rev. Jonathas do Valle Moreira.²⁷⁹

Desde o início da história da IPU houve uma iniciativa na formação de laços ecumênicos dentro e fora do Brasil, e, insta salientar que do ponto de vista reformado é a única igreja presbiteriana plenamente ecumênica, posto que, as demais Igrejas não participam nos espaços onde a Igreja católica transita como bem explica Souza:

[...] a IPU é a única igreja reformada brasileira ecumênica. Se pode afirmar que as outras igrejas são parcialmente ecumênicas, isso se dá porque geralmente, a maioria das igrejas evangélicas históricas do Brasil, admite certa prática ecumênica entre elas, vide atuação do CLAI e Conselho Mundial de Igrejas – CMI mas não aceitam a presença da Igreja Católica Romana.²⁸⁰

Os órgãos ecumênicos que a IPU faz parte inclui a nível mundial: o Conselho Mundial de Igrejas - CMI e a Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas- CMIR, antiga AMIR (Aliança Mundial de Igrejas reformadas) que se uniu ao Conselho Ecumênico Reformado – REC. Destaca-se ainda, que no ano de 2017, uma das representantes do Conselho Coordenador da CMIR para a América Latina foi a jovem Raissa Brasil eleita como vice- moderadora, conforme nota da AIPRAL:

Na última sexta-feira, dia 07/07, em Leipzig, cidade da Alemanha, a jovem presbiteriana unida Raíssa Brasil foi eleita vice-presidente para a América Latina da

²⁷⁹ Jornal da FENIP setembro/outubro de 1982. Ano IV.

²⁸⁰ SOUZA, 2017, p. 24.

Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas – CMIR, a única com menos de 30 anos dentre quatro vice-presidentes eleitos no mundo. Eleita também a Revd^a. Najla Kassab, do Sínodo Evangélico Nacional da Síria e do Líbano, como a primeira mulher presidente da CMIR. Este Comitê Executivo presidirá nos próximos sete anos. A eleição da Raíssa expressa o reconhecimento do trabalho dos jovens, das mulheres e dos leigos pela assembleia da CMIR, que representa mais de 80 milhões de cristãos, mais de 225 denominações em mais de 110 países. A Rev. María Jimenez, diretora do Departamento de Mulheres AIPRAL, destaca a importância do evento, mencionando que ‘está fazendo história’ depois de uma assembleia geral marcada por discussões sobre a ordenação de mulheres, sobre o papel das mulheres nas Igrejas e sobre a desigualdade de gênero em situações que existem nas sociedades contemporâneas e que influenciam as igrejas. Oremos por Raíssa e por todo este novo Comitê Executivo.²⁸¹


Em nível continental: Aliança Mundial de Igrejas reformadas –AIPRAL; Conselho Latino Americano de Igrejas- CLAI; em nível Nacional: Coordenadoria Ecumênica de Serviço-CESE, (desde de 1973 tendo a participação de presbiterianos ecumênicos, dos quais alguns fundadores da FENIP, como James Writgt); e, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs- CONIC (Rev.Daniel Amaral Filho – Secretário da Diretoria atual) e, mantém relações institucionais com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos PCUSA, Igreja Evangélica Presbiteriana da Portugal (IEPP), comunidade que no atual momento numa parceria entre a IPU e IEPP, recebe a Revd^a Cacilene Nobre como missionária; e a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil-IPI, onde alguns pastores estão trabalhando como obreiros fraternos em Igreja da IPU.

Além desses espaços de relacionamentos institucionais, os pastores e líderes da Igreja participam de outros grupos, fóruns, agências, programas e iniciativas nos estados e nos municípios. Não cabe nesse espaço uma descrição pormenorizada, mas uma mera indicação que sinalize a inserção da IPU no meio ecumênico, portanto, aqui descreve-se não apenas a dimensão do serviço, mas todos outros aspectos formação Bíblica (Centro ecumênico de Estudos Bíblico-CEBI); Grupos de Espiritualidade, e parcerias em espaços de missão e formação.

²⁸¹ Nota do Informativo da IPU fonte da AIPRAL. Disponível em: <<http://ipu.org.br/?p=1425>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

3.5.3. Organismos ecumênicos de que a IPU faz parte

Em Nível Mundial

Organismo	Sede	Ano de Fundação
 World Council of Churches	Genebra/ Suíça	1948
 World Communion of Reformed Churches	Hanover/ Alemanha	1875



Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Em Nível Continental

Organismo	Sede	Ano de Fundação
 Alianza de Iglesias Presbiterianas e Reformadas da América Latina - AIPRAL	Dolores/ Uruguai	1966
 Conselho Latinoamericano de Igrejas - CLAI	Quito/ Equador	1982




Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Em Nível Nacional

Organismo	Sede	Ano de Fundação
 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC	Brasília/ DF	1982
 Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE actalliance	Salvador/ BA	1973

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Igrejas com as Quais a IPU Mantém Relações Institucionais

Igreja		Sede	Ano de Fundação
	Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América – PC(USA)	Louisville/ EUA	1789
	Igreja Presbiteriana Independente do Brasil - IPIB	São Paulo/ SP	1903
	Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal - IEPP	Lisboa/ Portugal	1947

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

3.5.4. Uma igreja litúrgica

A dimensão ecumênica favoreceu um diálogo frutífero entre presbiterianos unidos e outras representações reformadas e fomentou um espaço de troca de experiências no campo litúrgico. Assim no âmbito da América Latina e mundial a IPU deu um passo na valorização litúrgica reformada como expresso no Cap. III Art.5 dos Princípios de Fé e Ordem:

A IPU se mantém fiel à liturgia reformada, preserva seus elementos litúrgicos, mas reconhece a liberdade de cada igreja local na organização estética de seus cultos, desde que preservados os elementos essenciais do culto cristão reformado nos termos destes PFO.²⁸²

De um lado a igreja mantém a tradição litúrgica reformada, mas permite que as igrejas comunguem com determinada liberdade, para diálogos com o gospel e tradição litúrgica latino-americana e popular. A estrutura litúrgica reformada didaticamente pode ser

²⁸² Diretório, 2017, p. 37.

dividida de base em quatro partes - Liturgia de entrada, da Palavra, do Sacramento e de Despedida. Segundo o Presbítero Sérgio Miranda autor do texto *Liturgia Reformada*:

LITURGIA DE ENTRADA

- Prelúdio (cântico de entrada)
- Acolhida (Recebimento de membros e convidados)
- Convite à Adoração
- Oração de Invocação
- Contrição (Confissão de pecados: coletiva e/ou individual)
- Cântico de Perdão
- Declaração de Perdão
- Louvor

LITURGIA DA PALAVRA

- Edificação (Leituras bíblicas do Antigo, do Novo Testamento e/ou dos Evangelhos, contextualizadas com a temática do culto)
- Cantos intermediários
- Oração por Iluminação
- Pregação ou Mensagem (exposição da Palavra)
- Confissão de fé (como resposta do cristão à Palavra enviada por Deus)
- Comunicações (que implicam a oração da Igreja)
- Oração de intercessão

LITURGIA DO SACRAMENTO

- Preparo da mesa
- Oração Eucarística ou de consagração
- Distribuição dos elementos
- Comunhão
- Oração pós-comunhão encerrada com o Pai-Nosso
- Dedicção ou Consagração (de vidas e ofertas)
- Oração de gratidão

LITURGIA DE DESPEDIDA

- Avisos comunitários
- Envio
- Canto de despedida
- Oração de encerramento e Bênção²⁸³

Nas celebrações presbiterianas são usados recursos litúrgicos como o calendário litúrgico e as cores litúrgicas; as velas, estolas e vestimentas litúrgicas também foram valorizadas. Numa relação entre o clássico e o contemporâneo a IPU preza pela valorização do diálogo da cultura religiosa com os ritmos brasileiros o que está bem presente nas composições do cancionário popular e da MPB como expressão litúrgica e simbólica que apontam para construções representativas, processos de internalização de imagens, afetos e corporeidades formativas e identificadoras de um grupo social. Um exemplo do calendário litúrgico poder ser visto na seguinte ilustração:

²⁸³ MIRANDA, Sergio. Liturgia Reformada. SOUZA. In: COSTA, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil. (Org.). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e Teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017, p. 52-53.



Fonte: *Liturgia reformada* de Sergio Miranda²⁸⁴

O tempo litúrgico segue um ciclo dinâmico, conforme os temas cristológicos celebrados a cada domingo, somado a outra ferramenta simbólica que são as cores litúrgicas conforme Miranda:

No Advento, usam-se o roxo, o lilás e o rosa. O roxo significa contrição, daí a matização no sentido de ir clareando conforme a chegada do Natal. O rosa geralmente é usado no quarto Domingo do Advento, que simboliza a alegria. Para o Natal utilizam-se as cores branco e/ou amarelo, símbolos da divindade, da luz, da glória, da alegria e da vitória que o nascimento de Cristo representa para a humanidade. Na Epifania usa-se o branco por oito dias e após o amarelo até o domingo do Batismo do Senhor.²⁸⁵

A IPU além do mergulho na tradição litúrgica reformada, procura desenvolver a elaboração e o conhecimento da dimensão litúrgica ecumênica, um tema delicado no contexto da IPB, que tornou-se uma parte ativa na prática litúrgica dos presbiterianos unidos, em seus diferentes contextos no Brasil como participantes em cultos e eventos ecumênicos, bem como nos meios populares, formaturas, manifestações de denúncia de violações aos direitos humanos, questões ecológicas ou inter-religiosas.

Alguns exemplos de momentos litúrgicos, que envolvem liturgias inculturadas, sacramentos e o espaço ecumênico.

²⁸⁴ MIRANDA, 2017, p. 58

²⁸⁵ MIRANDA, 2017, p. 58



Foto: II Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte - Celebrando o advento em sintonia com o tema da Consciência Negra, um momento de liturgia inculturada. (Revdª Cleusa

Caldeira (obreira fraterna da IPI, Rev. Jorge Diniz e Presb. Wertson Brasil, Ex-Moderador da IPU), em cantata com o Coral Innay Martins)



Foto: Celebração Eucarística na Igreja presbiteriana Unida da Penha (RJ) Presença de Pastoras e presbíteras, uso de togas, túnicas e cores litúrgicas de acordo com o tempo litúrgico.

Quanto aos Sacramentos do Batismo e Eucaristia afirma nos PFO Cap III art.4

- III – conforme a tradição apostólica adota dois sacramentos, Batismo e Eucaristia, ambos meios de graça eficaz pela atualização da morte e ressurreição de Jesus Cristo; o Batismo para o indivíduo, uma só vez, e a Eucaristia para a comunidade;
- IV – reconhece que o Batismo é que habilita à participação na Eucaristia;
- V – adota o Batismo por aspersão, mas reconhece outras formas quando se tratar de admissão em sua comunhão por motivo de transferência;
- VI – adota o Batismo de crianças sustentando que é por ele que a comunidade e pais assumem a incorporação da criança no Corpo de Cristo. Celebra-se no culto comunitário;
- VII – adota a Profissão de Fé como confirmação dos votos batismais por aqueles que foram batizados e como expressão de seu desejo de inserirem-se livremente nos diversos ministérios da Igreja;

VIII – admite que a Eucaristia possa ser celebrada em formas litúrgicas diferentes enfatizando sempre o significado do corpo e do sangue de Cristo e a unidade do povo de Deus neste ato sacramental;²⁸⁶

A Igreja continua com uma abertura e o diálogo, pois mantém da tradição reformada o ato de batizar os infantes, mas não rebatiza, pelo contrário acolhe outras formas de batismo. Esse dado é um traço da IPU, que a distingue de uma prática comum entre evangélicos que é o rebatismo, principalmente de católicos romanos. Quanto à eucaristia, as crianças têm acesso a ela, pois uma vez batizadas é franqueado sua participação. Uma descrição dessa abertura se encontra no texto do teólogo reformado Claude Emmanuel Labrunie a partir de uma análise exegetica

Há outra ordem de considerações que precisam ser aduzidas. Desta vez são de natureza exegetica. Introduzimos a questão com a pergunta: Que nos diz o NT a respeito de crianças frente aos mistérios do Reino de Deus? Ora, em todas as épocas da história da Igreja, as palavras de Jesus recordadas pelos três evangelhos sinóticos a respeito da infância - sempre foram chocantes e incômodas para nós, adultos, nós, os que decidimos enxotar as crianças da Santa Ceia. As passagens do NT são: a) Mateus 19:13-15 e paralelas Marcos 10: 3-16 e Lucas 18:13-17; b) Mateus 18:1-5 e passagens paralelas; Marcos 9:33-37 e Lucas 9:46-48; c) Mateus 18:6-9 (especialmente vv. 6 e 7: ‘...quem receber uma criança a mim recebe’) e paralelas Marcos 9:42-48 e Lucas 17:1-2; b) Lucas dirá, nas palavras de Jesus: ‘Mas o maior dentre vós tome o lugar do mais moço e o que comanda tome o lugar de quem serve’ (Lc 22:26). O que se recolhe de uma leitura atenta destas passagens do NT é a incapacidade dos adultos em reconhecer que a condição infantil. Enquanto a de necessitado (de dependente) e com sua característica de fragilidade – é prioritária no acesso no Reino. Todos os oprimidos, inclusive os famintos, os doentes e as crianças são condição de acesso ao Reino para a prática dos cristãos (Mt 25:35-40: ‘... Em verdade eu afirmo: o que fizestes a um destes meus pequeninos fizestes a mim’).²⁸⁷

Essa liberdade de repensar possibilidades teológicas reformadas tem sido uma característica da IPU. Também, quanto à ceia, o sacramento de comunhão, a Igreja não impõe uma única forma litúrgica, há comunidades da IPU que usam só um cálice e um pão, outras que usam os cálices pequenos e o pão fracionado, isto não é uma barreira, mas um critério de respeito entre comunidades, para salvaguardar um pluralismo litúrgico.

²⁸⁶ Diretório, 2017, p. 37.

²⁸⁷ LABRUNIE, Claude Emmanuel. *A Eucaristia aberta às crianças batizadas*. Jornal Imprensa Evangélica, Outono de 1995, p. 4.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou identificar as origens históricas da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil nas representações e práticas sociais esboçadas na prática religiosa da tendência presbiteriana ecumênica, denominada também de progressista, que havia no interior do presbiterianismo brasileiro, aqui e que se desenvolveu no Brasil no início do século XX.

Essa tendência presbiteriana expressão da preocupação com a unidade dos cristãos, e sua responsabilidade social na esfera pública tem ecos na tradição reformada primitiva, que entendia a missão cristã valorizadora da história e cultura com palco do agir soberano de Deus no mundo. Por isso consideramos importante descrever permanências e mudanças na trajetória do Presbiterianismo entre Europa, Estados Unidos e Brasil, fazendo um recuo histórico até o início da tradição reformada calvinista e ressaltar que na origem dos presbiterianos havia uma visão cristã ecumênica e responsável com a sociedade em que estavam inseridos.

Constatamos que no Brasil as missões norte americanas trouxeram não a tradição de Calvino, mas novas releituras da fé calvinista a partir de contextos teológicos e sociológicos vividos pelos grupos presbiterianos americanos, e suas disputas e diferentes teologias. Por isso a necessidade da descrição da origem da IPU, que reconhecesse uma matriz religiosa que desde seu nascimento na reforma protestante, esteve marcada por uma religião docente, democrática e diversa nos seus postulados teológicos, e que nos seus continuadores na história imprimiram novas categorias e apropriações realizadas nos diversos movimentos religiosos que impactaram a prática dos presbiterianos como o pietismo, puritanismo, os avivamentos, o evangelho social e o fundamentalismo, apenas para ficar em alguns já comentados no texto e que serviu para verificar que apesar de permanências crivadas em novas perspectivas teológicas e religiosas brotaram, diversos presbiterianismos, não existindo um modo único e verdadeiros, mas um mosaico reformado como vê hoje na Comunhão Mundial de igrejas presbiterianas e reformadas.

O estudo assinalou um ponto importante sobre as influências que chegaram por meio da literatura, de encontros entre lideranças reformadas, através da formação de estudantes fora do Brasil em Seminários e Universidades presbiterianas na Europa e Estados Unidos, nos movimentos estudantis de juventude que havia intercâmbio entre as lideranças continentais e mundiais, pelas agências missionárias e os organismos ecumênicos. Por isso, optamos pela História Cultural, através das noções de representação, prática e apropriação e Memória, com elas ressaltamos as características da tendência ecumênica e conservadora e as implicações

dessas formações culturais expressas na vida religiosa, para entendimento do cristianismo protestante de matriz presbiteriana no Brasil, e as relações entre religião e esfera pública.

Esse rastreamento propôs afirmar os momentos formadores das visões de mundo, posturas e condutas, teologias, práticas eclesiais que nasceram da circularidade de textos e experiências que produziram novas apropriações e conseqüentemente novos olhares a tradição presbiteriana no decorrer do século XX. Assim a dialética representações e práticas inauguraram um outro fazer missionário e social desse grupo religioso, a ponto de haver novas disposições e fomento que fez repensarem no Brasil a tradição recebida pelos missionários, não reduzidas ao pietismo e um individualismo que engessou um encontro maior com a sociedade brasileira e sua cultura em diversos momentos.

No Brasil a tendência que melhor representava esse pensamento era a vertente ecumênica surgida no presbiterianismo brasileiro desde o início do século XX. Considerando que a primeira Igreja Presbiteriana foi fundada no Brasil em 1862 e seu crescimento se deu de forma lenta e gradual, é possível afirmar que o substrato ecumênico é fruto de uma nova leitura teológica a partir da qual se fomentou a inserção social da igreja e constituíram em elementos formadores de representações e práticas no interior da IPB, não apenas as representações provenientes da Teologia Conservadora, dois avivamentos, do pietismo, do fundamentalismo, segundo a tradição norte americana e seu Destino Manifesto.

Uma questão que acreditamos ter mostrado de forma satisfatória no quadro descrito e que procuramos acentuar é que a tendência conservadora instalada com os missionários fundadores e a tendência ecumênica desenvolvida a partir de Erasmo Braga no período do Pan-protestantismo americano habitaram o mesmo espaço eclesial, mesmo sendo fruto de diferentes representações, recebidas a partir de teologias em disputas, agências representativas presbiterianas diferentes conviviam em meio a tensões. Porém, a partir dos anos 60, através de manobras político-religiosas, visando assumir os postos de liderança na denominação, a tendência conservadora ascendeu a cúpula da IPB, e procurou expurgar os representantes da tendência ecumênica daquela instituição, sendo precursores do autoritarismo visto no sistema político brasileiro com o regime de exceção em 1964, pois impuseram uma crise no sistema de governo representativo presbiteriano e depois se alinharam ao golpe militar, e blindaram a igreja do nicho ecumênico através de exclusões e silenciamentos.

Como se constatou uma porcentagem de presbiterianos representativos da tendência progressista, uma vez fora daquela instituição se organizaram para sobreviver, numa nova denominação religiosa com no nome de Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas - FENIP fundada em 1983, a qual, após a sua III Assembleia passou a ser conhecida como Igreja

Presbiteriana Unida do Brasil. As representações sociais e práticas fomentadas no seio da IPB foram canalizadas para um modo eclesialístico que compunha uma identidade ecumênica, marcada pela ordenação das mulheres, uma liturgia em diálogo com a cultura brasileira, e um modo de ser tradição presbiteriana, reinventado numa perspectiva híbrida presbiteriana e congregacional, expressão da liberdade e do diálogo que ficaram escritos em seus documentos e princípios de fé e ordem. A sua institucionalização tem sido desafiada a se repensar numa cultura brasileira anticatólica e fundamentalista.



REFERÊNCIAS

- ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo do ecumenismo no Brasil nos anos 60 e 70*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- AMARAL, Daniel. *Música e Teologia: A música evangélica brasileira origem, apogeu e futuro*. São Paulo: Fonte editorial, 2012.
- ALMEIDA, Joãozinho Thomaz. *Calvino e sua herança*. 2ª ed. Ed. Gráfica Lisboa, 2009.
- _____. *Falando da Igreja: Igreja Presbiteriana Unida do Brasil*. Vitória: Presbitério de Vitória/IPU: 1º ed. 2001.
- ALVES, Rubem. *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI: CLAI: Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985. (Coleção Protestantismo e Libertação).
- _____. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- _____. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982.
- _____. 1978. O Nascimento de uma Igreja. *Revista Logos*, Vitória, ano 1, v. 1, 2012.
- BARRETO JR, Raimundo César. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. In: *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2, p. 273-323.
- BARROS, José D'Assunção. *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*. Diálogos, Vol. 9, Nº 1, 2005, p. 125-141. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=173>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BRAGA, Erasmo. *Pan-americanismo: aspecto religioso*. O Relatório e Interpretação do Congresso de Ação Cristã na América Latina reunido no Panamá de 10 a 19 de fevereiro de 1916. Nova Iorque: Sociedade de Preparo Missionário dos Estados Unidos e Canadá, 1916.
- BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”. *Revista História*, Franca, v. 27, n.1, 2008.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Caminhos do Protestantismo Militante: ISAL e Conferencia do Nordeste*. Vitoria: Ed. Unida, 2014.
- BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- BRASIL PRESBITERIANO, Jornal Edição Especial – Supremo Concílio de 2014 Natal – RN 19 a 26 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/brasil-presbiteriano/bp-especial-sc-2014-108>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CALVANI, Carlos, E.A Igreja Anglicana. *REVISTA USP*, São Paulo, n.67, p. 36-47, set./nov. 2005.

CAVALCANTI, H. B. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência presbiteriana e batista. *Revista de Estudos da Religião*, nº 4, p. 61 – 93, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

CAMPOS, Breno M. Puritanismo e a construção política da realidade. *Revista Pandora Brasil*, n. 60, 2014, p. 7. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/breno.pdf> acesso em: 16 jun. 2017.

CARRIKER, Timóteo C. *Missões e a Igreja Brasileira: perspectivas históricas*. São Paulo: Mundo Cristão, 1993, v. 2.

CASIMIRO, Arival Dias. *O discurso presbiteriano: a teologia de Princeton e sua influência na formação dos pastores nordestinos*. Revista Ciências da Religião- História e Sociedade, ano 1, n. 1, São Paulo, 2003.

COSTA, Isaque de Góes; SOARES, Claudio da Chaga. Teologia Reformada. In: Costa, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil de. (Orgs). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e teologia Reformada*. 1ed.São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

COSTA, Hermistein Maia O pensamento de João Calvino. In: LEMBO, Claudio(Org). São Paulo: Mackenzie, 2000. (Série Colóquios), v.2.

COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra. São Paulo: *Espaço Acadêmico*, ano XII, n.138, 2012.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Contra todo silenciamento e esquecimento: memória de uma experiência de contra- informação religiosa*.1999. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/14gt/MagaliNascimento.doc>>. Acesso em: 13 maio 2017.

_____. O passado nunca está morto. Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. *Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 33, 136-158, jul/dez 2007. Disponível em: <https://portal.metodista.br/fateo/noticias/Magali_conferencia.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

CHAMON, Carla Simone. *Escolas em Reforma, Saberes em Trânsito*. A trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro

Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, R.; e CAVALLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escritas).

COPPE, Moises. *Piedade, responsabilidade e política: história e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da graça /Noah Edições, 2015.

DAVID, Natan Alves. O que você pensa que está pensando? Os discursos aos jovens protestantes acadêmicos. 1968-1990. In: VII Congresso Internacional de História - XXXV Encuentro de Geohistoria Regional, 2015, Maringá. *Caderno de Resumos do VII Congresso Internacional de História*. Maringá: UEM, 2015. p. 2202. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1415.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DASILIO, Derval. *Sobre a legitimidade presbiteriana da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil* (de Ashbel Green Simonton a Jaime Wright). Disponível em: <<https://derv.files.wordpress.com/2010/02/ipu-sobre-a-legitimidade-presbiteriana-da-igreja-presbiteriana-unida-desde-ashbel-green-simonton.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DIAS, Agemir Carvalho. *Ecumenismo uma ótica protestante*. Este texto foi apresentado no I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2003. Disponível em: <http://www.nupper.com.br/home2/wp-content/uploads/3O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

DIAS, Zwinglio Mota. *A Reinvenção do Protestantismo Reformado no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

_____. Quando os protestantes se encontraram com o Brasil. *Caminhos de Diálogo*. Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-Religioso. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, 2014.

_____. O Movimento Ecumênico história e significado. *Numem: revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora. v. 1, n. 1, p. 127-163. Disponível em: <<https://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/viewFile/899/781>>. Acesso em: 17 out. 2017.

DIRETÓRIO DA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA ANO DE 2017.

DREHER, Martin N. *A crise e a renovação da igreja no período da reforma*. Coleção História da Igreja. São Leopoldo: Sinodal, 2004. v.3.

FAJARDO, Alexander. Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil: Intolerância religiosa no rádio e seus (des)caminhos sonoros. *Revista Paralellus*, Recife, v. 7, n. 15, mai./ago. 2016, p. 249-271 Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/794/0_>. Acesso em: 21 jun. 2017.

FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e Compromisso: Richard Shaul e a Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002.

FERREIRA, Júlio A. *O Profeta da unidade: Erasmo Braga, uma vida a descoberto*. Petrópolis: Vozes; Tempo e Presença, 1975.

FLUCK, Marlon Ronald. A abertura dos Portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. *Via teológica*. V. 14, n.27, jun. 2013.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GONÇALVES, Carlos Barros. *Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GODOY, João Miguel Teixeira. RELIGIÃO, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, p. 109-119, jul./dez. 2012, p. 110. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2497>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

GONZALEZ, Justo, L. *A Era dos Reformadores*. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1995, v.6.

FONSECA JUNIOR, Antônio Marques da Fonseca. *Por que IPU*. Campinas: Expresso, julho, 2003.

LABRUNIE, Claude Emmanuel. A Eucaristia aberta às crianças batizadas. *Jornal Imprensa Evangélica*, Outono de 1995.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. (Coleção repertórios).

LEMOS JUNIOR, José Romildo Souza. *Práticas e Representações do poder local: possibilidades de construção de uma história cultural do político*. *Raízes*, v.33, n.1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_308.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LÉONARD, Emile-G. *O Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: ASTE, 1963.

LEITH, J. H. *A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã*. São Paulo: Pendão Real. 1996.

LIMA, Éber Ferreira Silveira. *Entre a sacristia e o laboratório: os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942)*. 2008, 197f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

LOPES, Augustus N. *Blog Tempora Mores*. Rumos da Igreja presbiteriana do Brasil. Disponível em: <<http://tempora-mores.blogspot.com.br/2010/07/rumos-da-igreja-presbiteriana-do-brasil.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

LUCAS, Sean Michael. *O cristão presbiteriano*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998.

MCKEE, Anne Elsie. Os Ofícios de Presbíteros e Diácono na Tradição Reformada Clássica. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998.

MATOS, Alderi S. A Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil. *Fides Reformata*. V. XII, n. 2 de 2007.

_____. Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas. *Fides reformata*. V. III, nº1, 2003, 9-28. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_VIII__2003__1/v8_n1_alderi_matos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MATTOS. Domício Pereira de. *Devaneios*. Rio de Janeiro: Princeps Digital, 2007.

MATHIAS, Luiz G. K. *Ser protestante sendo brasileiro: uma leitura “tillichiana” da vida e dos escritos do rev; José Manuel da Conceição*; 2008; Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora.2008.

MENDONÇA, Antônio G, *O Celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1994.

_____. *O Protestantismo no Brasil e suas Encruzilhadas*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.67, set. /nov.2005.

MENDONÇA, Antônio G. A herança e a contribuição da reforma para o Brasil. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In: LEMBO, Claudio. (Org). *O pensamento de João Calvino*. São Paulo: Mackenzie, 2000. (Série Colóquios), v.2.

MENDONÇA, Joêzer de Souza (2016). A Canção do Senhor na terra dividida: a música engajada dos protestantes brasileiros sob repressão militar e religiosa. *Revista Per Musi*. Belo Horizonte: UFMG, n.34.

MIRANDA, Sergio. Liturgia Reformada. SOUZA. In: COSTA, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil. (Org.). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e Teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado) em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/mello.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.130-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/ciadasindias/wpcontent/uploads/2010/06/RBMVariaHistoria1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

MOTA, Sônia Gomes. IPU – *Vozes da resistência*. 2003. 165 f. Tese (Mestrado). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003.

OLSON, Roger. *História da teologia Cristã: 2.000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001.

PAULA, M. G. Os antecedentes da Teologia da Libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil. *Interações: Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 77-86, 2013.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado), em História, UFSC, 2006.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzáles. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e o Mundo Estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1987)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

RAMOS, Jovelino. “Você não conhece o Shaul”. In: ALVES, Rubem. *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI,

RIBERIO, Viviane; FILHO, Geraldo Inácio. *Protestantismo, liberalismo e a educação no Brasil, na segunda metade do século XIX*. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/059.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

CLAI, Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985, p. 25-32.

RIBEIRO, Boanerges. *O protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *O Padre protestante*. São Paulo: Casa editora Presbiteriana, 1950, p. 206

ROGERS, Jack B. Autoridade e Interpretação da Bíblia na tradição reformada. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998,

ROSA Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*, 2015. 318f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. *O Dualismo na Teologia Cristã*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

SANTA ANA, J. *A caminho de Vancouver. Caderno do CEDI 12*, Rio de Janeiro: CEDI, 1984.

_____. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (org.) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *O Conselho Mundial de Igrejas e a Trajetória do Ecumenismo no Brasil*. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, GT 02: Evangélicos protestantes e o ecumenismo, Juiz de Fora: 31/05 – 03/06 de 2011. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/232>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SILVA, A. F. CARDOSO, L. de. S. Teologia Ecumênica e Modernidade: uma síntese do movimento ecumênico na história. HIGHET, Etienne A. (Org). *Teologia e Modernidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

SILVA, A. C. T. *As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense*. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp001179.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

SOUZA, Robson. *Discursos e práticas fundamentalistas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2002- 2008)*; uma análise da pretensa posição de equidistância dos extremos fundamentalistas e liberais. 2009. 142p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em:

<http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2009-03-27T190156Z-631/Publico/Robson_Costa_Souza.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

SOUZA, Silas Luís de. O respeito à lei e a ordem: presbiterianos e o governo militar no Brasil 1964-1958. 2013, 290 f. Tese(doutorado)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103160/souza_sl_dr_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. *Pensamento Social e Político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2005.

SOUZA, Wertson Brasil. Identidade e imagem institucional da IPU. In: COSTA, Isaque de Góes; SOUZA, Wertson Brasil. (Org.). *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: Identidade Eclesiológica e Teologia Reformada*. 1ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017

SOCIEDADE EVANGÉLICA DE MUSICA CLASSICA – SOEMUS. Hinos congregacionais traduzidos e publicados por João Wilson Faustini. Disponível em: <http://soemus.org.br/?page_id=135>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SCHNEIDER, Marcelo. Os 65 anos do Conselho Mundial de Igrejas: unidade, testemunho e serviço. *Revista Caminhos de Diálogo*. Ano, n. 1, Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, Eurico. *2ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte*. 1951 cinquenta anos de história 2001. Belo Horizonte: Gráfica da Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2001.

TILLICH, Paulo. *História do Pensamento Cristão*. 3ª ed. São Paulo: ASTE, 2004.

VIEIRA, Davi Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014, 291f. Tese(doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11870/TESE%20M%C3%A1rcio%20Ananias%20Ferreira%20Vilela.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. *O Judiciário e a Lei Divina: João Dias de Araújo e as relações de trabalho na Igreja Presbiteriana do Brasil durante o regime civil e militar*. *Revista Clio – Revista de pesquisa Histórica* – n° 33.1. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/424/441>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. A Construção da Diferença no Protestantismo Brasileiro. *Revista Aulas*, n. 04, abril 2007/julho 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_22.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.